

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

GABRIEL RÓGER JACOBSEN SANTOS

IMAGINÁRIOS DA VIGILÂNCIA:
AS IMAGENS SIMBÓLICAS NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA BRASILEIRO

PORTO ALEGRE

2018

GABRIEL RÓGER JACOBSEN SANTOS

IMAGINÁRIOS DA VIGILÂNCIA:
AS IMAGENS SIMBÓLICAS NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA BRASILEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Taís Martins Portanova Barros

PORTO ALEGRE

2018

GABRIEL RÓGER JACOBSEN SANTOS

IMAGINÁRIOS DA VIGILÂNCIA:
AS IMAGENS SIMBÓLICAS NO JORNALISMO DE REFERÊNCIA BRASILEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo PPGCOM, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Taís Martins Portanova Barros
(Presidente/Orientadora)

Prof^a Dr^a Ana Maria Dalla Zen (PPGMUSPA/UFRGS)
(Examinador)

Prof^a Dr^a Cida Golin (PPGCOM/UFRGS)
(Examinador)

Prof. Dr. Fabrício Lopes da Silveira (PPGCOM/UNISINOS)
(Examinador)

Prof. Dr. Alex Primo (PPGCOM/UFRGS)
(Examinador suplente)

*“Os poderes dormem em paz, enquanto ninguém pode mais, não sabe mais ou não ousa mais
sonhar”.*

(M. Maffesoli, em A contemplação do mundo)

Muros e Grades

*Nas grandes cidades, no pequeno dia-a-dia
O medo nos leva a tudo, sobretudo à fantasia
Então erguemos muros que nos dão a garantia
De que morreremos cheios de uma vida tão vazia*

*Nas grandes cidades de um país tão violento
Os muros e as grades nos protegem de quase tudo
Mas o quase tudo quase sempre é quase nada
E nada nos protege de uma vida sem sentido*

*Nas grandes cidades de um país tão irreal
Os muros e as grades
Nos protegem de nosso próprio mal
Levamos uma vida que não nos leva a nada
Levamos muito tempo pra descobrir
Que não é por aí, não é por nada não
Não, não, não pode ser, é claro que não é
Será?*

*Meninos de rua, delírios de ruína
Violência nua e crua, verdade clandestina
Delírios de ruína, delitos e delícias
A violência travestida, faz seu trottoir
Em armas de brinquedo, medo de brincar
Em anúncios luminosos, lâminas de barbear!*

*Um dia super
Uma noite super
Uma vida superficial
Entre cobras
Entre escombros
Da nossa solidez*

(H. Gessinger)

Num universo em que ter sucesso é ganhar tempo, pensar tem apenas um defeito, mas esse é incorrigível: faz perder tempo.

(J.-F. Lyotard, em O Pós-moderno explicado às crianças)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos ficaram por último na escrita do trabalho, como é comum que se faça, ainda que estas sejam as primeiras linhas que se entrega a este leitor e, agora, no auge da hora passada, percebemos que este método de reconhecer tardiamente a grandiosidade do Outro, ao fim e ao cabo, trata-se de uma grande injustiça. O justo seria escrevê-los no dia-a-dia, entre paixão e ódio, entre frustrações, arrependimentos, descobertas geniais e ideias tolas, tal qual um diário de viagem, e, no último minuto, finalizá-lo com a suavidade e a pressa com que uma carta escorrega pela boca de uma caixa de coleta dos correios. Não o fizemos. Por isso, infundáveis agradecimentos, aqui, se perderam pelo caminho e ficamos com um sentimento geral de que os sentimentos precisos desse trajeto (ah, o trajeto!) já não podem ser recuperados e a importância das ideias se inverte pela produtividade.

A vida é maior que a obra e ainda maior que uma dissertação. A grande ficção da vida é o tempo, porque quando se chega já não se está mais lá, e o passado se reconstrói sem que seja possível manter o sentimento tão verdadeiro que persistia sobre o futuro. A grande ficção da vida é a morte, que nos acompanha a cada passo, enquanto os Outros nos provam que a morte é a grande ficção da vida, e um abraço reconcilia o universo.

Meus pais, Caroline e Roger, e o apoio incondicional que ambos dão a meus projetos, desafios e sonhos merecem meus agradecimentos mais verdadeiros. Quem dera todo o real estivesse disponível nas palavras para que eu conseguisse explicar o quanto este esforço intelectual tem a ver com os sentimentos que eles emanaram para mim. E o quanto estas reflexões têm a ver com os ensinamentos que me deram sobre o valor do Outro, começando pelas trocas verdadeiras e afetivas comigo. Se a distância geográfica não nos permitiu compartilhar minúcias nestes dois anos de mestrado, ao menos lhes livrou de acompanhar de perto demais as angústias do dia-a-dia de um trabalhador que resolveu fazer mestrado em meio às agruras do cotidiano. Isso não nos fez perceber menos o quanto estamos sempre juntos.

A minha vó Ruth, pelo amor. Pela doação permanente em prol da família. Por compartilhar a sua espiritualidade sem medos.

À Isabella agradeço por escrever comigo o diário não escrito que é a vida vivida em ebulição a dois, pelo não-tempo criado em meio ao caos, pelas risadas, pelas abdições e pela confiança em mim. Pelo amor, em especial. Por compartilhar sonhos e o dia-a-dia, que sempre se misturaram entre nós; pelas vezes em que ofereceu ambiente fértil para minhas ideias, que tantas vezes acabaram sendo nossas.

Aos colegas do grupo de pesquisa Imaginalis: Ana Taís – minha orientadora, Aline Duvoisin, Andriolli da Costa, Anelise De Carli, Danilo Fantinel, Francisco dos Santos, Michel de Oliveira e Renata Lohmann. Todos me ajudaram a contatar (o primeiro passo para compreender) os mistérios do Imaginário e sempre ouviram minhas dúvidas, mesmo as mais prosaicas, com atenção. À Aline e ao Michel, em especial, pelas trocas nos momentos mais incógnitos dessa caminhada. À Renata, por uma parceria que vem desde os tempos de revelação e ampliação no laboratório do Núcleo de Fotografia da UFRGS.

À Ana Taís, minha orientadora, primeiramente, por escolher e aceitar um mestrado que, desde a entrevista de seleção, prometeu seguir praticando o jornalismo em paralelo às atividades de pesquisa. O caminho mais fácil e produtivo é exigir exclusividade. O caminho mais democrático, entretanto, é aceitar a pluralidade e fazer o conhecimento escoar para fora dos muros da universidade. São muros altos. Em segundo lugar, por acreditar nas minhas ideias. Isso foi fundamental para que elas se materializassem. Por fim, por me ouvir com verdadeira alteridade, para além da pesquisa, sempre.

À Danielle Miranda e à Lisiane Aguiar. Ambas deram atenção e sugestões aos meus rabiscos de pré-projeto. Estão entre os primeiros – e fundamentais – ladrilhos dessa estrada.

Aos meus amigos e amigas que aceitaram, por mais de dois anos, a minha desculpa de não posso, só depois de terminar o mestrado e que, ainda assim, seguem meus parceiros e parceiras de vida. Ao Marcus, amigo de vida e de jornalismo, com quem troquei ideias profundas nesse período dissertativo, sobre tudo e sobre nada, em cafés inenarráveis.

À Clarissa, pela humanidade. À Júlia, pela alteridade. E vice-versa.

Aos meus colegas de reportagem com quem aprendi que a intuição das “sombas”, da redação jornalística, com suas trocas caóticas, vale tanto quanto os elementos mais objetivos das apurações jornalísticas e as matérias publicadas. Os processos importam e constroem mundos que constroem processos – que estão aí para serem contados e revisitados com pluralidade. O jornalismo me ensina isso todos os dias – por bem e por mal.

Ao Vitor Ramil, pela sua obra que, no auge de minhas confusões, me acalmou com sons de abertura à sensibilidade e à percepção. Aos poetas loucos de cara.

Ao meu violão, com abertura aos meus sons, onde me escuto, e que tantas vezes ouviu de mim não posso, só depois do mestrado, sem nunca se calar.

À universidade pública, que me permite seguir estudando, criando e me reconstruindo desde 2004 quando ingressei nesta instituição. Aos meus professores de colégio, quiçá mais importantes que os de pós-graduação, com quem refletir e dialogar sempre foi possível, na idade mais revolucionária, a idade da imaginação.

Às árvores e à grama do Parque da Redenção e do entorno, onde moro, quase ininterruptamente, há quinze anos, me salvando da aspereza da cidade. À areia e ao mar de Itapema, onde nadei, corri, cresci e aprendi o que é liberdade. Concretado meu pensamento seria outro. Prefiro este.

RESUMO

Nesta dissertação estudamos o Imaginário fenomenológico da vigilância a partir de matérias publicadas pelo jornalismo de referência brasileiro que abordam mecanismos de vigilância em suas narrativas, a fim de descobrir quais as motivações pulsionais que orientam essas práticas. Iniciamos a pesquisa tendo como pressuposto a ideia de que o jornalismo tem na vigilância um elemento fundamental de composição de seu Imaginário e que, portanto, oferece um ambiente privilegiado para buscar as simbolizações sobre os mecanismos de vigiar, podendo nos dar acesso ao Imaginário da vigilância e, indiretamente, ao Imaginário do próprio jornalismo. Buscamos, inicialmente, compreender qual o cenário estabelecido entre as comunicações em rede, as novas configurações da vigilância e as formas de estar-junto, apontando o encadeamento entre essas três condições que acabam por instaurar uma socialidade própria no contemporâneo. Consideramos primeiramente que a pulsão estética (de partilha), acompanhando Michel Maffesoli, é a principal norteadora do cimento social da atualidade, sendo uma forma de transfiguração da questão política. Consideramos também o trabalho de Byung-Chun Han para compreender a extensão e a força com que se consolidou o valor da transparência no contemporâneo. Consideramos ainda que tais comunicações em rede, motivadas pela pulsão de partilha e alimentadas pelo valor da transparência, estão intimamente relacionadas aos mecanismos de vigilância do contemporâneo, que atuam de forma sutil, eficiente, descentralizada e distribuída, conforme o trabalho de Fernanda Bruno. Classificamos os mecanismos de vigilância em três grandes regimes (panóptico, escópico e de rastreamento), de acordo com trabalho de Lucia Santaella. Atentamos para o regime mais recente da vigilância e de mais difícil delimitação, o de rastreamento, estudando especialmente sua manifestação na internet e sua configuração nas bolhas de filtros, com auxílio de Eli Pariser. A partir do estudo do social e da vigilância nele implicada, partimos para o detalhamento teórico do Imaginário e da maneira com que se formam as imagens simbólicas no trajeto antropológico, das pulsões às coerções. Isso é feito através do estudo das obras de Gilbert Durand, Mircea Eliade e Ana Taís Martins Portanova Barros, tendo como principal objetivo apresentar os regimes das imagens simbólicas descritos por Durand e como tais imagens se articulam entre o pulsional e o social. A teoria de Durand também nos serve de heurística para realizar a etapa analítica do trabalho, em que buscamos os símbolos universais descritos pelo autor, através de um procedimento chamado de leitura simbólica, dentro de nosso corpus – composto por 17 matérias publicadas na Folha de S.Paulo e no Estadão e que abordam diretamente mecanismos de vigilância panópticos, escópicos e de rastreamento. As leituras simbólicas, que são interpretações das matérias a partir dos grandes símbolos da humanidade, mostraram concentrações e repetições de imagens apenas do regime esquizomorfo, apresentando assim uma narrativa simbólica – paralela à narrativa textual – que dá a ver um cenário de guerra, medo, perigo, incerteza, alerta e queda. Na conclusão, realizamos, primeiramente, uma interpretação sobre a característica de equilíbrio e compensação do Imaginário para, a partir disso, compreender que essa reincidência de imagens semelhantes representa uma repressão de símbolos de outros regimes simbólicos, relegados no contemporâneo. Ao buscar a interpretação dos símbolos preponderantes em contato com o cenário teórico estabelecido sobre o social, percebemos que o investimento em uma hiper-transparência positiva, que visa a ignorar simbolizações “negativas” do ser, retorna como opacidade que se manifesta como violência e confusão.

Palavras-chave: Vigilância. Jornalismo. Imaginário.

ABSTRACT

In this dissertation we studied the surveillance's phenomenological Imaginary based on reports published by reference journalism in Brazil that approach the mechanisms of surveillance in its narratives, in order to discover what pulsion motivations guide such practices. We started the research by having as assumption the idea that the journalism has in its surveillance a fundamental element of its Imaginary composition and therefore presents a privileged environment to search for symbolizations on mechanisms of surveillance, giving us access to the Imaginary of surveillance, and indirectly, to the Imaginary of journalism itself. At first, we looked for to understand what is the established scenario amongst network communications, new configurations of surveillance and be-together ways, pointing out the link amongst these three conditions that end up by establishing a particular sociality proper in contemporary. As a following step, taking the work of Michael Maffesoli as a referral, we considered the aesthetic pulsion (of sharing) is the main guide of the social cement in the present, being a form of political question transfiguration. We considered the work of Byung-Chun Han to learn the extent and force wherewith the value of transparency in contemporary has been consolidated, and we looked attentively at Fernanda Bruno's work which say that such network communications, motivated by pulsion for sharing and fed by the value of transparency, are closely related to contemporary mechanisms of surveillance and operate in a subtle, efficient, decentralized and distributed way. We also classified the mechanisms of surveillance into three major regimes (panoptic, scoptic and tracking), according to Lucia Santaella's work, and aided by Eli Pariser thoughts, we paid attention to the most recent (and more difficult to delimit) regime of surveillance of tracking, carefully studying its manifestation in the internet and its configuration in filters' bubbles. Based on the study of the social and the surveillance implied in it, we proceeded to the theoretical detailing of the Imaginary and the way wherewith symbolic images are formed on the anthropological path, from pulsions to coercions. That was done by studying the works of Gilbert Durand, Mircea Eliade and Ana Taís Martins Portanova Barros, having as the main goal to present the regimes of the symbolic images described by Durand and how such images articulated itself between the pulsion and the social. Durand's theory also serves us as a heuristic to perform the analytical stage of the work, wherewith we looked for the universal symbols described by the author through a procedure called "symbolic reading" in the corpus – composed by 17 articles were published in Folha de São Paulo and O Estado de São Paulo, that approach in a direct way the mechanisms of surveillance: panoptics, scoptics and tracking. The symbolic readings, understood as interpretations of such articles from the great symbols of humanity, showed concentrations and repetitions of images only in the schizomorphic regime, thus presenting a symbolic narrative - parallel to the textual narrative, that makes it possible to see a scenario of war, fear, danger, uncertainty, attention and fall. In conclusion of this dissertation, we performed an interpretation on the characteristic of equilibration and compensation of the Imaginary in order to understand from this that this recidivism of similar images represents a repression of symbols of other symbolic regimes, relegated in contemporary. By seeking interpretation of preponderant symbols in contact with the established theoretical scenario on the social, we perceived that the investment in a positive hyper-transparency, which aims to ignore "negative" symbolizations of being, returns as opacity that manifests itself as violence and confusion.

Key-words: Surveillance. Journalism. Imaginary.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CORPUS.....	19
1.2 METODOLOGIA.....	20
1.3 ESTADO DA ARTE E JUSTIFICATIVA.....	22
2 ESTABELECENDO UM CENÁRIO: PULSÕES, VIGILÂNCIA E JORNALISMO .27	
2.1 OS REGIMES DA VIGILÂNCIA	38
2.2 O CÃO DE GUARDA: MODOS DE SER JORNALISMO, MODOS DE ESTAR VIGILANTE	46
3 AS IMAGENS SIMBÓLICAS E SEUS REGIMES.....	54
4 AS LEITURAS SIMBÓLICAS DA VIGILÂNCIA	64
4.1 VISITA DE LOBISTA À CÂMARA COINCIDE COM VOTAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS?	66
4.2 WIKILEAKS AJUDARÁ EMPRESAS DE TECNOLOGIA A EVITAR CIBERATAQUES DA CIA.....	69
4.3 YOUSSEF PASSA A REGIME ABERTO, MAS USARÁ TORNOZELEIRA	73
4.4 CRIADOR DA <i>WEB</i> ALERTA PARA DESINFORMAÇÃO NA INTERNET	75
4.5 USO DE CRIPTOGRAFIA DE PONTA A PONTA É 'INACEITÁVEL', DIZ MINISTRA BRITÂNICA	78
4.6 HOSPITAL DE SP PAGOU POR VIGILÂNCIA DE CÂMERAS DESLIGADAS, DIZ AUDITORIA.....	80
4.7 BABÁ DA METRÓPOLE, REDE DETECTA SONS DE TIROS E ACIDENTES E AVISA A POLÍCIA	82
4.8 EX-TRAINEE DA FOLHA LANÇA PROJETO PARA PROTEGER JORNALISTAS DE AMEAÇAS DIGITAIS	84
4.9 <i>HACKER</i> MAIS PROCURADO DO MUNDO É MANTIDO COMO TRUNFO PELA RÚSSIA.....	86
4.10 PESSOAS COMUNS NÃO DEVEM SE PREOCUPAR COM A CIA, DIZEM ANALISTAS.....	89
4.11 DORIA QUER INTEGRAR IMAGENS DE 10 MIL CÂMERAS PÚBLICAS E PRIVADAS	93
4.12 FALTA DE ILUMINAÇÃO CAUSA INSEGURANÇA NA ZONA OESTE DE SP....	96
4.13 HOMEM BÊBADO É PRESO APÓS AGREDIR ROBÔ NOS EUA	97
4.14 ESPIONAGEM AGORA SE CONCENTRA NOS APARELHOS, NÃO NA <i>WEB</i>	99

4.15 PRESOS INTERNADOS EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA VÃO À PRAIA EM SERGIPE.....	101
4.16 GUIA DE SEGURANÇA NA INTERNET PARA PAIS E FILHOS	103
4.17 HUNGRIA INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA CERCA NA FRONTEIRA COM SÉRVIA PARA BARRAR REFUGIADOS	106
5 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS	123
ANEXO A – VISITA DE LOBISTA À CÂMARA COINCIDE COM VOTAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIA	128
ANEXO B – WIKILEAKS AJUDARÁ EMPRESAS DE TECNOLOGIA A EVITAR CIBERATAQUES DA CIA	131
ANEXO C – YOUSSEF PASSA A REGIME ABERTO, MAS USARÁ TORNOZELEIRA.....	133
ANEXO D – CRIADOR DA <i>WEB</i> ALERTA PARA DESINFORMAÇÃO NA INTERNET.....	135
ANEXO E – USO DE CRIPTOGRAFIA DE PONTA A PONTA É 'INACEITÁVEL', DIZ MINISTRA BRITÂNICA	137
ANEXO F – HOSPITAL DE SP PAGOU POR VIGILÂNCIA DE CÂMERAS DESLIGADAS, DIZ AUDITORIA	138
ANEXO G – BABÁ DA METRÓPOLE, REDE DETECTA SONS DE TIROS E ACIDENTES E AVISA A POLÍCIA	140
ANEXO H – EX-TRAINEE DA FOLHA LANÇA PROJETO PARA PROTEGER JORNALISTAS DE AMEAÇAS DIGITAIS	143
ANEXO I – <i>HACKER</i> MAIS PROCURADO DO MUNDO É MANTIDO COMO TRUNFO PELA RÚSSIA	144
ANEXO J – PESSOAS COMUNS NÃO DEVEM SE PREOCUPAR COM A CIA, DIZEM ANALISTAS	149
ANEXO K – DORIA QUER INTEGRAR IMAGENS DE 10 MIL CÂMERAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	154
ANEXO L – FALTA DE ILUMINAÇÃO CAUSA INSEGURANÇA NA ZONA OESTE DE SP	156
ANEXO M – HOMEM BÊBADO É PRESO APÓS AGREDIR ROBÔ NOS EUA.....	159
ANEXO N – ESPIONAGEM AGORA SE CONCENTRA NOS APARELHOS, NÃO NA <i>WEB</i>.....	161
ANEXO O – PRESOS INTERNADOS EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA VÃO À PRAIA EM SERGIPE	163
ANEXO P – GUIA DE SEGURANÇA NA INTERNET PARA PAIS E FILHOS	166
ANEXO Q – HUNGRIA INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA CERCA NA FRONTEIRA COM SÉRVIA PARA BARRAR REFUGIADOS.....	168

APÊNCIDE A – QUADRO DE PUBLICAÇÕES COM A PALAVRA VIGILÂNCIA (PRÉ-CORPUS)	170
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Cão de guarda, porteiro, vigilante da democracia, defensor da cidadania e do interesse público: o jornalismo se instituiu como um dos mais confiáveis vigilantes sociais das sociedades democráticas industriais e pós-industriais nos últimos dois séculos. Condição que, mesmo em acelerado declínio nas últimas décadas, ainda sustenta a duras penas. O jornalismo vigia e a vigilância é uma etapa fundamental do controle. Vigia instituições, crimes, festas, políticos, bombas, direitos, deveres, vigia o amor e o sexo, casamentos, produtos, a vida, a morte, a ciência e, para poder seguir vigiando, vigia inclusive suas próprias aparições, para que, a cada tempo, mantenham a condição de não serem confundidas com ficção, o que lhe retiraria um componente fundamental para garantir o posto. Note-se que não foi dito que o jornalismo vigia bem ou para o bem. Nem mesmo que tudo vigia, ainda que este seja um dos seus ímpetos fundamentais. Tampouco que deveria vigiar ou que poderia fazê-lo melhor. Mas ocorre que, desde a modernidade, opera uma vigilância e um controle sociais decorrentes do status que instituiu e constituiu, entre rigor e sensualidade, sendo a dor e a delícia de ser o que é, um profusor de narrativas, valores e pulsões, um delimitador da verdade. Entre seus fascínios, está o progresso tecnocientífico. O que, no limite, é o fascínio que nutre por ele mesmo, na medida em que foi forjado sob os mesmos pilares modernos da ciência positivista, permitindo-o contar eufórico as boas novas descobertas científicas e tecnológicas aos seus concidadãos; as mesmas descobertas que permitiram que ele se expandisse em velocidade e atuação.

O sentido para a expressão vigilância que o jornalismo confere, o de atenção focada e contínua a determinadas esferas da vida social para, a partir disso, desenvolver narrativas que acabam por produzir controle sobre este mesmo social, não é a imagem mais convencional que se tem da vigilância. Apesar disso, a ideia de que o jornalismo atua como um vigilante (atenção permanentemente, prontidão à resposta) está presente na literatura especializada, como veremos adiante, e no senso comum. A vigilância está entre os sentidos construídos pelos jornalistas para a própria profissão – e afirmamos isso também pela nossa percepção *in loco* em redações e conversas com colegas de profissão ao longo dos últimos anos. Esta aceção do jornalismo como monitor de um bem comum se repete no Imaginário social, algo que percebo melhor desde agosto de 2004, quando ingressei no curso de Comunicação Social – Jornalismo desta mesma instituição, em progressiva submersão no campo. Jornalismo ocidental este que, diga-se de passagem, contava com mais prestígio e imunidades há 14 anos se comparado ao atual momento.

Os sentidos mais usuais destinados à vigilância, associados a processos repressivos e coercitivos praticados por governos e empresas, também se transformaram neste curto período – e ainda mais se tomarmos o transcorrer do último século. O cenário distópico e repressivo pintado por George Orwell na obra *1984* (escrita em 1948) nem de perto se aproxima da atual vigilância que opera imbricada à maioria de nossas atividades cotidianas, especialmente naquelas relacionadas aos atos comunicativos em rede – sem que, contudo, sejam prontamente percebidas como integrantes de complexo mecanismo de vigilância porque bastante associadas a circuitos de prazer.

Parte dessas novas configurações se deu a ver ao grande público graças ao denunciamento de Julian Assange (criador do site para vazamento de informações sigilosas Wikileaks, em atividade desde 2006) e de Edward Snowden (o ex-analista de sistemas da NSA que denunciou, em 2013, as operações globais de vigilância promovidas pela agência). As denúncias sobre a vigilância realizada especialmente pelos Estados Unidos contra populações e chefes de Estado – levadas ao grande público pelas páginas e pelos portais de notícias de alguns dos maiores jornais do mundo – mudaram a compreensão sobre os fluxos de informação nas redes, gerando debates, legislações, ativismos e novos sistemas de defesa tecnológica mundo afora.

Isso, no entanto, em nada impediu que a cultura da comunicação em rede se expandisse com aceitação de seus mecanismos de vigilância pelos cidadãos que, ainda que sejam avisados, confirmam o “Eu li e concordo com os termos de uso e políticas de privacidade”. E não há culpa nisso. Veremos adiante que a maior parte da vigilância se dá discretamente e que a maior parte da privacidade se dissolveu em um mundo de partilha permanente. Essas aceitações, cogitamos, passam mais pelos “benefícios” pulsionais do que por uma avaliação racional de perdas e ganhos. Porque, ao final das contas, ceder seus dados mais íntimos, consciente ou inconscientemente, ao Outro, ainda que um Outro abstrato, se dar à vigilância, é também, em si, uma forma de comunicar, de partilhar, de compor um novo ser no mundo, de se lançar no enfrentamento da morte. Neste sentido, a comunicação não deve ser explicada apenas com recurso à “metade” racional de nossas existências. Não parece, por sinal, haver algo da existência humana, da política ao amor, das ciências às artes, que se designe puramente pela nossa composição lógica da realidade.

A convicção racionalista e teleológica de que o mundo – incluídos o jornalismo e todas as comunicações em rede – está equivocado em sua formatação e que pode e deve ser convertido em um outro pelo nosso trabalho intelectual não é a orientação fundamental desta pesquisa. Ainda que não haja reflexão desinteressada – e esta não será a primeira, há

primordialmente a tentativa de compreensão de elementos antropológicos formadores das realidades que são anteriores e posteriores às disputas políticas e sociais – ou seja, que as motivam. Somos ainda seres humanos e isso é admitido neste trabalho na medida em que se considera que a espécie partilha algo além de uma configuração momentânea e histórica de tempo-espaço. Nem melhores, nem piores, mas humanos, considerando tudo o que conseguirmos, desde as pulsões primordiais que nos fazem nos discernir do caos e temer a morte às mais recentes criações tecnológicas que permitem o despejar de bombas frias por meio de drones teleguiados nas cabeças de desconhecidos – mas, especialmente, a conexão entre essas duas pontas de um mesmo ser. Para esta sorte, um olhar antropológico se lançará sobre as durezas e maciezas do cenário em análise.

A sociedade em que o jornalismo floresceu (e na qual se garantiu como vigilante) se transformou profundamente, com destaque para o espaço ocupado pelas tecnologias. Se estas, por um lado, foram consideradas auxiliares no processo civilizatório da modernidade, auxiliando na fabricação de verdades e paradigmas, por outro passaram à centralidade, nas últimas décadas, ao permitirem um sentimento planetário de pertencimento ao todo, através de uma invisível e emaranhada rede que nada pretende deixar de fora. Tal rede, como consequência direta, fez configurar uma nova forma de vigilância que conta com grau de voluntarismo muito superior ao que havia se experimentado até a metade do século passado.

Este texto (porque escrito em plataforma digital), o geoposicionamento dos leitores deste texto (porque usuários de dispositivos em permanente rastreamento), as mensagens que eventualmente foram e serão trocadas sobre este texto (se realizadas pela internet), o trajeto do leitor até o local onde se lê este texto (porque alvo de câmeras de vigilância), só para ficar na superfície do fenômeno, participam de um mesmo processo de vigilância (e autovigilância) distribuída, ou seja, de difícil delimitação da extensão e da atuação. A vigilância que esses mecanismos engendram é difusa, fluída, horizontal, modular. Nela, toda ação, participa/ação, é incentivada, na medida em que amplia os domínios da captura de informação, aprimoramento e pertinência da rede. A discussão sobre o controle imbricado nos algoritmos é somente a ponta do iceberg da semana.

Quem vigia o vigia? É o que, recursivamente, sempre se pode perguntar, mas que se complexifica, senão se torna inócua questionar, na medida em que a identificação do próprio vigia está comprometida. O jornalismo encarnou o vigia moderno e sobrevive de sua memória. Memória coletiva, diga-se de passagem. O porteiro principal, contudo, para boa parte dos conteúdos, já não é o jornalismo. Na superfície, nesta semana, é o algoritmo implicado nas redes sociais. Não nos parece que o será permanentemente, porque é preciso

que tudo flua para que se cumpra a exigência de fluidez. Será possível compreender que pulsões profundas estão imbricadas nas narrativas sobre toda essa vigilância contemporânea produzidas por esse vigia, ex-vigia ou, no mínimo, sonhador de vigia, tal qual o jornalismo? Acreditamos que sim, através dos Estudos do Imaginário, que permitem colocar em relação o fenômeno social, as descobertas de outros campos de pesquisa e as imagens que orbitam o pensamento humano.

Nosso problema de pesquisa, portanto, parte desse cenário de tensão que habita a relação contemporânea entre os fluxos de informação e comunicação em rede, as novas formas de estar-juntos e os mecanismos de vigilância, todos atravessados por novas tecnologias, fazendo com que estejam imbricadas as pulsões de comunicar e a vigilância – tanto sobre quem comunica quanto sobre o que é comunicado. O jornalismo, compreendido como um produtor de vigilância e controle sociais, encontra-se diante de reconfigurado cenário de vigilância que coloca à prova sua tradição de significar os fenômenos de seu tempo. Se a compreensão e a significação do plano social dependem, em última instância, das conexões estabelecidas com o plano Imaginário, nos perguntamos: de que forma as imagens simbólicas sobre vigilância se organizam na mundivisão jornalística? Como e em que níveis do Imaginário essas imagens jornalísticas se organizam?

Desta sorte, nosso objetivo principal neste trabalho é compreender que imagens simbólicas sobre vigilância se organizam na visão de mundo do jornalismo de referência brasileiro, e interpretá-las, diante do fato de que este operador de controle se encontra diante de uma recente e reconfigurada vigilância articulada em rede. Desejamos, também, identificar em que níveis do Imaginário essas imagens jornalísticas se organizam, uma vez que tais níveis podem nos indicar a consistência pulsional do que motiva essa significação.

Os objetivos específicos do estudo são:

- a) apresentar o estado da arte das pesquisas sobre vigilância e jornalismo no campo da comunicação;
- b) produzir uma revisão bibliográfica sobre vigilância que nos permita identificar as principais questões e fenômenos relativos ao tema;
- c) analisar simbolicamente um conjunto de matérias escritas do jornalismo de referência brasileiro que deem a ver as imagens (símbolos) relativas à vigilância;
- d) constituir uma constelação de imagens simbólicas evocadas pelo jornalismo de referência brasileiro sobre vigilância, e interpretá-la;
- e) verificar nas teorias sobre vigilância estudadas a presença ou ausência das imagens simbólicas evocadas pelas matérias.

1.1 CORPUS

Se o jornalismo como um todo está envolto em um véu de credibilidade, ainda que em curva de declínio como já destacado, há uma gama de veículos que encontram maior eco para suas narrativas tanto entre os jornalistas, como no restante da sociedade. Trata-se do jornalismo ou da imprensa de referência. Os “jornalões” – e suas reconfigurações digitais – são a melhor expressão do termo. O conceito abarca alguns valores e predicados, entre os quais colocamos em primeiro lugar a influência de seu produto jornalístico “legitimado pela sociedade e presente no Imaginário social” (AMARAL, 2004, p. 51). O chamado jornalismo de referência também investe mais em temas globais, diferentemente do localismo identificado com o jornalismo popular. A utilização do termo “de referência”, como bem anota Marcia Amaral (2004), não implica em adesão irrestrita ou abstenção de crítica da produção jornalística desse grupo de veículos, servindo somente como recorte baseado em capital social, econômico e simbólico.

Consideramos jornais de referência [...] os grandes jornais consagrados econômica e politicamente ao longo da história, que afirmam basearem-se nos princípios éticos da profissão. Referimo-nos aos jornais que dispõem de prestígio no país, isentando-nos de uma avaliação de sua qualidade (AMARAL, 2004, p. 54).

Inicialmente, elegemos como corpus deste trabalho (baseados neste recorte de influência e extensão de cobertura dos temas) textos jornalísticos publicados nos portais de notícias de *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Estadão*. São, nesta ordem, os três jornais de referência impressos de maior tiragem diária do país, conforme os dados mais atualizados, de 2015, da Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2017). No que tange à circulação da versão digital desses jornais impressos, muda somente a posição entre *Folha* e *O Globo*.

Definimos também, inicialmente, que a busca pela seleção do corpus seria realizada nos portais de notícias dos três jornais – e não nas páginas impressas ou digitais consolidadas dessas mesmas publicações. Isso se deve ao fato de que há mais conteúdo publicado nos portais, além daquele destinado à versão diária (impressa e digital), e maior facilidade em lidar com o conteúdo para fins de pesquisa.

Dentro desse escopo, definimos que a busca ocorreria no intervalo de tempo de três meses, entre fevereiro e abril de 2017, por textos jornalísticos (matérias, editoriais e artigos) que tratassem direta ou indiretamente de vigilância. Para isso, a seleção primeira do corpus passaria pela inserção da palavra “vigilância” na caixa de busca dos três portais, o que deveria nos apresentar todos os textos que contivessem, no período delimitado, matérias que citassem

a referida palavra-chave. Também definimos, inicialmente, que os resultados para “vigilância sanitária”, “vigilância em saúde” e assemelhados deveriam ser eliminados por se tratar de uma esfera da vigilância muito distante das articulações teóricas que entendemos ser capazes de desenvolver.

A estratégia descrita se mostrou eficiente para os portais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Estadão*. Em *O Globo*, no entanto, o recenseamento de textos com a referida palavra-chave foi ineficaz, porque os resultados da busca aparecem desordenados temporalmente e não há possibilidade de refinamento, por período de publicação, dos textos. Assim, decidimos eliminar *O Globo* do corpus, mantendo os conteúdos dos outros dois jornais de referência.

Também definimos, em uma análise mais atenta do corpus e após as primeiras tentativas de leitura simbólica, que seria mais frutífero trabalhar apenas com notícias – excluindo-se, portanto, os demais gêneros jornalísticos. Decidimos, ainda, por orientação da banca de qualificação, restringir o corpus a notícias que tivessem relação direta com os mecanismos de vigilância buscados – deixando de lado aquelas em que a expressão vigilância não participava de uma ideia maior de vigilância.

Excetuando-se vigilância em saúde, vigilância sanitária e semelhantes, encontramos na *Folha de S.Paulo* 93 textos cumprindo os requisitos já descritos, dentre os quais 67 classificamos como notícias. No *Estadão*, repetida a operação, foram 109 textos, dos quais 86 notícias. O pré-corpus do trabalho contou, portanto, com 212 textos, sendo 153 notícias. Uma minoria, 32 textos, tratava diretamente de vigilância, sendo a maior parte notícias em que a expressão vigilância aparecia completamente descontextualizada da discussão que propomos. Assim, dessa minoria, selecionamos – a partir de leitura flutuante – 17 matérias para serem alvos das leituras simbólicas.

1.2 METODOLOGIA

Admitimos desde já a dificuldade em fazer vir à tona a miríade de fenômenos de vigilância distribuída que, se não aparecem translucidamente no cotidiano, podem não transparecer também nos conteúdos jornalísticos. A imersão nesses jornais nos elucidará, primeiramente, a extensão do que é compreendido como vigilância nas narrativas jornalísticas hegemônicas brasileiras para, em um segundo momento, pensarmos sobre a consistência pulsional dessas vigilâncias nas mesmas narrativas.

O processo que nos levará até as conclusões começa com a constituição de um estado da arte focado na interseção de jornalismo e vigilância, tanto em periódicos, quanto em

bancos de teses e dissertações. A busca é pelas significações ou, nos termos do Imaginário, pelas simbolizações que o jornalismo dá a ver acerca da vigilância. Aqui o Imaginário fica em segundo plano, uma vez que se trata de nossa perspectiva, nosso olhar, nossa heurística, e não de nosso tema.

A etapa seguinte será de revisão bibliográfica sobre a vigilância, para que possamos compreender, a partir de textos e ideias fulcrais, qual o cenário teórico estabelecido sobre o tema. O que é vigilância, quais os seus regimes, suas principais manifestações no contemporâneo, fenômenos de contravigilância e, ainda, com que outros conceitos as aparições teóricas sobre vigilância estão articuladas.

O terceiro objetivo específico, o mapeamento de textos jornalísticos que abordam direta ou indiretamente a vigilância, está explicado no subtítulo anterior (1.1 Corpus) e guarda relação direta com a etapa que detalharemos agora, a de constituição de uma constelação de imagens simbólicas relacionadas à vigilância nos textos selecionados.

Gilbert Durand dedica poucas páginas a detalhar o seu método homológico/de convergência, na obra *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (2001). De resto, é preciso captar a ideia nas entrelinhas de suas obras e recorrer aos seus intérpretes. No trecho mais descritivo da base de seu método, entre as páginas 42 e 43 da referida obra, Durand aponta a necessidade de se analisar os dados coletados na pesquisa buscando as homologias e não as analogias. Não desejada aqui, “a analogia procede por reconhecimento de semelhança entre relações diferentes quanto aos seus termos” (DURAND, 2001, p. 43), explica Durand. Por outro lado, a recomendada homologia encontra as semelhanças “termo a termo em domínios diferentes do pensamento” (DURAND, 2001, p. 43). Isso quer dizer que nossa atenção, homologicamente, estará voltada essencialmente não para a comparação de relações em que os termos podem ser alterados, preservando-se a estrutura relacional, mas sim para a convergência existente entre os próprios elementos analisados que guardam semelhança mesmo estando em camadas diversas da realidade. O motivo para a eficácia desse método é que os termos (culturais, de ideias, teóricos), pela teoria de Durand, remetem sempre às pulsões fundamentais do ser humano (que serão descritas no decorrer do trabalho), mais do que às estruturas sociais dadas em um tempo-espço. O trajeto das pulsões fundamentais à significação social é intermediado pelas imagens simbólicas (imagens mentais), sendo estas a serem recenseadas em nossa pesquisa qualitativa.

O recenseamento dessas imagens no material jornalístico em questão se dará através do que, na teoria do Imaginário, chama-se leitura simbólica: ler os textos não em busca das relações internas ou externas do discurso, mas, especialmente, em busca das imagens

simbólicas evocadas, emergentes na narrativa. Essa busca se dá a partir de palavras e frases que remetem aos grandes símbolos orbitantes no pensamento humano, mas também através da captura de um sentimento, uma percepção, mesmo uma epifania que a completude do texto faz brotar e, por fim, que o conjunto de textos dá a ver. Essa percepção geral do (s) texto (s), da mesma forma que a percepção dos elementos menores, também remete a imagens simbólicas que nos dão pistas para o trajeto antropológico, para as pulsões que orientam essa produção.

A emergência das imagens simbólicas faz constituir constelações de imagens, agrupamentos, conjuntos. Esse processo é possível porque que a semanticidade das imagens simbólicas faz com que elas se agrupem por equivalência morfológica – e não funcional. Assim, o que no plano social está próximo pode aparecer, pulsionalmente, distante – e vice-versa.

A quantidade de matérias que teríamos que analisar para a constituição das constelações de imagens não pôde ser prevista de antemão. Assim, se decidiu recensear as recorrências simbólicas até que estivessem suficientemente evidentes, dando conta de uma variedade de aparições de equipamentos de vigilância. Havíamos estipulado, inicialmente, uma meta de 14 leituras simbólicas, diante do volume do corpus. Ao fim, realizamos 17 leituras, interrompendo o processo quando percebemos que as imagens simbólicas estavam suficientemente recorrentes. Visto que tínhamos um pré-corpus com 212 textos, escolhemos as matérias através de uma leitura flutuante que desse conta de abarcar as principais manifestações da vigilância em contextos narrativos diversos (editorias diferentes e matérias mais e menos analíticas). Com isso, as constelações, compreendemos, se deram suficientemente a ver.

1.3 ESTADO DA ARTE E JUSTIFICATIVA

As buscas em bancos de periódicos, teses e dissertações com a única palavra-chave “vigilância”, no âmbito dos estudos de Comunicação, mesmo que eliminadas as desambiguações, nos levou a um número bastante elevado de respostas positivas, o que demonstra a força desse assunto para as Ciências Sociais Aplicadas. Entretanto, quando a busca é feita pelas expressões “vigilância” e “jornalismo”, no título e/ou no assunto de artigos, não há qualquer resultado no Portal de Periódicos da Capes.

Na busca geral do mesmo portal, quando as expressões são procuradas em quaisquer partes dos artigos, encontramos 139 resultados. Daqueles com mínima validade para nosso

estado da arte, há dois resultados. Começamos por *Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades*, de Fernanda Bruno (2008), em que a vigilância nas cidades é pensada por três vieses: videovigilância, produção de imagens amadoras e sistemas informacionais sobre o espaço urbano. Nesse artigo, a autora destaca a recente inclusão do jornalismo-cidadão (ou jornalismo participativo) no sistema de vigilância do Outro no espaço público, apontando que a estética do flagrante é carregada de conotação simultaneamente policial e jornalística.

O segundo trabalho que destacamos é *Drones no ar e ninjas nas ruas: os desafios do jornalismo imersivo nas mídias radicais*, de Antonio Brasil e Samira Moratti Frazão (2013). No artigo, pensado a partir do fenômeno dos grandes protestos de rua em 2013 no Brasil, os autores, em certo ponto, se dedicam a mostrar como as mídias alternativas aplicam sua vigilância jornalística mais sobre aqueles que exercem o poder (policiais) do que sobre os quais o poder é exercido (manifestantes). Ainda problematizam o uso de drones (veículos aéreos não tripulados) em coberturas jornalísticas da mídia hegemônica e o afastamento que essa tecnologia de visibilidade e vigilância gera do fato jornalístico, fazendo um elogio ao trabalho de vigilância imersiva da *Mídia Ninja*¹.

Os demais artigos que respondem à busca, em sua maioria, abordam o papel do jornalismo e do jornalista como vigilantes da sociedade (cão de guarda, quarto poder), seja por uma abordagem elogiosa ou crítica dessa mundivisão, sem preocupação com outros mecanismos e equipamentos de vigilância que não a própria narrativa jornalística. Assim, não nos são resultados válidos.

Partindo aos trabalhos de maior fôlego, encontramos duas dissertações e uma tese que, em maior ou menor grau, nos estudos da comunicação, pensam os equipamentos de vigilância no conteúdo jornalístico. A primeira dissertação que destacamos, e que entendemos com mais fôlego no cruzamento dos temas, é *Câmeras de vigilância: as novas tecnologias na governamentalidade contemporânea*, de Rita de Cássia Souza Leal (2006, UFRJ), que busca identificar quais são os discursos midiáticos e as práticas sociais que sustentam o crescente uso das câmeras de vigilância em espaços públicos e privados a partir de uma leitura primordialmente foucaultiana do cenário. No trabalho, a autora mostra como as câmeras de vigilância se configuram como dispositivos de governo da população, referendados por discursos jornalísticos que remetem ao medo. O trabalho tem como corpus matérias do jornal

¹ *Mídia Ninja* é, resumidamente, uma rede descentralizada de agentes de mídia, de orientação ideológica de esquerda e anarquista, que propagam seus conteúdos em páginas de redes sociais do grupo.

Folha de S.Paulo com a temática “câmeras de vigilância” no período de dez anos. Nas conclusões, uma das constatações principais é de que há uma prevalência da positividade do uso desses equipamentos nos discursos jornalísticos analisados.

De 2015, há a tese *Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes*, de Maura Oliveira Martins (2015, USP). No trabalho, a autora lança um olhar semiótico-peirceano para compreender quais os caminhos de atualização do real pelo telejornalismo de referência brasileiro, a partir da proliferação de novas máquinas de visibilidade. No trajeto investigativo, o tema da vigilância aparece como importante na composição dos cenários de ubiquidade, onipresença e onisciência, mas não como discussão central. A hipótese, confirmada ao fim do trabalho pela autora, é de que há quatro modalidades principais de câmeras que produzem visibilidades absorvidas por telejornais: câmera onisciente de vigilância, câmera onisciente oculta, câmera onipresente amadora e câmera onipresente profissional.

Em 2016, é publicada outra dissertação sobre o tema: *Jornalismo e imagens-flagrantes amadoras: novas configurações de poder, de vigilância e disciplina*, de Vinicius Batista de Oliveira (2016, UFSC). A pesquisa interessa-se, a partir de um viés foucaultiano, pela questão das imagens-flagrantes amadoras e suas inserções em páginas de jornais. Nas discussões, o autor revisita o jornalismo em suas funções de produção de verdade e participação em sistemas sociais de vigilância. A vigilância, entretanto, produzida pelas “imagens-flagrantes amadoras” e os sistemas de outras produções aos quais elas estão integradas não são o objeto central da dissertação.

Como ocorreu nas buscas em periódicos, uma grande quantidade de teses e dissertações cita ou aprofunda o caráter de vigilância social exercido pelas narrativas do próprio jornalismo nas sociedades liberais contemporâneas, sem adentrar nas significações ou simbolizações dos fenômenos externos de vigilância para este mesmo jornalismo.

A constituição de um estado da arte da intersecção entre vigilância e jornalismo nos mostra, primeiramente, a força das pesquisas baseadas no trabalho de Michel Foucault (1999), o qual também consideramos referencial, ainda que pretendamos dar um mergulho antropológico que poderá, esperamos, jogar luzes sobre outras camadas desses complexos fenômenos do contemporâneo.

Em segundo lugar, percebemos que o tema da vigilância (mesmo quando não adicionamos a palavra-chave jornalismo) não conta com qualquer abordagem ligada aos Estudos do Imaginário. Como exemplo, a busca pelos termos “vigilância” e “Imaginário”, no

Portal de Periódicos da Capes, aponta para 191 artigos, mas nenhum deles é profícuo. Isso porque a expressão “Imaginário” aparece nos mais diversos contextos, ou sem aprofundamento teórico (como expressão autoevidente sem relação com outros elementos teóricos do Imaginário), ou como sinônimo de fantasia, mentira, ilusão (enquanto compreendemos aqui o Imaginário como realidade primeira).

Por esse estado da arte apresentado, acreditamos que uma pesquisa que se debruce sobre as motivações antropológicas da produção jornalística envolvendo mecanismos de vigilância pode acrescentar novos horizontes tanto para os Estudos do Imaginário, como para a discussão do plano político que está inevitavelmente imbricado a esse tema, de forma mais ou menos aparente.

Após este capítulo introdutório, esta dissertação está dividida em mais três capítulos. No segundo capítulo (*Estabelecendo um cenário: pulsões, vigilância e jornalismo*), busca-se articular e encadear ideias gerais sobre Imaginário social através, especialmente, das reflexões de Michel Maffesoli (2001, 2004 e 2005); sobre a configuração social dos equipamentos de vigilância, especialmente com Fernanda Bruno (2008 e 2013); sobre o valor da vigilância no Imaginário social do jornalismo, com Cremilda Medina (2008), Nelson Traquina (2015) e Marcondes Filho (2000); e sobre a pujança da transparência no contemporâneo, pela obra de Byoung-Chul Han (2017).

O segundo capítulo conta com dois subcapítulos. No tópico 2.1, *Os regimes da vigilância*, a transformação histórico-social da vigilância é referenciada, focalizando a reflexão nas principais formas como a vigilância se disponibiliza e se configura no contemporâneo. Com Lucia Santaella (2010), separamos os mecanismos de vigilância em três grandes regimes (panóptico, escópico e de rastreamento), sendo a vigilância na internet explorada com mais profundidade com ajuda de Eli Pariser (2012).

No tópico 2.2, *O cão de guarda: modos de ser jornalismo, modos de estar vigilante*, o trabalho é de mostraçã da força do ímpeto de vigilância no campo jornalístico, para compreensão do plano cultural e dos valores estabelecidos em nosso corpus que dessem pistas sobre o Imaginário do campo. Para isso, o trabalho referencial que utilizamos foi o de Gisele Reginato (2016).

No terceiro capítulo (*As imagens simbólicas e seus regimes*), é aprofundada a perspectiva norteadora do trabalho, o Imaginário, que nos serve como teoria fundamental e heurística. Para isso, aprofundamos o estudo do que é imagem simbólica, das formas como tais imagens se formam no trajeto antropológico, de como constelam e de como o Imaginário se organiza, com auxílio de Gilbert Durand (1993, 1998 e 2001), Mircea Eliade (1979) e Ana

Taís Martins Portanova Barros (2008, 2009, 2010 e 2014). Essa etapa do trabalho tem como objetivo mais pragmático apresentar, também, os regimes das imagens simbólicas descritos por Durand e como tais imagens se articulam entre o social e o pulsional.

A partir dos conhecimentos articulados nos capítulos anteriores, em especial das articulações do Imaginário estudadas na etapa recém descrita, partimos para o trabalho de análise do corpus. Isso é feito no capítulo 4 (*As leituras simbólicas da vigilância*), em que cada uma das matérias escolhidas no corpus é lida simbolicamente, ou seja, em busca de símbolos universais que emanam dos textos e que, durante esse processo, vão se articulando em constelações, agrupamentos, recorrências. Este é o trecho de maior fôlego do trabalho porque envolve não apenas as articulações teóricas anteriores, mas a emergência de imagens simbólicas que “acontecem” no contato do texto conosco.

Por fim, o trabalho se encerra com uma conclusão que tem dois objetivos centrais. O primeiro é, a partir das leituras da teoria, apresentar nossa interpretação de como o Imaginário “funciona” em sua faceta de equilíbrio, de compensações, que se dá sempre por conta de social específico que favorece o escalonamento de um conjunto de imagens em detrimento de outro. O segundo, é, também a partir das leituras, articular uma reflexão final sobre a (des)equilíbrio percebida no universo simbólico que investigamos e buscar conexões com o campo teórico da vigilância e do valor social da transparência.

2 ESTABELECENDO UM CENÁRIO: PULSÕES, VIGILÂNCIA E JORNALISMO

A questão que será colocada à reflexão nas próximas páginas decorre de uma inquietação acerca do futuro do ser humano diante da intensa transformação da vida social percebida nas últimas décadas pelo atravessamento de tecnologias de comunicação em rede que, entre outras decorrências, reconfiguram o estar-junto, embaralham as fronteiras entre público e privado e fazem emergir novas formas de vigilância e controle. Está em curso um processo de profunda reconfiguração no qual os mecanismos de vigilância e controle mais eficientes deixaram de atuar em espaços de organização, confinamento e disciplinamento dos corpos e se veem, agora, imbricados nas atividades mais cotidianas e prazerosas, operando de forma difusa, fragmentada e imanente, estando mais associadas à circulação dos entes e das informações que esses disponibilizam do que às suas restrições. No confinamento da prisão, do hospital, da escola, da casa ou da redação jornalística, por exemplo, a disciplina se fazia encarnada sobre os sujeitos, configurando sujeições e resistências, possibilitando entradas e saídas, trocas de regimes (FOUCAULT, 1999). De outra sorte, nos tempos que agora experimentamos – e nos indagamos se sob a devida suspeição – as atividades mais banais e corriqueiras, do lazer ao trabalho, do consumo à criação, estão imbuídas de refinadas e inerentes estratégias de vigilância e controle – que operam como desdobramento inevitável das atividades-fim.

Nesse cenário, não há uma substituição de mecanismos reconhecidos de vigilância por novos, mas sobreposição, potencialização, entre um modo moderno e consolidado de proliferar o poder e outro forjado no último meio século. Se a escola e a prisão continuam existindo, não se pode mais afirmar que em ambas seguem localizadas as mais eficientes operações de controle. É possível que o celular com acesso à internet – a que alunos e detentos frequentemente têm acesso – ajude mais a explicar os fluxos contemporâneos da vigilância do que as distribuições dos alunos e detentos em fileiras, celas, recreios ou banhos de sol, por tempos determinados. A organização hierárquica e localizada das informações da modernidade – e a subsequente vigilância desencadeada – dá lugar a uma multiplicação e dispersão de dados sobre os quais é preciso reconhecer alguma horizontalidade.

A vigilância que se pode perceber nesse reconfigurado fluxo de poder é, assim, mais “distribuída” (BRUNO, 2013) do que “localizada” (elegemos esse termo para abarcar os regimes anteriores de vigilância). Conforme Fernanda Bruno (2013), a vigilância distribuída pode ser descrita por ao menos sete atributos, resumidamente elencados: 1) ubíqua, incorporada a diversos dispositivos tecnológicos, serviços e ambientes, descentralizada, sem

hierarquias estáveis, com diversidade de propósitos e funções; 2) diversidade de tecnologias, práticas, propósitos e objetos; 3) indiscernibilidade entre vigias e vigiados, todos são potencialmente suspeitos; 4) frequentemente funciona como efeito secundário de dispositivos destinados a outras finalidades, caso da internet, em que a vigilância potencial está inscrita em sua arquitetura; 5) a vigilância se distribui entre diversos indivíduos e instituições, incluindo os agentes não humanos; 6) é mobilizada não só pelo medo e pela busca de segurança, mas também funciona nos circuitos de libidos, prazeres e desejos; 7) aparece frequentemente associada a práticas colaborativas e participativas em que os usuários são chamados a praticá-la, inclusive, por consciência cidadã (BRUNO, 2013).

Utilizar o *smartphone*, passar o cartão de crédito, de débito, da biblioteca, do clube ou do transporte público, acessar redes sociais, pesquisar em site de busca, trocar mensagens pela internet, viajar de avião, fazer cadastros, criar novas senhas, alugar um imóvel, consumir energia elétrica, ser paciente em um programa de saúde, ler notícias em portais, assistir à publicidade *online*, declarar imposto de renda, para ficar somente no topo desta pirâmide aberta, implica em, além de viver tais experiências, ofertar dados pessoais a sistemas de informação e comunicação correlacionados e complexos que organizam tais elementos em um processo permanente de aperfeiçoamento dos próprios sistemas. Momento curioso em que a vida, da genética à pornografia, passa a ser compreendida enquanto conjunto de dados capturáveis, organizáveis, arquiváveis e que retroalimentam os sistemas informacionais.

A paisagem é extremamente múltipla e complexa não apenas por conta da miríade de dispositivos de vigilância espalhados pelas cidades, mas, também, pela multiplicidade de funções, propósitos e afetos que os atravessam. Começamos pelos dispositivos: câmeras de vigilância em lugares públicos, semi-públicos e privados, *webcams* pessoais ou institucionais, sistemas de controle de trânsito (câmeras, radares), sistemas de geolocalização (GPS, GIS, RFID), fronteiras e portões eletrônicos (senhas e cartões de acesso, *scanners* para pessoas e bens/produtos), mecanismos de autenticação e controle de identidade (cartões de identidade e dispositivos de identificação biométrica), tecnologias de informação e comunicação (computadores, telefones celulares), redes de monitoramento e cruzamento de dados informacionais, sistemas informacionais de coleta, arquivo, análise e mineração de dados (bancos de dados, perfis computacionais), entre outros. Alguns destes dispositivos tendem a funcionar conjuntamente, refletindo, no campo da vigilância, uma tendência à “convergência tecnológica” presente em outros setores, como o das telecomunicações (BRUNO, 2008, p. 46).

A miríade de dispositivos tecnológicos que se espalharam nos últimos 50 anos, do *nano* ao *tera*, do espaço sideral aos cabos submarinos, dá-se como inconclusão de um projeto, a modernidade, no qual o investimento infinito na razão e nos meios técnicos dela provenientes deveriam subjugar a natureza e conduzir o homem ao progresso universal. A consequência esperada da efetivação do projeto era a aniquilação das formas bárbaras e

obscurantistas da Idade Média, permitindo emergir uma sociedade das luzes, do esclarecimento, do progresso que, sem erros, levaria à emancipação do homem. Se o projeto não obteve – e nem poderia obter – os resultados esperados – basta ver o entorno –, ao menos os enlaces das tecnologias fizeram jus ao investimento técnico-científico.

O desenlace tecnológico da modernidade para o estágio atual em que nos encontramos – sem precisar definir se ele é líquido (BAUMAN, 2001), hiper (LIPOVESTKY, 2004), pós (MAFFESOLI, 2004; LYOTARD, 1993) ou tardio (GIDDENS, 2002) – acompanha as transformações pelas quais o controle e a vigilância passaram. Duas das mais consagradas (e convergentes) reflexões sobre o tema indicam que a modernidade configurou sociedades disciplinares (FOUCAULT, 1999) que vêm se transfigurando em sociedades de controle (DELEUZE, 1992), as primeiras situadas temporalmente entre o século XVIII e a Segunda Grande Guerra, marcadas pela transmissão vertical de informações que opera na modelagem dos indivíduos, em especial nos ambientes de sequestro, de confinamento, e atuam através de delimitações de espaço e tempo, exigindo uma série de representações sociais adequadas às transições definidas.

[...] uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que [...] circularam às vezes muito rápido (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas) (FOUCAULT, 1999, p. 119).

No segundo caso, a informação não é mais hierarquicamente oferecida, mas distribuída na maior quantidade possível, sendo a restrição a sua permanente potência. O sujeito, neste caso, nunca termina qualquer atividade e permanece naquilo que Gilles Deleuze (1992) chama de formação (dívida) permanente.

Não há necessidade de ficção científica para conceber um mecanismo de controle que forneça a cada instante a posição de um elemento em meio aberto, animal numa reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica). Félix Guattari imaginava uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças ao seu cartão eletrônico, que removeria qualquer barreira; mas, do mesmo modo, o cartão poderia ser rejeitado tal dia, ou entre tais horas; o que conta não é a barreira, mas o computador que localiza a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal (DELEUZE, 1992, p. 5).

O cenário que se estabelece através de algumas das mais consolidadas abordagens da vigilância e do controle no campo das ciências sociais, brevemente referenciadas aqui, é essencialmente político, na medida em que traz à tona as relações de poder histórico-socialmente construídas, dando a ver os fenômenos em suas relações temporais. Sem tais abordagens, as escolas e os *softwares* de algoritmos, por exemplo, cada um a seu tempo,

difícilmente seriam percebidos, em seus funcionamentos complexos de vigilância e controle, enquanto coerções.

Michel Maffesoli (2005) compreende que a experiência contemporânea de sociedade (dita por ele pós-moderna), incluídos os processos políticos, precisa ser compreendida em termos estéticos e sem orientação pela busca da Verdade, coisa relegada à modernidade. O que lhe interessa em nosso tempo é a pulsão de partilha, o investimento na emoção. Para ele, os modelos de contrato social e os grandes roteiros ideológicos da modernidade perdem terreno diante da força do estar-junto (emocional) que se apresenta na configuração de tribos, os pequenos grupos escorregadios por onde os indivíduos articulam suas experiências. Para Maffesoli, metaforicamente, passou o tempo da política – ideológica ou messiânica. “Somente o presente vivido, aqui e agora, com outros, importa” (MAFFESOLI, 2005, p. 15). Ou ainda: “A estética [...] parece ser de fato a forma alternativa ou a realização acabada da transfiguração do político” (MAFFESOLI, 2005, p. 18).

Maffesoli (2005) subsidia-se de Etienne de La Boétie para endossar a ideia de que há uma pulsão profunda na humanidade que remete à servidão voluntária, essa “força à submissão, a entregar-se ao Outro; aceitar chefes e [...] procurá-los. [...] Eis o alfa e o ômega do político. Ao menos, é isso que o constitui quando [o político] reina absoluto” (MAFFESOLI, 2005, p. 24), apontando que a coerção, física ou simbólica, é sua marca primordial. A essa força, o autor denomina imaginal, o que garante o plano político e privilegia a manutenção de um *status quo* amalgamado a uma ideia fundadora.

Quer-se ressaltar a existência, na origem do poder político, da necessidade de assegurar proteção, de permitir o bom funcionamento e a regularidade do crescimento social. A submissão é apenas o correlato da proteção. O líder tem por característica essencial assegurar um recurso, ser a garantia do equilíbrio. De resto, é isso que engendra a submissão fatalista ou, ainda, a passividade da massa que, conforme os regimes, procuraremos ou temeremos. Na base dessa passividade, está o fato de que se cede a outros os cuidados de assegurar a tranquilidade do conjunto. [...] Aquele que responde pelos outros, para os outros, na harmonia natural ou social, tende a pedir ou impor servidão social. [...] Não há política sem religião. Religião no sentido estrito: o que une as pessoas partilhando um conjunto de pressupostos. [...] Estado, Partido, Progresso, Ciência, Moral, Serviço, etc. Longa é a lista dos substitutos ou das modulações de Deus (MAFFESOLI, 2005, p. 30).

O politeísmo é uma forma de controlar o poder. O uno é a perfeição; o poli, o enfraquecimento. Os projetos de sociedade, inclusive os eclesiais, que preveem aplicação total de um saber ou uma crença sobre o povo deságuam em totalitarismos – duros ou suaves, pedindo permanente abdicação dos sujeitos. Para Maffesoli (2005), a modernidade é marcada exatamente pelo “controle da desordem em nome da Razão suprema que toma o lugar do Deus único” (MAFFESOLI, 2005, p. 41), passando-se da racionalidade ao racionalismo. Na

contramão da modernidade, do aniquilamento das pluralidades, Maffesoli propõe o conceito de contraditorial, aquilo que mantém o contraditório não ultrapassável dentro da vida social, que não permite a sua extinção. Na modernidade do século XIX, o mito maior foi o do progresso. A chegada à pós-modernidade é também o retorno da aceitação do ambíguo. Para Maffesoli, o melhor resumo da pós-modernidade é a união entre o arcaico e a tecnologia de ponta.

O estar-junto, sob a ótica de Maffesoli (2005), não somente assume novas formas na pós-modernidade, mas torna-se predicado. Da modernidade universalista passamos a uma recente tribalização, orientada essencialmente pela vontade de estar em contato, de partilhar, o que implica, recursivamente, acrescentamos, em ampliação dos mecanismos de vigilância e controle, sem que sejam imediatamente percebidos como tais.

Enquanto a modernidade se investiu de uma realização de futuro, Maffesoli (2005) destaca, como reação de nossos tempos, uma nova forma de socialidade baseada no presenteísmo. Não há mais antes nem depois.

A especificidade dessa ebulição, como de toda cultura nascente, é o presenteísmo, que se esgota *in actu*, basta-se a si mesmo e, para além de algumas de suas afirmações, não se projeta no futuro. [...] A política é dramática, isto é, repousa sobre a busca de soluções: todos os problemas são ou podem ser resolvidos. [...] Diferente é o sentimento trágico da vida presente na origem das diversas efervescências coletivas. Para este pouco importa o objetivo a atingir, a finalidade, somente tendo sentido o momento 'oportuno' partilhado aqui e agora (MAFFESOLI, 2005, p. 118).

Maffesoli se alia aos Estudos do Imaginário, perspectiva que atravessará este trabalho e que permite compreender as articulações das pulsões fundamentais – que nos caracterizam como seres humanos – e suas conexões inexoráveis com os planos culturais, sociais, históricos. O Imaginário é o “conjunto de imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *Homo sapiens*” (DURAND, 2001, p.18), sendo comum à espécie, universal nesse sentido, mas só encontrando sentido nas infinitas experiências da vida. É, assim, “um sistema, um dinamismo organizador de imagens que lhes confere profundidade e as liga entre si” (THOMAS, 1998, p. 15 apud BARROS, 2010, p. 129). Nas palavras de Michel Maffesoli (2001), refletindo sobre a abordagem de Durand (2001), o Imaginário é

a relação entre as intimações objetivas e a subjetividade. As intimações objetivas são os limites que as sociedades impõem a cada ser. Relação, portanto, entre as coerções sociais e a subjetividade. Nisso entra, ao mesmo tempo, algo sólido, a vida com suas diversas modulações, e alguma coisa que ultrapassa essa solidez. Há sempre um vai-e-vem entre as intimações objetivas e a subjetividade (MAFFESOLI, 2001, p. 80).

As coerções de que tratam Durand (2001) e outros autores dos Estudos do Imaginário são de outra ordem, bem mais amplas do que aquelas detalhadas pelos historiadores, pelos cientistas sociais – ainda que as englobem. As coerções pelas vistas do Imaginário são a própria experiência vivida dos humanos imaginantes e o cosmos; são o mundo no qual colidem, ininterruptamente, as pulsões; são aquilo que dá forma aos desejos, ao impor-lhes limites. Se tomado só pela faceta das pulsões, o Imaginário não se efetiva, se torna inócuo. O Imaginário existe no entre, no caminho, no trajeto de colisão das imagens mais profundas partilhadas pelo homem com a vida social realizada, a coerção. Também as imagens de que falam Durand (2001), Thomas e Barros (2010), Maffesoli (2005) e outros autores filiados a esses estudos não se referem às iconografias de quadros renascentistas ou de imagens de videomonitoramento. As imagens que fundam o Imaginário são as coletivas, simbólicas, biopsicológicas, as imagens construídas nesse vai-e-vem das pulsões às coerções.

Nesse trajeto das pulsões às coerções, as imagens simbólicas são a ponta de cima desse iceberg chamado Imaginário, a parte observável, enquanto a base, arquetípica, é demasiado profunda para se enxergar. Tentar se aproximar dos arquétipos desenrola-se com a mesma impossibilidade que há na busca pelas utopias. “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei” (GALEANO, 2000, p. 102), concluindo que a utopia serve para manter a caminhada. O arquétipo está lá, no fundo dos fundos, e buscá-lo serve para aprofundar o mergulho naquilo que dá sentido à existência humana, sem que seja possível manuseá-lo, forjá-lo, físgá-lo, sendo possível apenas contar os passos desse trajeto.

A estrutura do Imaginário, pulsões/coerções, parece estar bem metaforizada no modo de vida tecnológico de nossa sociedade em rede: a garantia de permanência da pulsão (de partilha) só é exequível porque também vem acompanhada de seu limite (vigilância). A comunicação em rede é uma metáfora bem refinada do Imaginário, em nossos tempos: a pulsão de partilha como modo de vida e a coerção como inexorabilidade para sua realização. É preciso comunicar, partilhar, sentir, aceleradamente, na mesma medida em que tais atividades, realizadas em rede, carregam a mais forte potência de vigilância e controle. A operação dos algoritmos em redes sociais, tais quais o Facebook, é exemplo bem formado dessa condição, na medida em que amplia a realização e a satisfação das comunicações ao reforçar as bolhas ideológicas (e, assim, as tribos e o cimento social de que fala Maffesoli), enquanto constrói simultaneamente um perfilamento dos usuários, suas tendências,

predileções, gostos e uma estatística inacabada, que visa evitar a insatisfação de conhecer o desconhecido; suavizar. O Outro, nos lembra Maffesoli (2005), é violência.

Um esquema dessa natureza só funciona por adesão, voluntarismo, liberação. Em certa medida, o fluxo de vigilância permanente no contemporâneo é a dívida permanente dos indivíduos na sociedade de controle, de que fala Deleuze (1992). É sempre na próxima interação tecnológica que se resolve a anterior, mas sempre há uma próxima já em curso e a anterior nunca se dá por resolvida. Sociedade recursiva. Juremir Machado da Silva (2006) capta com exatidão o voluntarismo inexorável dessa existência “pós-moderna” – ao que colocamos em xeque a avaliação de certa inexistência de vigilância pontuada pelo autor.

O controle total ocorre quando não há mais qualquer necessidade de controle. As sociedades modernas funcionam com base na vigilância e na punição; as pós-modernas, na sedução e na recompensa de baixo investimento. [...] O mundo pós-moderno forja tecnologias do afeto e domina os sujeitos pela adesão, pelo consentimento, numa espécie de contrato, revogável a qualquer momento, de assimilação consentida de valores e de práticas sociais efêmeras (SILVA, 2006, p. 25).

Poucas práticas encarnaram tão bem os ditames da modernidade, em especial o positivismo, quanto o jornalismo, acompanhando par a par o seu desenvolvimento e a sua desestruturação. “O jornalismo reflete muito bem a aventura da modernidade. Ele é a melhor síntese do espírito moderno” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 15). Imbuído da ideia moderna de que objetividade e subjetividade poderiam e deveriam ser separadas pelo bem da operação racional, fantasia moderna, o jornalismo retroalimentou o projeto, inclusive no que diz respeito ao ímpeto de vigilância e controle.

A intenção de tudo explicar, prever, controlar, administrar supunha que nada mais pudesse ficar fora de seu alcance [da modernidade] e ninguém mais do que o próprio jornalismo atuou para executar esta tarefa, na medida que já não encontrava mais obstáculos numa prática que se tornou obstinada em **vasculhar** todos os espaços privados na busca de uma difusão pública, num pretense interesse da própria sociedade (MARCONDES FILHO, 1991, p. 31, grifo nosso).

Cremilda Medina (2008), em investigação sobre as heranças cruzadas entre as práticas científica e jornalística, suscita a questão sobre a permanência dessa influência naquilo que ainda se compreende como jornalismo.

Quando se observa o fazer cotidiano do jornalista e a doutrina presente na formação universitária (que data também do fim do século XIX), verificam-se marcas epistemológicas herdadas do *Discurso sobre o espírito positivo*. Ou do espírito comtiano. Senão, vejamos: a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela

precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados (MEDINA, 2008, p. 25).

Essa fórmula garantiu e garante aos jornalistas a impressão de que toda a metafísica pode ser deixada de lado para se construir um relato da ordem natural do mundo. O jornalista traduz essa influência em investimento na objetividade, realismo positivo, apresentação de dados concretos e precisão linguística (MEDINA, 2008). “Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista” (MEDINA, 2008, p. 25).

A nossa suspeita de que o jornalismo tem afeição à vigilância e ao controle pode ser frequentemente percebida em seu Imaginário fenomenológico. Na superfície, temos o jornalismo como cão de guarda, porteiro (*gatekeeper*), vigilante da democracia, defensor da cidadania, monitor do interesse público, tudo aquilo que perdurou ao longo da triunfante modernidade e que, neste momento de instabilidade, parece seguir em vigência na prática jornalística – mesmo que os seus produtos (matérias, imagens, análises) circulem na batida de uma sociedade do espetáculo, presentificados.

Como já foi exposto na discussão da lista dos valores-notícia de Ericson, Baranek e Chan, é o valor-notícia da infração que está associado a um tipo de acontecimento que é fulcro para a comunidade jornalística: o “escândalo”, como o caso “Watergate”. Este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como “cão de guarda” das instituições democráticas (TRAQUINA, 2005, p. 85, grifo nosso).

Ou, ainda:

A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de “cães de guarda” que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de ‘Quarto Poder’ que **vigia** os outros poderes, atuando doa a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático (UNGARO, 1992), tão bem projetado e, por diversas formas, no Imaginário coletivo no espaço público democrático (TRAQUINA, 2005, p. 51, grifo nosso).

O Imaginário Fenomenológico do jornalismo está, tateamos, constituído ao menos desde a metade do século XIX (quando surge o chamado Segundo Jornalismo, na classificação de Marcondes Filho) por imagens associadas à vigilância e ao controle – entre outras, certamente.

Reforçando nossa suspeita sobre a constância de tais imagens, a abordagem do Imaginário do jornalismo apresenta pistas para afirmar que as imagens associadas à vigilância orbitam, sim, esta constelação. Trabalho de Ana Taís Martins Portanova Barros (2008), em aprofundado inventário sobre as imagens simbólicas emergentes no discurso de jornalistas e

de suas matérias, no tema dos camelôs de Porto Alegre, mostra-nos a repetição de imagens heroicas relativas a Urano, ao olho que tudo vê.

A transparência é um dos valores primordiais que emergem com a instauração da ideologia iluminista e influenciará sobremaneira o trajeto do jornalismo, filho daqueles tempos. É a ideia fundamental de dar a ver, de desocultação, que permitirá ao jornalismo, passo a passo, se consolidar como vigia social dos dois séculos seguintes, já em estágio de profissionalização da atividade. O primeiro jornalismo, “político-literário”, nas palavras de Marcondes Filho (2000), reflete a agonística generalizada de uma sociedade em franca disputa de grandes narrativas políticas, econômicas e sociais. A segunda metade do século XX, por seu turno, marca a perda de força dessas grandes narrativas. Para Marcondes Filho, resta ao jornalismo, neste novo cenário, a ideologia única da transparência.

Não importa mais a concepção política que eu tenho, a ideologia, minhas ideias subversivas ou meus planos de revolução. Tudo isso é neutralizado pela informação gratuita, volumosa, massacrante, na qual qualquer um pode falar o que quiser, sem prejudicar ninguém. Importa que cada um possa ser "radiografado", porte um chip com todos seus dados, sua história e sua inserção social e econômica. Nessa cruzada pela “limpeza dos obstáculos à verificação”, a bandeira do jornalismo – sua última – é pela conformidade de todos ao regime da transparência, pelo fim do segredo e da alteridade (MARCONDES FILHO, 2000, p. 112).

Byoung-Chul Han (2017), por sua vez, compreende que a transparência não é um elemento determinante apenas para localizar as transformações do jornalismo, mas, sim, da sociedade como um todo. O filósofo sul-coreano radicado na Alemanha identifica íntima relação entre a ascensão da transparência, a instauração da hipercomunicação, o fim da privacidade e a reconfiguração da vigilância e do controle.

A pedra de toque da generalização da transparência passa essencialmente, para Byoung-Chul Han (2017), por um processo de aniquilação da negatividade, efetivado no contemporâneo. Só é genuinamente transparente o que desarma todos os estatutos da negatividade. Para algo ser transparente é preciso que tudo esteja igualmente presente. O único tempo efetivamente transparente não tem futuro nem passado. A presentificação é a moeda do tempo da transparência, na qual nada se perde nos rastros do que foi e, portanto, já não pode ser; tampouco se projeta na dúvida do horizonte do desconhecido.

Passa pela aceleração o processo para que o presente se presentifique, para que o instante possa ser mais rápido que o interregno entre o que passou e o que virá; um presente sem transição. A negatividade opera como barreira para a aceleração que o avanço das tecnologias de comunicação imprime, motivo pelo qual deve ser eliminada pelos processos sociais que desejem ocupar espaço de protagonismo, presentificar. A positividade, por outro

lado, faz fluir, acelera, conecta um novo ponto. Da mesma forma, a topologia que se estabelece pela transparência aplaina, achata.

A comunicação alcança sua velocidade máxima ali onde o igual responde ao igual, onde ocorre uma reação em cadeia do igual. A negatividade da alteridade e do que é alheio ou a resistência do outro atrapalha e retarda a comunicação rasa do igual. A transparência estabiliza e acelera o sistema, eliminando o outro ou o estranho (HAN, 2017, p. 11).

O Outro é violência porque é, também, negatividade. A comunicação é tanto mais profunda e complexa quanto mais distante e diverso for este Outro. A transparência é o procedimento que visa a igualar os diferentes na medida em que não deixa espaços de sombreamento onde se desenvolvem as particularidades.

A transparência, ao trabalhar na construção do igual, também visa a eliminar as distâncias – que operam na negatividade – para acelerar os circuitos. A construção da alteridade, da compreensão do Outro, se dá pela relação proximidade-distância, enquanto a transparência na comunicação aniquila as mínimas distâncias para que o contato se realize apenas no imediato (HAN, 2017).

Diferença existe também entre a transparência e a verdade. Enquanto a primeira se desenvolve somente na positividade, a segunda é negativa ao dizer que tudo que não está abarcado é falso. Por este motivo, o simples acúmulo de informação gerado pela transparência não gera verdade por si só.

Em uma sociedade constituidora de transparência, o valor da exposição ganha novos contornos. É preciso expor as coisas e se expor. A exposição supera a existência. A mínima atividade pessoal ou institucional merece o máximo de inflação da informação. Não raro, atos isolados desencadeiam uma produção em série de informações, notícias, repercussões que, em dado momento, ultrapassam os limites de causa e consequência para orbitar isoladamente. Inspirado em Benjamin, Han (2017) reafirma que, na cultura, as coisas ocultas ganham valor cultural. A própria aura é a instauração de uma determinada distância. Para Han (2017), no contemporâneo, o valor cultural padece diante do valor expositivo e somente o que é visto é valorado.

É mistério também o sagrado porque sempre transcendente. Ao homem religioso de qualquer tempo, diz Eliade (1992) em *O Sagrado e o Profano*, o maior mistério será sempre o da criação da vida, do próprio mundo. A sociedade da transparência empenha-se na eliminação do mistério, do oculto, da metafísica. O mistério é feito de luz e sombra e, neste sentido, se aproxima da sedução. Santo Agostinho, lembra Han (2017), argumenta que as

escrituras são intencionalmente metafóricas e obscurecidas para que gerem maior prazer, para que mantenham um exercício reflexivo fiel à pessoa que a as acessa. Doutra sorte, a exposição completa é feita não só de luz (e, portanto, sombra), mas de visibilidade totalizante.

A transparência não surge de uma fonte de luz iluminadora; o médium da transparência não é a luz, mas uma radiação opaca que, em vez de iluminar, tudo penetra e torna transparente. Contrariamente à luz, ela é penetrante e penetrável. Além disso, seu efeito é a homogeneização e o nivelamento, enquanto a luz metafísica gera hierarquias e distinções, criando ordenações e distinções (HAN, 2017, p. 92).

Em todos os sentidos isso se contrapõe ao contato frutífero e ao autoconhecimento. “A alma humana precisa de esferas onde possa estar junto de si mesma, sem o olhar do outro” (HAN, 2017, p. 12). Freud, lembra Han, já encontrava a distância própria do indivíduo, ao apontar que o que o inconsciente deseja é, frequentemente, o que o Eu nega. Em resumo e paradoxalmente, o ser humano é mistério e apenas ele dá acesso ao ser.

2.1 OS REGIMES DA VIGILÂNCIA

A questão da vigilância, na bibliografia de referência, está intimamente relacionada com a do poder. Neste capítulo serão apresentados e articulados alguns dos trabalhos que dão a ver as formas de exercício da vigilância no contemporâneo, usando como categorização os três regimes descritos por Lucia Santaella (2010): panóptico, escópico e de rastreamento. O regime panóptico está associado à vigilância disciplinar, ou seja, aquela exercida sobre corpos circunscritos no tempo e no espaço. Aqui, a remissão se dá diretamente ao trabalho de Michel Foucault (1999) e sua conceitualização de sociedade disciplinar. O segundo, o regime de vigilância escópico, está relacionado à proliferação de câmeras de vigilância, captura e distribuição dessas imagens. O terceiro regime diz respeito à vigilância exercida por rastreamento digital, intimamente imbricado à internet, aos dados e às mídias móveis. Ainda que o primeiro regime siga operando desde a consolidação da modernidade em hospitais, escolas, presídios, escritórios, os dois regimes seguintes receberão destaque aqui, uma vez que compreendemos que são eles os maiores operadores da vigilância contemporânea (distribuída) e que, refinados, suaves e recentes que são, exigem maior grau de estudo e atenção para serem percebidos.

Se a vigilância passou ao largo dos grandes teóricos marxistas e liberais da modernidade em seu estágio mais pulsante (século XIX), foi central no pensamento de um dos principais filósofos do século XX que se debruçou sobre a modernidade já sob o olhar crítico de um século que colocou em xeque as certezas iluministas. Michel Foucault (1999) encontrou na questão da vigilância um lugar privilegiado para pensar o elo entre saber e poder, a partir da ideia de que a vigilância permite produzir conhecimento sobre os vigiados, e os conhecimentos, para o filósofo, se organizam a fim de atender a uma vontade de poder. São as instituições da modernidade que qualificam essa relação entre saber e poder através de aparatos avançados de vigilância.

A modernidade, para Foucault (1999), em comparação ao modo de vida tradicional, se caracteriza por uma positividade do exercício do poder, o que significa dizer que, contrariamente aos regimes absolutistas que vigoraram através de sanções, de impedimentos, as formas de governar a vida na modernidade serão propositivas, exigindo organização, adesão e adestramento dos sujeitos em ambientes de confinamento. Nesses espaços, a luz não é mais jogada sobre os déspotas, a quem todos deveriam admirar e obedecer como modelo de virtude ou força, mas sobre os vigiados, aqueles que tecnicamente têm sua existência

esquadrinhada, a fim de se atingir um governo racional dos seres e das coisas. No quartel-general, na escola, na casa, no hospital, na fábrica, há lugar e tempo determinados para todas as atividades que, sendo realizadas racionalmente, moldam os corpos dos sujeitos. O lugar privilegiado para garantir a efetivação do processo é destinado aos vigilantes (professores, guardas de celas, médicos, cientistas) que, mais ou menos sombreados, garantem uma experiência de vigilância permanente, mesmo quando não estão presentes. Pelos procedimentos internos da vigilância (relatórios, prescrições, análises estatísticas, prontuários, fichas), os vigias também passam por outros processos de vigilância. Além disso, aquele que vigia aqui, noutra espaço será o vigiado, *ad infinitum*. Isso garante a disciplina de todos os corpos. A não-atividade do *flâneur*, aquele que vaga errante pelas ruas a sentir o tempo-espaço em transformação na modernidade, o que conhece desinteressadamente, sem correspondência produtiva, é o modelo da fuga desse regime disciplinar.

O modelo desse exercício de vigilância moderno é encontrado por Foucault (1999) na arquitetura do panóptico prisional de Jeremy Bentham. A prisão ideal pensada por Bentham tem uma torre central, onde o vigia não é visto, e, no entorno, circularmente, estão todas as celas dos presos, impedidos de sair pelas grades. Da torre central, sem ser visto, o carcereiro tem visão absoluta de todos os presos e celas. Pan-óptico, o que tudo vê. A transparência a que estão sujeitos os presos, sem que tenham certeza se há ou não um vigia na torre, fornece o modelo hierárquico da vigilância da modernidade. Na dúvida, está-se sempre vigiado. Ao contrário dos palácios e palacetes dos déspotas absolutistas, onde toda a arquitetura privilegia o olhar para o detentor da vida e da morte dos súditos, a modernidade institui a transparência sobre a população esquadrinhada. Será a época de distribuir e calcular a vida dos operários, dos alunos, dos doentes, dos moradores, dos detentos, produzindo informações que façam circular um tipo de poder, o disciplinar. A prisão é o limite corretivo, quando todos os aparatos anteriores de vigilância e controle, instalados nos outros campos de concentração do indivíduo, não surtiram o efeito esperado. De qualquer forma, o infrator não deve ser violentado ou exterminado em praça pública, como nos regimes absolutistas, mas corrigido, alinhavado, modernizado. A ordem das coisas deve ser imputada, introjetada nos sujeitos que, em suas demais (micro) relações, reproduzirão a estrutura. Prevenir e corrigir estão no âmago do processo de vigilância disciplinar, para Foucault (1999).

Ao modelo panóptico se alia, na segunda metade do século passado, a proliferação de câmeras de vigilância (preferimos esse termo, acompanhando os principais trabalhos sobre o tema, às expressões “câmeras de monitoramento” ou “câmeras de segurança”, eventualmente utilizadas na imprensa). No Brasil, a massificação das câmeras em espaços públicos ou

semipúblicos ocorre a partir da década de 2000, quando as tecnologias digitais de vídeo baratearam e melhoraram em qualidade. Andar pelas grandes e médias cidades passou a ser um compor-se em filme de longa-metragem mediado pelas câmeras alheias ou dirigir a vida alheia em filmes de curta-metragem quando as câmeras são de nossa propriedade.

Os anos 2000 também são o período em que as câmeras fotográficas e as câmeras de vídeo foram suprimidas, no cotidiano, pelo *smartphone*, distribuindo uma nova estética flagrante *per capita*. Na televisão, vive-se desde então o tempo dos *reality shows*, em que o voyeurismo passa a orientar o entretenimento massivo. Os computadores pessoais, por seu turno, passam a contar, como item de fábrica, com *webcams*. Mostrar-se em vídeo passa a integrar a comunicação planetária entre cidadãos. Na dúvida, resta sempre a certeza de que alguma câmera está apontada para nós. Disso tudo resulta o constrangimento permanente a algum comportamento inadequado ou, o que dá no mesmo, o incentivo à performance necessária, a cada momento, sob a égide das câmeras.

No campo das imagens de vigilância, assistimos hoje a sua livre circulação, rompendo os limites espaciais, institucionais, técnicos e estéticos que outrora as circunscreviam. Elas circulam nos mais diferentes domínios – segurança, consumo, entretenimento, arte, sociabilidade – e refletem a mistura e transformação recíproca tanto da vigilância quanto do espetáculo, a reordenação dos modos de ver e de ser visto, a reorientação dos focos e práticas da atenção, o cruzamento das pulsões voyeurísticas e exibicionistas com as modulações do controle (BRUNO, 2008, p. 47).

Fernanda Bruno (2008) destaca a impessoalidade inerente às câmeras de vigilância, que, interinstitucionais, produzem visibilidades que agregam fins simultaneamente policiais, comerciais, de pesquisa, sem que os vigiados tenham certeza dessas utilizações ou, sequer, da presença dos equipamentos.

As câmeras de vigilância escondidas, largamente utilizadas por espíões, policiais, delatores, também fazem parte do Imaginário da atividade dos jornalistas, alguns dos quais eventual ou repetidamente as utilizam. Alvo de intensa problematização ética nas discussões acadêmicas, as câmeras escondidas usadas por repórteres ou produtores se aliam, na produção de vigilância escópica, aos milhões de não jornalistas convocados por redes de televisão e portais a capturarem vídeos e fotos para serem utilizados em reportagens. Trata-se do jornalismo participativo que está em alta desde que, neste século, popularizou-se a produção amadora de vídeos digitais. O flagrante “é carregado de um erotismo e um voyeurismo que se mesclam a uma atitude policial e/ou jornalística”, destaca Bruno (2008, p. 49), lembrando que a mesma relação entre videoamadorismo, câmeras escondidas e libido se confirma na pornografia disponível na internet.

Iniciativas governamentais, convocando os cidadãos a atuarem como vigilantes, são muitas. Em Porto Alegre, a última delas se chama *Capester*. O aplicativo passou a ser divulgado em 2017 pela prefeitura como mecanismo para que cidadãos denunciem motoristas que cometem infrações. Para isso, o aplicativo permite a gravação de vídeos-flagrante. As imagens das supostas infrações gravadas pelos cidadãos são enviadas de forma anônima e analisadas por servidores municipais que, percebendo solidez na denúncia, enviam uma carta de conscientização ao condutor (PORTO ALEGRE, 2017).

Os regimes de vigilância não se substituem, mas se sobrepõem. Em escolas, por exemplo, além da vigilância disciplinar, do ordenamento espacial e da circunscrição do tempo dos alunos, se disseminam as práticas de vigilância escópica. Nas instituições de Ensino Fundamental e Médio, as câmeras têm intuito fundamental de suplementar a autoridade do professor – que se percebe em declínio. Na Educação Infantil, o mote é prevenir eventuais agressões cometidas pelos educadores e, por outro lado, disponibilizar aos pais um exclusivo serviço de acompanhamento em tempo real do desenvolvimento de seus filhos. Os estudantes, em seu turno, promovem suas contravigilâncias. São vários os episódios de denúncias contra professores que praticaram agressões e que vêm à tona por vídeos gravados pelos próprios alunos.

Cláudia Linhares Sanz (2015) desenvolve sua análise para esta condição de sobrevigilância imiscuída nas escolas a partir de um caso de furto em sala de aula, em Brasília, em 2013, no qual professores e direção da escola mentiram aos alunos que havia uma câmera escondida que havia registrado o delito e que, portanto, o melhor ao infrator seria confessar o episódio – o que efetivamente acabou ocorrendo. Para além da eficiência policialesca, a autora provoca a pensar sobre quais subjetividades são mobilizadas em operações escópicas dessa natureza.

Mas será que tal vigília infinita, nunca colocada em *off*, não irá operar produzindo outros efeitos além do constrangimento paranoico nos alunos? Será que os “bons indivíduos” não excederem seus comportamentos adequados a fim de fazê-los mais visíveis e legitimá-los? Talvez seja possível supor que a existência da câmera invisível possa tornar cada uma daquelas crianças, incluindo as que não cometeram qualquer delito, um “ser-comportamento” controlado e exibível, simultaneamente. A contar pela subjetividade contemporânea, poderíamos até imaginar que os alunos tenham experimentado certo prazer em estar sendo “filmados” (SANZ, 2015, p. 130).

Nas escolas, nas ruas, nos centros de compras, a suspeita permanente transforma o Outro, em algum grau, em ou elemento de espetáculo, ou inimigo potencial sobre o qual é mais fácil decompor suas subjetividades sem entrega e aproximação – que podem gerar

empatia, quebrar preconceitos, promover a alteridade. O caso limítrofe desse regime escópico de baixa alteridade se dá nos *drones* (zangões, em tradução do inglês). São veículos aéreos não tripulados, controlados à distância, que, em sua formatação mais tradicional, contam com câmeras. O drone com fins militares – que, pelo léxico das forças armadas estadunidenses, é um veículo terrestre, naval ou aeronáutico, controlado à distância ou de modo automático – encarna essa anulação da complexidade do Outro de forma fatalista. Inicialmente utilizados para vigilância de territórios inimigos, nos últimos anos passaram também a carregar e despejar mísseis. Os Estados Unidos dominam a tecnologia militar de *drones*, contando com a maior frota mundial, com larga utilização em guerras (se é que o termo ainda se aplica) em território estrangeiro. Grégoire Chamayou (2015) avalia que os drones marcam o fim das guerras mais ou menos assimétricas e o início das guerras unilaterais, convertendo o combate em abate do Outro. Em um dos centros de operação militar dos drones estadunidenses, em Indian Springs, Nevada, militares trabalham fardados controlando alguns dos drones que somente no Afeganistão, a cerca de 11,9 mil quilômetros de distância, mataram entre 2,6 mil a 3,4 mil pessoas de 2004 a 2012 (CHAMAYOU, 2015). São vários os casos de assassinatos de alvos errados². À distância total do Outro, é possível escrever certo por linhas tortas.

Do alto, o olho de Deus abraça com seu olhar o mundo inteiro. Sua visão é mais que uma visão: ela pode sondar, sob a pele dos fenômenos, os rins e os corações. Nada lhe é opaco. Porque ela é eternidade, ela abraça todo o tempo, o passado e o futuro. Seu saber, por fim, não é só um saber. À onisciência corresponde a onipotência. Em muitos aspectos, o drone sonha realizar, pela tecnologia, um pequeno equivalente dessa ficção do olho de Deus (CHAMAYOU, 2015, p. 47).

No caso dos drones, o regime escópico da vigilância se soma aos mecanismos do regime de rastreamento digital, neste caso, por geoposicionamento. Os regimes se sobrepõem e uns passam a depender dos outros para a maior eficiência da vigilância. Em algumas escolas já acontece o mesmo com a implantação de chips de radiofrequência nos uniformes, que possibilitam que o sistema central de controle escolar contabilize em tempo real quais e quantos dos alunos estão no perímetro delimitado. Os presos em regime semiaberto ou aberto, com uso de tornozeleiras, vivem sob o mesmo rastreamento. As “penas alternativas”, ao fim e ao cabo, espalham-se pelas atividades diversas da vida. O uso do celular é o formato mais convencional de (auto) promoção dessa vigilância georreferenciada.

² Chamayou (2015, p. 61) resume a sequência de mortes de inocentes (danos colaterais, em eufemismo militar) por drones com a seguinte observação: “Visto do céu, nada se assemelha mais a uma reunião de militantes (da Al-Qaeda) do que uma reunião de (cidadãos comuns do) vilarejo”.

No espaço de troca de dados em redes computadorizadas, seja em intranets ou na internet, o rastreamento é ainda mais complexo e menos evidente. Há sempre rastros não visíveis deixados pelo caminho digital, pois a comunicação é mediada por plataformas e servidores que registram acessos e movimentações. Mesmo antes do estágio atual de aplicação generalizada e refinada de *softwares* algorítmicos, as redes digitais já armazenavam dados de usuários sobre transações bancárias, acessos por senhas, compras físicas ou à distância, votações, acessos à internet e a cadastros de serviços públicos.

Em dezembro de 2009, entretanto, o site de buscas Google inaugurou uma nova era no processamento dos dados capturados dos usuários. Com o lançamento do primeiro algoritmo aplicado a um mecanismo de busca, as respostas às pesquisas passaram a ser personalizadas a grupos e indivíduos com base nos dados oferecidos pelos usuários até aquele exato momento. Dados como o lugar onde o usuário está conectado, o navegador utilizado, que termos já havia pesquisado anteriormente, entre outros 54 indicadores, passaram a ser usados pelo buscador para oferecer resultados supostamente mais apropriados a cada um (PARISER, 2012). O algoritmo passou a reorganizar, em tempo real, a inserção do usuário na rede, ampliando a captura e a utilização das informações fornecidas na navegação, devolvendo a cada instante uma nova experiência de interação.

O termo algoritmo, oriundo da matemática, por si só, refere-se a um conjunto de operações previstas que, quando realizadas, solucionam um problema, um desafio. Serve igualmente para descrever séries detalhadas de comandos, de procedimentos, para o campo da informática. As aplicabilidades dos algoritmos na internet, na última década, entretanto, deram um caráter social, político e estético ao tema.

Cada movimento do usuário na rede passou a ser somado aos movimentos anteriores em bancos de dados, muitos dos quais interconectados, que recolhem esse contingente gigantesco de informações pessoais para, alimentando os algoritmos, promover respostas “adequadas”, positivas, em redes sociais, sites de compras, mecanismos de busca, sites de relacionamento, consumo de séries, filmes, música. Os algoritmos, portanto, com base na vigilância de dados dos usuários, geram filtros específicos que promovem uma experiência única que tenda sempre à pertinência de cada usuário. É um processo recursivo: cede-se informação consciente ou inconscientemente aos sistemas informatizados que, com tais informações, personalizam *in actu* a experiência do usuário, que, por sua vez, amplia sua utilização na mesma rede, cedendo novas informações e refinando o perfil, que está permanentemente em construção.

Formata-se aquilo que Eli Pariser (2012) chamou de bolhas dos filtros, ou seja, algoritmos que mantêm usuários cercados por uma bolha de relações pertinentes, sem interagir com usuários e informações que pertençam a outras bolhas, sempre em refinamento. Os usuários passam a se relacionar quase que estritamente com aquilo que lhes é pertinente, deixando de fora todo o acaso, a surpresa, o conflito com produtos, coisas, pessoas, ideias que diverjam de seu perfil. As bolhas ideológicas do Facebook estão entre os exemplos atuais mais pulsantes e evidentes, o que inclui uma personalização da oferta de notícias em cada *timeline*, reforçando a perspectiva política e social de cada usuário.

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros *online* **examina** aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2012, p. 11, grifo nosso).

A configuração automática de perfis de personalidade de usuário passa pela captura de informações das experiências físicas dos usuários (tempo e local de viagens, tipos de transporte, local de trabalho, de moradia, de lazer, de compras e tempo em cada um deles etc.) e de rastreamento digital (pesquisas, curtidas, tuítes, compartilhamentos, compras, postagens, *check-ins*, autodeclaração de gênero, idade, escolaridade, profissão etc.), mas, somadas neste grupo, variáveis de comportamento na rede que incluem, por exemplo, no caso do Google, o tempo que o usuário leva entre a aparição do resultado da busca e o momento de clique de acesso ao site. O objetivo é sempre extrair o máximo de dados para atingir a máxima pertinência. Toda a experiência é classificada para fins de aperfeiçoamento da relação. A publicidade, por sua vez, oferecida nesse circuito, passa a corresponder aos gostos e interesses construídos sobre os usuários. Conforme Pariser (2012), é a publicidade que está no âmago dessa relação de vigilância. Mais pertinência, mais cliques, mais consumo, recursivamente. Destaca-se que não é possível dizer que os perfis digitais correspondem às identidades dos usuários, mas sim que a captura de informações e a devolução em forma de bolhas constrói, através de novas mídias, novas subjetividades. “Estamos agora muito próximos de identidades autorrealizadas, em que a imagem distorcida que a internet apresenta de nós se torna quem realmente somos” (PARISER, 2012, p. 78). Aqui poderíamos falar, por outros termos, em identidades presentificadas.

Fora dessa complexa e distribuída rede de vigilância, incapturável, inclassificável e irrastrável, parece estar somente o sono. Vigiar é estar em estado de vigília, e o vigilante, que bem vigia, não pode dormir no posto. Vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana: é o regime de operação de um modo de vida que sugere participação e partilha permanentes, para que a vigilância não seja interrompida. Operando em um sistema fechado, o sono quebra a incessante oferta de dados e o deslocamento geográfico, arquitetura primordial da vigilância distribuída. Ainda que o tempo inativo na rede também seja um dado a ser considerado, é dos mais pueris: os que só dormem e os mortos (para um *software* pode, inclusive, inicialmente ser a mesma coisa) pouco têm a colaborar com este estar-junto. Enquanto não é interrompido pelos alertas de celular, o sono é o espaço de privilégio da intimidade, da privacidade. “O que já fora a casa ou o quarto, se restringe hoje ao desligar do consciente, onde público e privado definitivamente não se confundem” (JACOBSEN, 2017, p. 7).

Podemos recorrer à sétima arte para dizer o mesmo, em outras palavras. No filme de ficção científica e drama *Her* (2013), Amy, a melhor amiga do personagem principal Theodore, apresenta a ele um trecho do documentário que está produzindo e, nas imagens, há somente uma senhora dormindo, sem que nada mais ocorra na cena. Na tentativa de explicar o porquê da incomum proposta de documentário, Amy afirma: “É sobre como passamos nossas vidas dormindo e talvez seja quando nos sentimos livres” (HER, 2013). Se vigilância possibilita controle, há liberdade privilegiada no sono.

Para Jonathan Crary (2014), trata-se de uma libertação dos engendramentos de poder do capitalismo que, avançado e tardio, implica na redução das horas disponíveis à não produtividade. De um sono médio de dez horas diárias no início do século XX, o estadunidense dorme hoje, em média, seis horas e meia.

A imensa parte de nossas vidas que passamos dormindo, libertos de um atoleiro de carências simuladas, subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do capitalismo contemporâneo. O sono é uma interrupção sem concessões no roubo de nosso tempo pelo capitalismo. A maioria das necessidades aparentemente irreduzíveis da vida humana – fome, sede, desejo sexual e recentemente a necessidade de amizade – foi transformada em mercadoria ou investimento (CRARY, 2014, p. 11).

A ideia limítrofe de extinção da necessidade fisiológica do sono, que hoje orienta nos Estados Unidos pesquisas em universidades e no Departamento de Defesa, se consolida com objetivo de criar, através de drogas sintéticas, um soldado que vigie, lute, batalhe, produza por até sete dias, ininterruptamente (CRARY, 2014). Do exército às redações jornalísticas, no que tange ao desejo de vigília, não há distância: *GloboNews*, nunca desliga – diz o slogan.

BandNews, em 20 minutos, tudo pode mudar – diz outro. São departamentos de vigilância de um mesmo modo alerta de vida.

2.2 O CÃO DE GUARDA: MODOS DE SER JORNALISMO, MODOS DE ESTAR VIGILANTE

O objetivo deste subcapítulo é apresentar, de forma sucinta, autores e trabalhos que, através de suas abordagens sobre o que é o jornalismo e como é percebido por diferentes atores, deem a ver a força desse Imaginário de vigilância que, acreditamos, atravessa o campo e a atividade, compondo uma crença social compartilhada entre profissionais, veículos de comunicação e consumidores. Isto quer dizer, portanto, que este trecho do texto se propõe menos a fazer uma crítica de perspectivas teóricas, o que extrapolaria os objetivos deste trabalho, e mais apresentar o enraizamento de um Imaginário em um escopo teórico de referência.

Em setembro de 2015, o filme *Spotlight* estreou no Festival de Veneza, fazendo, uma vez mais, circular com alta bilheteria a narrativa de um jornalismo heroico, bravo, vigilante e investigador que, neste caso, conta a apuração de um grupo de repórteres do jornal *The Boston Globe* que leva à revelação de uma série de abusos sexuais contra crianças – cometidos e acobertados por integrantes da Igreja Católica em Boston (EUA). Meio ano depois, o drama autobiográfico, “baseado em fatos reais”, venceria o Oscar, tomaria salas de espetáculo mundo afora, reforçando mundialmente uma imagem do jornalismo como vigia, monitor e investigador dos poderes instituídos e capaz de elucidar as verdades mais profundas que os desvios éticos e morais das grandes instituições tentam esconder.

A apuração jornalística do *The Boston Globe*, bem como o filme *blockbuster* nele inspirado, marcam tantos elementos importantes do Imaginário do jornalismo que, na *Folha de S.Paulo*, mereceu uma crítica de cinema assinada por Otavio Frias Filho, diretor de redação e filho do fundador do jornal. É um texto sóbrio o de Frias, mais interessado em rememorar e aplaudir o feito jornalístico de *The Boston Globe* e menos, como se esperaria, em analisar elementos cinematográficos. Os acontecimentos que dão origem a *Spotlight* mexem demais com o Imaginário jornalístico para que um jornalista perca tempo com o próprio filme, faz parecer. No auge do texto, Frias destaca que *The Boston Globe* já havia recebido diversas denúncias anteriores dos abusos, mas que a “obsessão de três [repórteres] forasteiros do jornal (...) rompeu o circuito de inércia”, e fecha o texto admitindo que denúncias importantes somem no “buraco negro que existe em toda Redação, feito de falta de tempo, recursos, paciência e incentivo para quebrar o hábito” (FILME, 2016). Está, na crítica do filme e do

jornalismo alheio, o elogio aos vigias, a necessidade de que a vigilância seja obsessiva para funcionar e a admissão de que essa meta, a da vigilância, perde-se facilmente no redemoinho de rotinas das redações jornalísticas.

O holofote mirado pelos jornalistas do *The Boston Globe* sobre a escuridão dos abusos praticados pelos sacerdotes está entre os exemplos bem divulgados de excelência jornalística vigilante deste nosso século instável que põe em cheque a própria existência do jornalismo como campo autônomo. A série de reportagens recebeu o notável Prêmio Pulitzer, na Categoria Serviços Públicos, em 2003. Na justificativa, o centenário prêmio estadunidense destacou a “cobertura corajosa e abrangente (...), um esforço que perfurou o segredo, provocou reação local, nacional e internacional e produziu mudanças na Igreja Católica” (PULITZER, 2017, tradução nossa). Em resumo, louros pelo impacto provocado pela vigilância jornalística sobre vários níveis do poder religioso.

Joseph Pulitzer, antes de se tornar nome de prêmio, foi um dos principais defensores, no início do século passado, nos Estados Unidos, da formação de escolas jornalísticas, e integra-se a um grupo de outros teóricos do campo que entendem que a finalidade do jornalismo é, essencialmente, vigiar os poderes instituídos e denunciar seus abusos.

Um jornalista é o **vigia** da ponte de comando do barco do Estado. Ele percebe uma vela que passa, as pequenas coisas interessantes que pontuam o horizonte quando o tempo está bom. Ele avisa sobre o nadador à deriva que o navio pode salvar. Perscruta através da neblina e da tempestade para **avisar dos perigos** adiante. Não fica pensando em seu salário ou nos lucros dos proprietários. Está ali para **zelar** pela segurança e pelo bem-estar das pessoas que nele confiam (PULITZER, 2009 [1904], p. 32, grifo nosso).

Reginato (2016), em investigação sobre as finalidades do jornalismo, recensou autores e se debruçou sobre discursos de jornalistas, jornais de referência e leitores para compreender o que cada um desses entes, no Brasil, projeta como meta, papel, função elementar da atividade jornalística. Na revisão bibliográfica feita pela pesquisadora, além de Pulitzer, os seguintes autores referenciais compõem o grupo dos que compreendem que o jornalismo tem na vigilância uma de suas finalidades principais: Eça de Queiroz (1866) apud Ponte, 2005; Barbosa, 1990 (1920); Bond, 1959 (1954); Siebert et al (1956) apud Kunczik, 1997; Traquina, 2002; Sousa, 2002; Bastos, 2010. Grosso modo, são autores agregados à perceptiva teórica do jornalismo como quarto poder, contrapoder ou cão de guarda: o jornalismo como uma atividade destinada a vigiar os demais poderes do Estado, fiscalizar as incorreções das demais instituições e proteger os cidadãos contra os abusos que estas produzem.

No mesmo quarto de século do escrito de Pulitzer, Rui Barbosa (1990) irradiava, no Brasil, em seu clássico texto *A Imprensa e o Dever da Verdade*, as imagens de visão e de iluminação como inerentes a uma imprensa que cumprisse sua função de defesa da nação. Sem a vigilância da imprensa, Barbosa diria que a vida é risco de morte.

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros (BARBOSA, 1990, p. 20-21).

Fraser Bond, com *Introdução ao Jornalismo*, no início da segunda metade do último século, manteria em vista a necessidade de o jornalismo vigiar. Texto clássico no histórico dos estudos de jornalismo, ele aponta que os três objetivos de um jornal moderno são informar, interpretar e servir. A servidão do jornalista, segundo ele, remete, em primeiro lugar, para a comunidade, “mantendo um **olho crítico** no governo e nos serviços públicos” (BOND, 1962, p. 173, grifo nosso). O objetivo da vigilância e a imagem do olho estão presentes no desenvolvimento deste teórico que percebia o reforço da democracia como elemento central para localizar o papel do jornalismo – como é marca dos pensadores do jornalismo como quarto poder e cão de guarda.

O novo século não apagou a ideia de que o jornalismo serve à vigilância. Nelson Traquina (2002), um dos principais teóricos do campo, nos dois volumes de *Teorias do Jornalismo*, constata que o norte do jornalismo ainda é informar os cidadãos e vigiar as instituições. Com olhar crítico sobre esta condição, o autor afirma que, “quer seja quer não, o jornalismo é um ‘Quarto Poder’ que, sobretudo devido ao acesso habitual às fontes oficiais, sustenta o poder instituído e o ‘status quo’” (TRAQUINA, 2002, p. 206). Para Traquina, o polo ideológico do jornalismo é constituído da orientação para informar a comunidade e defender os cidadãos dos abusos de poder – partindo, o autor, da premissa de que há configuração de jornalismo quando há mínimas condições de democracia e liberdade, sob pena de ele se transfigurar em completo aparato de propaganda governamental.

Ela (a ideologia jornalística) é, em resumo, um mito. Longe de ser apenas uma mentira ou ilusão, é um sistema de consciência mantido no mais fundo de cada um, que afeta profundamente tanto a estrutura da organização noticiosa como a prática do jornalismo no dia-a-dia (Hallin, 1986, apud Traquina, 2002b, p. 234).

Schudson (2008 e 2010), outro teórico referencial para os estudos contemporâneos do jornalismo, é enquadrado, conforme Reginato (2016), na categoria dos teóricos que pensam que o papel do jornalismo é, entre outras coisas, investigar e defender o interesse público. Entretanto, ainda que a defesa dele não seja explícita por um jornalismo vigilante ou como quarto poder, ele empenha-se em demonstrar que o jornalismo é uma das formas que se dispõe para “salvaguardar essa separação de poderes” (SCHUDSON, 2010, p. 174) e garantir a estabilidade democrática, destacando que a investigação deve ser direcionada a “práticas irregulares de governos, instituições e indivíduos” (SCHUDSON, 2010, p. 173), o que mais se aproxima da ideia de vigilância do que de processos rotineiros de apuração.

Acrescentamos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) à lista de autores contemporâneos, consolidados no campo, que reforçam o dever-ser vigilante do jornalismo. Ambos elencam, em *Os Elementos do Jornalismo*, nove princípios essenciais para que seja cumprida a finalidade do jornalismo de fornecer informação para que, com ela, os cidadãos sejam livres e se autogovernem. O quinto princípio diz que “o jornalismo deve ser um monitor independente do poder” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 22), destacando que se trata de uma atenção direcionada não somente aos governos, mas a “todas as instituições poderosas da sociedade” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 173).

Apesar do elogio ao ímpeto guardião, os dois autores desenvolvem críticas à forma como ele se configura no contemporâneo, seja por excesso de uso, seja por operar na frequência do espetáculo – relegando a finalidade de serviço público a segundo plano. A ideia central deveria ser, criticam os autores, “vigiar os poucos poderosos da sociedade em nome dos muitos na luta contra a tirania” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 175), enquanto o que se percebe é a diluição pelo excesso; repetidas reportagens investigativas que tratam de pequenos riscos à segurança do cidadão ou ao bolso do consumidor. Reportagens sobre mecânicos que ludibriam clientes e pontos de prostituição estão entre os exemplos de destinação indevida do ímpeto, mirando sobre os pequenos ou simplesmente reproduzindo a investigação de algum órgão policiaisco (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004). Como se percebe, Kovach e Rosenstiel entrelaçam, em suas definições, a atividade guardiã com a de investigação, no jornalismo. Ungaro (1992) complementa essa ideia apontando que o Imaginário do jornalista contemporâneo se compõe de uma mistura com o Imaginário do detetive, fazendo remissão ao caso *Watergate*, maior de todos os episódios heroicos do jornalismo recente ocidental.

Kovach e Rosenstiel integram o Comitê de Jornalistas Preocupados e, em pesquisa realizada junto a jornalistas dos Estados Unidos, em parceria com o *Pew Research Center for*

the People and the Press, ouviram de quase nove em cada dez jornalistas que a “imprensa impede que líderes políticos façam coisas que não devem fazer” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 174) e que a atividade de vigilância é o que diferencia, como segunda resposta mais presente entre os entrevistados, o jornalismo das demais profissões.

No que diz respeito à cultura profissional, a parcela heroica do jornalismo, de doação ao estado de alerta, para atacar e defender, manifesta-se como um sacrifício permanente do jornalista. Thorjorn Broddason (1994, apud Traquina, 2002b) aponta que esta abdição funciona como um “lado sagrado” da profissão. Broddason lembra que aquele que encarna o vigia, o competente vigia, doado a um pretenso interesse maior e coletivo, acaba por renunciar, no limite, à própria vida. É o que se diz da guerra, não?

Para esta comunidade de crentes, um objeto de culto é a própria profissão que exige dedicação total porque o jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo; é mais que um trabalho porque é uma vida. O jornalista casa-se com a profissão; o jornalismo exige dedicação total; o jornalista trabalha 24 horas por dia. Ainda mais, o jornalismo exerce-se sempre em clima de urgência; o jornalista não tem tempo: não pode jantar em paz; não tem tempo para luas-de-mel; tem sempre de deixar um número de contato (BRODDASON, 1994 apud Traquina, 2002, p. 53).

Ao fim de seus recenseamentos e análises, Reginato (2016) elenca o que veículos de comunicação, leitores e jornalistas brasileiros dizem ser o papel do jornalismo. Os jornalistas, segundo tal pesquisa, dizem ser função primeira esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. O segundo sentido mais presente é **fiscalizar o poder** e fortalecer a democracia. O terceiro é informar. Na sequência, aparecem verificar a veracidade das informações; interpretar e analisar a realidade; registrar a história e construir memória; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; integrar e mobilizar as pessoas; **defender o cidadão**; selecionar o que é relevante; investigar; divertir (REGINATO, 2016).

A fiscalização, a vigilância, o monitoramento do poder aparece ainda mais forte quando a autora se debruça sobre os fins do jornalismo na compreensão dos leitores. Entre 250 comentários de leitores analisados pela autora, em que há referência às finalidades do jornalismo, **fiscalizar o poder** e fortalecer a democracia é o primeiro da lista. Na sequência, dizem os leitores que o jornalismo serve para informar; esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; verificar a veracidade das informações; selecionar o que é relevante; investigar; registrar história e construir memória; interpretar e analisar a realidade; **defender o cidadão**; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; integrar e mobilizar as pessoas (REGINATO, 2016).

Entre os três veículos analisados pela autora (dois dos quais, *Estadão* e *Folha de S.Paulo*, servem de corpus também para este trabalho) novamente a ideia de vigiar o poder aparece como segunda finalidade mais presente. A imprensa de referência estudada pela autora entende, nesta ordem, o seu papel: esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; **fiscalizar o poder** e fortalecer a democracia; informar; selecionar o que é relevante; **defender o cidadão**; interpretar e analisar a realidade; registrar história e construir memória; divertir; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; integrar e mobilizar as pessoas; **investigar**; verificar a veracidade das informações (REGINATO, 2016).

Compreendemos neste trabalho, seguindo a aproximação feita por alguns dos autores apresentados, que vigiar, monitorar e fiscalizar andam de mãos dadas, nas orientações do jornalismo, com as ideias de investigar ilicitudes e defender os cidadãos. São modos heroicos de ser do jornalismo que se articulam por pulsões binárias de ataque e defesa, entradas e saídas, transparência e opacidade. No limite, o bem contra o mal – tendo como orientação os valores ocidentais e liberais que percorrem a trajetória do jornalismo desde a Revolução Francesa.

É preciso frisar que há uma distância grande entre encontrar um Imaginário, uma ideia partilhada de que o jornalismo é (ou deve ser) um guardião e isso efetivamente se concretizar como elemento de emancipação das sociedades em que tais produções estão inseridas. A compreensão de que o jornalismo, os jornalistas e os consumidores de jornalismo partilham, em alguma medida, de um mesmo lastro e uma mesma expectativa não quer dizer que aceitemos passivamente a ideia de que isso se efetive ou deva seguir se efetivando como orientação fundamental do jornalismo para que homens e mulheres tracem, com maior autonomia, os seus destinos afastando a presença de tiranias de qualquer espécie. Crer irrestritamente que há em curso uma vigilância ponderada, eficaz e responsabilmente direcionada exige tanta inocência quanto crer que os valores de pluralidade são levados a cabo pela imprensa. Sem, em absoluto, adentrar em uma crítica desse Imaginário, aceitamos a ideia de que tal ímpeto orienta parte significativa das práticas jornalísticas, inclusive a produção de notícias sobre acontecimentos envolvendo práticas de vigilância – mote deste trabalho. Em suma, dos princípios às finalidades, das reflexões teóricas às aspirações em redações, dos documentários às ficções, entre produtores e consumidores a imagem do jornalismo e dos jornalistas como vigilantes se repete como uma das principais forças motrizes que mantém um lugar no mundo específico da atividade ao longo, ao menos, dos últimos dois séculos.

É esse caráter vigilante do jornalismo, e nos parece relevante destacar, que implica, inclusive, riscos à integridade física e moral de parte dos profissionais do campo. Ondas de

processos judiciais articulados contra repórteres que focalizam suas atividades de denúncia contra grupos com elevada capacidade financeira e simbólica de reação são práticas ainda repetidas – inclusive no Brasil (ROCHA, 2016). Além disso, levantamento recentes seguem mostrando o Brasil, para ficar na nossa cercania, como país de alto índice de risco para jornalistas (UNESCO, 2018). Estamos em sétimo lugar na triste lista de países com maior número de assassinatos de jornalistas em razão do exercício da função (LOTT, 2017), conforme relatório de 2017 da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado “Tendências mundiais em liberdade de expressão e desenvolvimento de mídia”. Com o avanço das comunicações em redes sociais, os ataques articulados pela internet contra jornalistas, ultrapassando o limite da esperada e saudável crítica de conteúdo, também se mostram crescentes. Da mesma forma, crescem as tentativas de captura de dados digitais sigilosos de jornalistas, inclusive no que diz respeito à descoberta de fontes, colocando em risco terceiros envolvidos na rotina de produção das redações. De apresentação superficial, essa lembrança serve para reforçar a ideia de que o jornalista, bem ou mal – e, especialmente, sem ignorar as diversas falhas decorrentes dessa postura, que outros trabalhos com competência analisam – atua como vigilante, incorporando, ainda, esse valor e essa prática ao campo.

Por fim, recorremos ao trabalho de Anderson, Bill e Shirky (2013) que aponta para esse novo jornalismo “pós-industrial” que, literalmente, reconfigura sua forma de vigiar, sem perder seu caráter de cão de guarda. Da mesma forma que as câmeras de vigilância e escondidas foram absorvidas como mecanismos jornalísticos nas últimas décadas, os autores preveem a necessidade de que parte dos novos jornalistas se especialize em vigilância algorítmica.

Essa breve reflexão entre equipamentos e modos de vigilância (2.1) e os ímpetus vigilantes do jornalismo (2.2) ainda dá a ver um processo curioso. Enquanto os mecanismos escópicos de vigilância foram absorvidos com avidez pelo jornalismo de referência no transcorrer das últimas décadas (desde o uso de câmeras escondidas à incorporação de imagens de câmeras de vigilância nos noticiários), agora são os novos e muito eficientes mecanismos de vigilância por rastreamento, como Facebook e Google, que incorporam as práticas jornalísticas. Tome-se o caso do Facebook – sem aprofundar o debate se se configura ou não, por completo, como um veículo jornalístico. O Facebook, empresa que fundamentalmente lucra com venda de dados e de espaços para publicidade, funciona, nos últimos anos, como principal fonte de acesso a notícias para parte significativa de seus usuários. Pesquisa apresentada pela Agência Quartz apontou que, em 2015, cerca de 70% dos brasileiros com perfil ativo na rede social se informavam, fundamentalmente, pelo próprio

Facebook. Além disso, a rede social, desde 2014, conta com um código de ética jornalístico para orientar a curadoria das notícias mais lidas no *trend topics* do Facebook (ferramenta não disponível em todos os países) e evitar a proliferação de notícias falsas (*fake news*). Disso, nos interessa o fato de que não apenas o jornalismo absorve os mecanismos de vigilância oferecidos por outros setores da sociedade, mas esses mecanismos também absorvem a produção e os valores do jornalismo para aperfeiçoar, em última instância, suas capacidades de vigilância. Para mostrar o dinamismo desse vai e vem entre o campo jornalístico e as tecnologias de vigilância, finalizamos lembrando que o uso de algoritmos e dados de comportamento dos usuários nos portais de notícias já é realidade implicada nas redações digitais – que em muito avançam na vigilância de audiência em tempo real da televisão aberta e por assinatura – e que, conforme previsão da análise *O Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos*, dos pesquisadores Anderson, Bell e Sharky (2013, p. 53), aos futuros jornalistas, entre outras atividades, “caberá (...) programar algoritmos, também”. A ascensão do jornalismo de dados, nos últimos anos, é apenas um indicativo dessa relação de mão dupla entre um campo de valor vigilante e os mecanismos de vigilância de cada tempo. Reafirmamos, entretanto, que o principal objetivo, neste trabalho, é situar o Imaginário de nosso corpus, servindo os apontamentos deste capítulo para constituir essa ideia.

3 AS IMAGENS SIMBÓLICAS E SEUS REGIMES

Durand, em sua obra *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (2001), seu mais extenso e completo trabalho sobre o Imaginário, percorreu mitos, lendas, histórias populares, literatura variada, com ênfase em poesia e textos sacros, e descobriu séries de recorrências e convergências entre distintas imagens simbólicas, dando a ver agrupamentos e conexões que atravessam tempos e fronteiras da imagética humana, posto que este museu dinâmico de imagens em permanente construção compõe a nossa estrutura antropológica comum, nosso esquema mental compartilhado.

As imagens, no trabalho de Durand (2001), inspirado pelas abordagens, em especial, de Carl Gustav Jung e Gaston Bachelard, não se limitam à visualidade, à iconografia. As imagens a que se refere a Teoria do Imaginário são simbólicas, não referenciais, o que significa que elas são mentais, orientando todas as práticas sociais e culturais – incluídas as iconográficas. Esta mínima colocação dá a dimensão do imbróglie conceitual que a imersão nesta teoria provoca, desde os conceitos de signo, símbolo, emblema, alegoria, até mito, arquétipo, imaginação e o próprio termo Imaginário. Parte desses conceitos é importante para este trabalho e será expandida.

Durand, em *A imaginação simbólica* (1993), aponta que a consciência tem uma forma direta e outra indireta de representar o mundo. A primeira dá conta das imagens formadas sobre aquilo que “parece estar presente no espírito, como uma sensação ou uma percepção” (DURAND, 1993, p. 7), por exemplo, a imagem que formamos mentalmente do computador que usamos ou das folhas em que lemos, enquanto a indireta diz respeito às imagens do que não está disponível “em carne e osso” (DURAND, 1993), por exemplo, o que ocorre quando se pensa em uma teoria científica ou se tem uma lembrança do passado. A diferença principal entre ambas não é só, ainda que possa haver, de materialidade, mas especialmente do grau da imagem. Enquanto na representação direta há uma adequação maior entre percepção e imagem, indiretamente é preciso recorrer em absoluto à imaginação simbólica.

Em ambos os casos se pode falar em signos. Entretanto, há os mais simples, como uma palavra que remete a um objeto, uma fotografia que remete a uma pessoa, e outros mais complexos, que remetem a abstrações, a realidades de impossível representação direta. Quando remetem “especialmente para qualidades espirituais ou do domínio moral, dificilmente apresentáveis” (DURAND, 1993, p. 9), é preciso recorrer às imagens simbólicas. Controle, Verdade, Justiça, por exemplo, exigem mais complexidade para que sejam objeto da mente humana e só podem sê-lo através de representações não-arbitrárias, signos que

estabelecem conexões profundas, que encerram o espaço entre significado e significante. “O símbolo é, pois, uma representação que faz aparecer um sentido secreto, é a epifania de um mistério” (DURAND, 1993, p. 12), podendo se figurar de forma diversa em muitas culturas e tempos, sempre conservando a relação profunda descrita.

Durand explica que o símbolo, em sua metade visível, dizível, possui dimensões concretas que remetem a todas as “qualidades não figuráveis” (DURAND, 1993, p. 12) deste mesmo símbolo. O filósofo da imagem usa como exemplo, na mesma obra, o signo simbólico do fogo que reúne em si o fogo que purifica, o fogo da libido e o fogo do inferno. Já a outra metade, somente concebível, tem potência de se estender por toda a concretude imaginável, podendo se materializar em qualquer sensibilidade. É essa capacidade de dobra dos símbolos que torna possível uma divindade ser concebida como animal, lua ou pedra.

O imperialismo do significante, que ao repetir-se chega a integrar numa única figura as qualidades mais contraditórias, tal como o imperialismo do significado, que chega a transbordar por todo o universo sensível para se manifestar, repetindo incansavelmente o ato *epifânico*, possuem o carácter comum da *redundância*. E através do poder de repetição que o símbolo preenche indefinidamente a sua inadequação fundamental. Mas esta repetição não é tautológica: é aperfeiçoante através da acumulação de aproximações. É comparável nisso a uma espiral, ou melhor, a um solenóide, que em cada volta define cada vez mais o seu objetivo, o seu centro (DURAND, 1993, p. 13, grifos do autor).

Essa redundância dos símbolos, que os faz constelarem entre si, se manifesta, conforme Durand (1993), em gestos, linguagem ou imagens visuais. Das constelações de gestos nascem os rituais – tais quais os religiosos, militares, familiares. Das recorrências de relações de linguagem dão-se a ver mitos que, em suas relações semânticas estáveis, se desdobrarão infinitamente em narrativas do cotidiano. Os símbolos iconográficos reúnem em si uma série de redundâncias, desde aquelas do significante – as redundâncias da guerra fotografada, da maçã pintada, do corpo curvado esculpido – até, por exemplo, aquelas da representação do espectador sobre a obra. As iconografias variam na quantidade de sentido que conseguem carregar, visto que algumas estão mais desbastadas, próximas mesmo do estereótipo e do preconceito (fechamento), enquanto outras elevam seus interlocutores a epifanias (abertura). O símbolo é, assim, inadequado, restando às suas redundâncias gestuais, iconográficas e linguísticas as formas que lhe dão concretude, que “corrigem e completam inesgotavelmente a inadequação” (DURAND, 1993, p. 16). Conhecer através dos símbolos, pesquisar o Imaginário, é a rendição ao conhecimento do inadequado e do aberto, sempre a alguma distância do objeto, admitindo, portanto, a necessidade de contemplação, no processo, do eu e do nós – que garantem essa conexão. Diria Mircea Eliade que o símbolo “revela

certos aspetos da realidade – os mais profundos – que desafiam qualquer outro meio de conhecimento” porque, completa ele, “as imagens, os símbolos, os mitos, não são criações irresponsáveis da psiquê; eles respondem a uma necessidade e preenchem uma função: pôr a nu as mais secretas modalidades do ser” (ELIADE, 1979, p. 13).

Em *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (2001), Durand apresenta uma categorização dinâmica das imagens que parte do pressuposto de articulação dos três condicionantes sensório-motores básicos do ser humano – tomados da teoria reflexológica russa – com a produção de imagens. Espontâneas e universais, as dominantes postural, digestiva e rítmica dão o tom primordial do estar-no-mundo do ser humano, a partir das quais se prolonga a existência, a significação, a simbolização. Quando uma delas é invocada, biologicamente, as outras duas têm suas capacidades de atuação reduzidas. Tais pulsões dominantes não são mais do que um nó coerente onde o autor consegue perceber o acordo cosmológico entre a espécie e suas projeções, imaginações, necessariamente imbricadas. Nas palavras desse filósofo da imagem, a reflexologia “vem tomar lugar nas estruturas do trajeto antropológico e não o inverso. O reflexo dominante nunca foi para mim princípio de explicação, quando muito foi elemento de confirmação” (DURAND, 2001, p. 17). Gaston Bachelard (1998), um dos fundadores das pesquisas do Imaginário e inspiração direta para Durand, por exemplo, construiu sua perspectiva de correlação das imagens simbólicas com o cosmos a partir dos quatro elementos naturais (terra, fogo, água e ar), pois há, para ele, uma recorrência de gestos humanos rumo aos ambientes naturais.

Durand (2001) prefere desenhar o trajeto antropológico aceitando como estrutura – sem com isso assentar-se como estruturalista, razão pela qual fala em estruturalismo figurativo – a própria tecnologia do corpo. Para ele, abrem-se, a partir das três dominantes/condicionantes básicas, três regimes (universos míticos) de imagens: para a condicionante postural correspondem imagens agrupadas no que ele classifica como regime esquizomorfo; à dominante digestiva, corresponde o regime místico; e à dominante rítmica/copulativa, o regime dramático. Interessa-nos, neste trabalho, compreender o que são as imagens simbólicas; como se desenvolve o trajeto antropológico dessas imagens; e explorar os regimes das imagens que nele orbitam, porque, a partir disso, será possível desenvolver a análise do corpus selecionado, buscando as homologias (e não as analogias) das imagens simbólicas, ou seja, os agrupamentos que se formam entre comuns de esferas diferentes do pensamento – e não os agrupamentos dos diferentes que tenham estrutura sintática comum. Agrupar pela semelhança das pulsões e não pela analogia das relações. Reunir pela semântica e não pela sintaxe (DURAND, 2001).

Essa concepção de imagem e das atrações entre elas diverge profundamente do iconoclasmo vigente no ocidente, este mundo de mais de dois mil que reserva primordialmente às palavras a sabedoria e o acesso ao conhecimento, e relega às imagens e à imaginação o devaneio, o deslize, a fantasia. A perspectiva do Imaginário apresenta um cenário em que todo o pensamento, todo o entendimento – das religiões às ciências, passando pelas artes, história e tudo mais que for humano – germina desde um mesmo motor de “devaneios” onde o uno e o todo são indiscerníveis. Nesse sentido, toda compreensão dos fenômenos visíveis ou invisíveis, históricos ou a-históricos, passa pelo recenseamento das próprias imagens simbólicas que emanam no trajeto das intimações subjetivas às coerções objetivas – ainda que, em alguma camada, tais imagens sejam ininteligíveis e incapturáveis, já que muito anteriores à racionalização – e de acesso ainda mais difícil quando estão em um campo social que privilegia os racionalismos. O acesso a essa camada profunda, portanto, que se dá através das próprias imagens simbólicas (os símbolos), nos inverte o problema, restando aos mecanismos de racionalização textual um desbastar maior ou menor de sentido, processo do qual padecem todos os escritos, inclusive este.

Das imagens viemos, às imagens voltaremos. A imagem, para os Estudos do Imaginário, é antes de tudo simbólica, portanto não depende diretamente da percepção, ainda que sua camada mais superficial possa também cumprir a função representativa, de substituição de algo ausente. Esta abordagem simbólica, distinta em relação às demais teorias representativas da imagem, é o marco, como aponta Barros (2014), que indica a virada de paradigma rumo às teorias da complexidade que os Estudos do Imaginário oferecem à discussão.

O percurso de mão dupla gerador das imagens, entre as pulsões primordiais e a coerção, já referido anteriormente, é o que nos Estudos do Imaginário se nominou “trajeto antropológico” – ou, ainda, “trajeto simbólico”, ou “trajeto de sentido”.

As imagens mais profundas que conseguimos admitir, somente por aproximação, neste trajeto, são os arquétipos. Incognoscíveis, estão na base do Imaginário e animam as demais imagens a eles associadas, estas, sim, passíveis de manuseio racional. O arquétipo é incognoscível pelo eu porque “participa do oceano no qual o eu está imerso” (BARROS, 2010, p. 31). É de Jung que os estudiosos do Imaginário retiraram o conceito de arquétipo que segue em Durand, aproximado ao do fundador, sendo, portanto, uma força de atração das imagens, uma direção inevitavelmente seguida neste entre. “Sublinharemos [...] a importância essencial dos arquétipos que constituem o ponto de junção entre o Imaginário e os processos racionais”, escreve Durand (2001, p. 61). Estes conteúdos universais, primordiais e coletivos,

são, nas palavras de Barros (2009, p. 2), “conteúdos psíquicos não submetidos a nenhuma espécie de elaboração consciente”.

Já as imagens simbólicas (símbolos) estão, por seu turno, um passo mais próximas da superfície, já aptas à conscientização e racionalização. Diferentemente das interpretações semióticas, a imagem simbólica não é um signo arbitrário, tratando-se de uma imagem que simplesmente é e, por isso, traz consigo abertura ao mundo. No processo de desbaste frente às situações da vida, as imagens simbólicas desembocarão em imagens visuais, textos, falas, gestos, o material cultural como um todo. Esse processo de desbastamento que a imagem sofre no trajeto antropológico é o processo de perda de pregnância simbólica, de escoamento maior ou menor de sentido. Enquanto o arquétipo é rico de sentidos por conter, nele mesmo, a contradição, na esfera da troca social as imagens correntes tendem à oferecer assimilação imediata – o que, nos últimos séculos, é articulado pelo racionalismo.

A consciência do trajeto antropológico, da origem a-histórica das pulsões imagéticas, não deve ser compreendida como negação dos processos históricos, das dores e delícias das existências, na medida em que são esses desafios e conquistas realizados, na contramão do provável, que garantem e confirmam a polivalência dos arquétipos e, no limite, do próprio Imaginário, esse solucionador dos dilemas da vida.

O pensamento simbólico, conforme Durand (1993), não existe senão para nos livrar do medo da passagem do tempo que, em última instância, nos leva para o desconhecido, para o fim da vigília da vida. “A imaginação simbólica é dinamicamente negação vital, negação do nada, da morte e do tempo” (DURAND, 1993, p. 97). A reação à consciência da passagem do tempo e do fim, conforme Durand, vai ser processada pela psiquê humana de forma a gerar três esquemas simbólicos: teriomórfico (relativo à animalidade e seus movimentos bruscos), catamórfico (relativo à queda) e nictomórfico (relativo à escuridão). Cada um dos regimes de imagens já citados (esquizomorfo, dramático e místico) consiste em formas diferentes (produções de imagens diferentes) para lidar com esses pavores (fragilidade humana e mudanças; queda física ou moral; ausência de luz).

A esses pavores, o regime esquizomorfo oferece simbolizações positivas, diairéticas, de enfrentamento. O regime místico é a resposta que ameniza, que eufemiza, minimiza. Se no regime esquizomorfo a queda é compensada por imagens de ascensão, no regime místico, por oposição, a queda é suavizada; é leve descida. Por fim, as respostas do regime dramático são sempre da ordem do entendimento gradual, temporal, da colocação desta queda em um grande ciclo em que a descida e a subida já estão previstas como ritmos da vida; a escuridão não assusta, porque é alocada nos símbolos de ciclos, portanto, a luminosidade já está acenando

no horizonte; e a animalidade é arrefecida pelo seu oposto, a doçura, o cuidado, como instâncias de um mesmo ser que não passará todo o tempo amedrontador.

Durand (1993), em sua classificatória, ainda insere os três regimes de imagens em dois outros regimes superiores. O regime diurno concentra as imagens do universo esquizomorfo (relativos à reflexo-dominante postural), enquanto o regime noturno abarca tanto as imagens dramáticas (oriundas do reflexo dominante rítmico/copulativo), quanto místicas (associadas ao reflexo dominante digestivo).

O ficar de pé humano, o ímpeto postural vertical, ao ser exercido, privilegia os sentidos da visão e da audição. Com ele, há a liberação das mãos para distinguir (verbo principal deste regime), bem como julgar, separar, ações que, portanto, estão associadas ao regime esquizomorfo da imagem. Este universo de imagens simbólicas operará nas antíteses polêmicas (arquétipos claro-escuro; puro-maculado; alto-baixo; herói-monstro; céu-inferno; luz-trevas; anjo-animal), aquelas que se dão a ver quando o corpo está ereto e com mãos e olhos disponíveis. Neste regime de imagens, atuam com força os princípios de exclusão, contradição e identidade. Imagens como o sol, o azul, o olho do pai, as armas, as escadas e a água, por exemplo, estão frequentemente associadas.

O ímpeto rítmico/copulativo humano, por sua vez, privilegia a aceitação das oposições graças à consciência do fator tempo. É pelo vai e vem, lento ou veloz, que os opositores encontram adequação nos ciclos mais longos ou mais curtos, na repetição do tempo. Trata-se do regime dramático da imagem. O verbo principal para este conjunto de imagens é ligar, sem conflitos, e também amadurecer, progredir, voltar e recensear. Arquétipos do filho, da árvore, da roda, da cruz e da lua, por exemplo, estão presentes, bem como imagens do calendário, da tríade, da tétrade, da iniciação, do sacrifício, da orgia, da pedra filosofal, do messias.

Por fim, há o regime místico, associado à condicionante digestiva, para o qual o verbo principal é confundir, além de descer e penetrar. Na digestão, há privilégio à intimidade, ao recolhimento, ao conforto, ao colo e ao calor. Há, neste regime, ideias associadas à viscosidade e perseverança e as imagens presentes são, frequentemente, as da taça, do ventre, das tintas, do berço, do leite e da caverna.

A compreensão da dinamicidade destas imagens simbólicas, aqui categorizada em termos durandianos, exige, como já foi explicitado, uma mundivisão divergente da estabelecida hegemonicamente no ocidente. Não é porque está estabelecida, no contemporâneo, uma sociedade produtora e reprodutora de imagens iconográficas, que esta mesma sociedade aceita a existência ou, ainda mais difícil, a prevalência e precedência de sentido das imagens mentais e coletivas. A cultura da escrita e da fala como domínio do

sentido e da razão, do encontro da Verdade – e conseqüente depreciação das imagens – é parte de um processo do ocidente que, segundo Durand (1998), se iniciou a partir de Aristóteles (século IV Antes de Cristo) e teve seu auge no cartesianismo francês.

A lógica binária que oferece apenas dois valores (verdade ou mentira), decorrente do pensamento socrático e seu método de reflexão, inaugurou a exclusão da imagem do processo de acesso ao conhecimento verdadeiro, uma vez que esta não é operacionalizável para esses fins. “A imagem pode se desenovelar dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável” (DURAND, 1998, p. 10), jamais sendo capaz de responder às questões de ordem binária inventadas pelos gregos fundadores da lógica ocidental. Juntas, na água do banho do ocidente, as imagens simbólicas e as imagens iconográficas (mais propriamente, imaginação e imagens sacras) começam a trilhar seus destinos rumo ao ralo da Verdade pelos dois milênios seguintes, ainda que sob resistências. O último forte movimento ocidental contra as imagens é este que ainda vige e que transformou razão em racionalismo, instaurando o conhecimento científico como fonte primeira e última da revelação da Verdade.

Descartes, na busca pela verdade universal e indubitável, cria seu método de pesquisa na desconfiança de todas as certezas, de todos sentidos e de todos os dados da experiência, reservando exceção à estrutura matemática – mais precisamente à geometria. Ao converter a dúvida em método – qualquer semelhança com a prática jornalística não é ocasional –, Descartes dará as bases para que o conhecimento científico represente uma “unidade substantiva e autocrática que encerra em si mesma as premissas gerais e suficientes para chegar à solução dos problemas que com a razão se propõem, sem a necessidade de invocar nenhuma instância externa ou transcendente” (CASSIRER apud PIMENTA NETO, 2000, p. 22). Este “método de redução às evidências analíticas”, como diz Durand (1993, p. 21), evidencia-se no princípio primeiro de certeza de Descartes, o *cogito*. Trata-se do símbolo do ser para Descartes, único que ele aceita, a própria consciência, mas que “esbate-se pouco a pouco na pura semiologia, evapora-se, por assim dizer, metodicamente em signo” (DURAND, 1993, p. 21).

A razão não foi exclusividade dos iconoclastas – socráticos, escolásticos ou modernos – e está disponível ao *Homo sapiens* como uma de suas formas inatas de resolver problemas, desafios. Por si só, seu uso não provoca danos à simbolização humana, porque de resto mantém o homem vivo para fugir do leão, fazer fogo ou construir cabana. Esta conexão estabelecida entre a razão, “método de conhecimento baseado na lógica e no cálculo” (MORIN, 2001, p. 157), e a realidade empírica, é o que estabelece a racionalidade. Já as crenças criadas em torno da razão, os sistemas de pensamento que centralizam sua atuação, é

que engendram uma estrutura de poder de aniquilação das imagens, como se observa ao longo da história.

Com lucidez, Edgar Morin (2001) aponta o trajeto da racionalidade ao racionalismo na aventura da modernidade quando, especialmente a partir do fim do século XVIII pelas consubstanciações das descobertas da física, a razão “torna-se o grande mito unificador do saber, da ética e da política” (MORIN, 2001, p. 159), repudiando-se paixões e crenças. É o momento em que a racionalidade buscada pelo pensamento científico moderno se projeta como racionalismo: “visão de mundo afirmando perfeita concordância entre o racional (coerência) e a realidade do universo; exclui, portanto, do real o irracional e o arracional” (MORIN, 2001, p. 157). Ou seja, ficam de fora do conceito de real as aporias, os acasos, os humores, os sentimentos, as pulsões, as desordens, os afetos, elementos constituintes do ser que não se sublima, que sempre é.

Os racionalismos podem, como ocorreu no processo em curso no ocidente nos últimos quatro séculos, se transformar em racionalizações: quando dados ou elementos são ignorados, quando apenas parte dos aspectos são considerados, quando um único viés serve à explicação ou quando o mal é atribuído a uma única causa, construindo-se uma mundivisão totalizante – a partir do fragmento racional. O processo é de eliminação do conjunto do real de tudo aquilo que não é redutível a este conceito moderno. Com isso, instala-se uma racionalização instrumental, com a égide da eficiência e do rendimento, processo que serve para hierarquizar a sociedade ocidental moderna diante das demais, pelo parâmetro da racionalidade, operando como força motriz de práticas conquistadoras (MORIN, 2001).

Também é racionalização porque captura os mitos profundos que atravessam a história do pensamento e os faz circular a serviço de um sistema fechado baseado na razão, consolidando-se enquanto ideologia e retirando dos mitos a complexidade que lhes é característica. “É certo que o totalitarismo moderno não se pode conceber sem um mito profundo e obscuro, anterior à razão. Mas é precisamente racionalização porque constrói a ideologia lógica desse mito” (MORIN, 2011, p. 164). Os grandes episódios de destruição e morte (genocídios, ameaça global atômica) provocados pelas ideologias da razão apresentarão as fronteiras limítrofes deste sistema de pensamento que passa a contar com a crítica interna de autodestruição. Morin oferece como alternativa a esse imperialismo uma epistemologia de razão aberta, complexa, que reconheça os fenômenos como simultaneamente racionais, irracionais, arracionais e sobrracionais.

Não parece ser possível desconsiderar tais elementos da realidade, sob pena de o fenômeno retornar ciclicamente à incompreensão ao estalar da primeira bomba ou do primeiro beijo.

A mais terrível crise histórica do mundo moderno – a segunda guerra mundial e tudo o que ela desencadeou com e após ela – demonstrou suficientemente que a extirpação dos mitos e dos símbolos é ilusória. Mesmo na “situação histórica” mais desesperada (nas trincheiras de Estalinegrado, nos campos de concentração nazis e soviéticos), homens e mulheres cantaram romanzas, ouviram histórias (chegando a sacrificar uma parte da sua magra ração para as obterem); estas histórias não faziam mais que substituir os mitos, essas romanzas estavam carregadas de “nostalgias”. Toda essa porção, essencial e imprescritível do homem que se chama imaginação voga em pleno simbolismo e continua a viver de mitos e de teologias arcaicas (ELIADE, 1979, p. 19).

O mito compreendido pelas teorias do Imaginário – diferentemente das abordagens de Joseph Campbell ou Roland Barthes, mais frequentes nas pesquisas em comunicação – refere-se à superestrutura do Imaginário, sistema dinâmico que põe em movimento *schèmes*, arquétipos e símbolos através da linguagem. Por atualizar-se narrativamente, já é um esboço de racionalização do Imaginário.

O mito tem como característica fundamental ser sincrônico, trabalhando no que Eliade chama de *Illud tempus*, ou seja, o tempo absoluto, fundamental, de origem, que se refaz a cada vez que o mito é atualizado em alguma narrativa, permitindo, com isso, a fuga da morte, o retorno ao primeiro instante da vida social em que aquele mito foi estruturado. Diferencia-se de outras narrativas com menos pregnância – como a fabulação – porque nestas, destaca Barros (2014), o significante é externo. O mito, por sua vez, tem internalidade em seus significantes, uma vez que estão associados aos símbolos e arquétipos, sendo a externalidade somente aquilo que o atualiza, atualização esta que é a única forma de acesso à sua composição.

A palavra “mito” serve, na Teoria do Imaginário, para descrever tanto a superestrutura conceitualizada, como a sua manifestação narrativa à qual sempre concerne uma crença – diferentemente do que ocorre com lendas, fábulas ou contos. “O mito se configura como um relato que dispõe em cena personagens, situações, cenários geralmente não naturais segmentáveis em unidades semânticas (mitemas) onde, de modo necessário, está investida uma crença” (DURAND, 1985, p. 244).

Essa repetição de mitemas, unidades menores do mito, explicitam o conteúdo semântico do mito, que não se presta à sintaxe. Os mitemas são as mínimas unidades de regularidade que se podem compreender das superestruturas. O mito é, assim, “falso” discurso, usando palavras de Durand (1985), porque, apesar de tê-las, opera como totalidade

duplamente potente, em que os símbolos são resolvidos em palavras e os arquétipos, em ideias. Sendo metadiscurso, não lhe cabe tradução ou explicação, mas compreensão de sua estrutura, que está a se repetir infinitamente em narrativas religiosas, científicas, filosóficas ou históricas. “Ele é a introdução da linearidade da narrativa do universo não linear e pluridimensional do semantismo” (DURAND, 2001, p. 371). O mito, ainda que não seja ambivalente como os símbolos, tem sua hibridez entre Imaginário e discurso, unindo as facetas sincrônica e diacrônica das experiências.

Durand (2001) compreende que o ser humano em sociedade é constituído por três níveis chamados pelo autor de “tópica sociocultural”, pela qual circula o mito. O primeiro deles é o nível arquetípico, o dos fundamentos, o *isso*, onde está abrigado o inconsciente coletivo. O segundo, chamado de ego societal ou actancial, é o palco dos atores sociais, contemplando tanto uma faceta positiva, com papéis aprovados pela ideologia vigente, quanto negativa, com papéis marginalizados, divergentes. Mais superficialmente, há o nível de superego societal, da ordem das institucionalidades, regras, pedagogias (BARROS, 2010). Esses níveis são “animados por um mito diretor mais ou menos degradado [...] enquanto um outro mito, pleno de vigor subversivo, aguarda, no subsolo antropológico, o momento de emergir” (BARROS, 2014, p. 153). Isso oferece elementos para as reflexões que desejam pensar o macro da sociedade através do fluxo das mitologias.

A mitificação, portanto, é tarefa permanente da consciência, e as tentativas de desmitificar o mundo e as consciências, nesta acepção, não passam de novos processos mitificadores. A ciência bem se engajou nessa tarefa ao longo dos últimos séculos sem perceber que recorria à superestrutura mitológica também. Afinal de contas, “seria esforço Imaginário para reduzir o indivíduo humano a uma coisa simples, inimaginável, perfeitamente determinada, quer dizer, incapaz de imaginação e alienada da esperança” (DURAND, 2001, p. 429).

Do que foi apresentado neste capítulo, para o andamento do trabalho, isoladamente, o conceito de imagem simbólica será o primordial – mantendo em mente a completude da teoria do Imaginário como heurística – para que, nas leituras simbólicas, consigamos perceber quais as imagens que brotam e se repetem em cenários narrativos diferentes, ao nosso contato. Isso, acreditamos, poderá dar a ver a força de alguns simbolismos que orientam essas narrativas jornalísticas, construindo uma grande narrativa simbólica paralela. E, por outro lado, essas constelações (repetições e aproximações) de imagens que devem emergir das leituras podem apontar também para um “vício” social de ignorar parte dos recursos do ser que estão disponíveis para lidar com os fenômenos (por exemplo, a vigilância).

4 AS LEITURAS SIMBÓLICAS DA VIGILÂNCIA

Nesta etapa do trabalho, a partir da absorção dos conceitos fundamentais dos Estudos do Imaginário e tendo tal escopo teórico, especialmente pelas vezes de Durand e Maffesoli, como heurística, serão realizadas leituras simbólicas. O processo será de se permitir contaminar pelas matérias e deixar, desse contato, emergirem as imagens simbólicas que, nesse processo, se organizarão em constelação pelas suas propriedades morfológicas.

As leituras simbólicas adiante tomam como corpus 17 notícias publicadas nos sites da *Folha de S.Paulo* e do *Estadão* nos meses de fevereiro, março e abril de 2017 e que contêm a palavra “vigilância”. Para tanto, foram selecionadas dez matérias da *Folha de S.Paulo* e sete do *Estadão*. Todas têm relação direta com equipamentos de vigilância panópticos, escópicos e de rastreamento. O corpus é, assim, formado apenas por matérias – mais ou menos analíticas. As leituras simbólicas permitirão que falemos em nível de simbolismos, o que nos aproxima das pulsões envolvidas nessa produção cultural (jornalística). Quais são elas?

O caminho, cremos, está nas entranhas das matérias a seguir. São 17 notícias: 6 assinadas por repórteres da *Folha e do Estadão*; 2 assinadas por repórteres de jornais dos Estados Unidos (e republicadas por *Folha e Estadão*); 2 de agências de notícias, sem assinatura de jornalistas; 5 com assinaturas genéricas “da redação”; e uma assinada por uma agência de conteúdo que não integra o veículo e representa um cliente citado no texto. Para facilitar a compreensão das análises, todas as leituras começam por um parágrafo de resumo das notícias e, no decorrer de cada investida, tenta-se explicitar as relações simbólicas, aproximações entre as imagens e o (s) tipo (s) de mecanismos de vigilância referido.

De um conjunto de 212 textos diversos publicados na *Folha* e no *Estadão* contendo a palavra “vigilância”, no período determinado, sabemos que 17 não é uma amostra significativa. No entanto, não é possível, nos Estudos do Imaginário, operar amostras precisas, baseadas em percentuais. O que desejamos é constelar imagens dentro de um corpus coerente (notícias diretamente relacionadas à vigilância) e, assim, o número necessário de análises para se chegar a esse desenho não pôde ser pré-definido, tendo sido descoberto no trajeto das leituras.

Quadro 1 – Matérias que compõem o corpus³

Data	Título	Editoria	Veículo	Autor/Assinatura
23/02/17	Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia	Mercado	Folha	Dhiego Maia
27/02/17	Visita de lobista à Câmara coincide com votação de medidas provisórias	Poder	Folha	Rubens Valente
03/03/17	Hospital de SP pagou por vigilância de câmeras desligadas, diz auditoria	Cotidiano	Folha	Artur Rodrigues
08/03/17	Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas	Mundo	Folha	Mae Anderson, Tali Arbel e Barbara Ortutay / Associated Press
09/03/17	Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA	Mundo	Folha	Das agências de notícias
12/03/17	Criador da <i>web</i> alerta para desinformação na internet	Mundo	Folha	De São Paulo
13/03/17	<i>Hacker</i> mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia	Mundo	Folha	Michael Schwirtz e Joseph Goldstein / New York Times
17/03/17	Youssef passa a regime aberto, mas usará tornozeleira	Poder	Folha	José Marques
21/03/17	Ex-trainee da Folha lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais	Novo em Folha (Blog do Programa de Trainee da Folha)	Folha	Da Redação
26/03/17	Uso de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica	Mundo	Folha	Das agências de notícias

³ No apêndice deste trabalho está disponível o que chamamos de pré-corpus, ou seja, o conjunto dos textos publicados em *Folha* e *Estadão*, no período selecionado, com a palavra-chave determinada, e de onde foram selecionadas essas 17 matérias.

Data	Título	Editoria	Veículo	Autor/Assinatura
08/02/17	Guia de segurança na internet para pais e filhos	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias
07/03/17	Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na <i>web</i>	Internacional	Estadão	Craig Timberg, Ellen Nakashima e Elizabeth Dwoskin / Washington Post
16/03/17	Presos internados em hospital de custódia vão à praia em Sergipe	Brasil	Estadão	O Estado de S.Paulo
23/03/17	Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas	São Paulo	Estadão	Adriana Ferraz
25/04/17	Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP	Brasil	Estadão	Renata Okumura
26/04/17	Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA	Link (Tecnologia)	Estadão	Redação Link
27/02/17	Hungria inicia construção de nova cerca na fronteira com Sérvia para barrar refugiados	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo

Fonte: elaboração própria.

4.1 VISITA DE LOBISTA À CÂMARA COINCIDE COM VOTAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS?⁴

A matéria jornalística em questão, resumidamente, apresenta o resultado de um levantamento de dados que reforça a delação premiada feita por um ex-executivo da empresa Odebrecht. Cláudio Melo Filho diz ter, ao longo de vários anos, praticado *lobby* e pago propina a deputados para que estes votassem matérias conforme os interesses da empresa que ele representava. Os dados referentes ao acesso físico do então executivo ao prédio da Câmara dos Deputados, apresentados na matéria, coincidem com os dias em que os projetos de lei de interesse da empreiteira foram apreciados, o que reforça a tese de que, em tais oportunidades, Melo foi ao local praticar *lobby* associado ao pagamento de propina. O porém no reforço dos dados de acesso se dá na medida em que as imagens de câmeras de segurança do período da

⁴ Matéria de Rubens Valente, publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 27 de fevereiro de 2017 (VALENTE, 2017) (ANEXO A).

suposta prática ilícita não estão mais disponíveis para confirmar o trajeto dele dentro da Câmara. É neste trecho da matéria, no subtítulo *Imagens*, que aparece a palavra vigilância, ainda que o teor de monitoramento permeie todo o relato.

A ideia geral que se toma do texto é de desconfiança, incerteza e imperfeição. A vigilância praticada, juntando-se os registros de dados e de imagens, não é suficiente para comprovar a tese apresentada pelo delator. Ao nos aproximarmos da palavra vigilância no texto, para compreender que imagens constelam ao seu redor, percebemos que emanam as ideias relativas a tempo, retorno, repetição e, especialmente, destruição. “O PSOL também pediu acesso às imagens do sistema de monitoramento da Casa, mas a chefia da Seção de Vigilância Eletrônica informou que não existem. As imagens armazenadas são automaticamente sobrescritas após um prazo de aproximadamente 30 dias, informou o departamento”.

O tempo *in natura* da vida, mesmo quando bem vigiada, não se recupera, conforme essas imagens evocam, senão nos relatos do próprio personagem delator. A vida se esvai na medida em que passa, e junto com ela se esvaem os crimes, os negócios, as imagens, as provas da existência. A vida exige sobrescrições, como nas imagens de vigilância da Câmara.

Salta-se, no texto, de lá para cá, de 2005 a 2015, e sente-se que, por dez anos, o delator viveu aquele espaço institucional e político sem que a vigilância produzisse qualquer constrangimento aos seus negócios, autodeclaradamente ilícitos. A repetição de visitas, 194 delas, a coincidência das datas, a série de relações constituídas entre o delator e os personagens políticos (Geddel Vieira Lima, Renan Calheiros, Romero Jucá), nada disso alinha perfeitamente o tempo de viver sob vigilância com o tempo de rever a vigilância, tresloucado. A verdade da vida coincide com a verdade dos acessos, da transposição de catracas, mas a vida transborda também para além dos registros, dos megadados, e falta sempre um registro a mais para confirmar o que a memória pessoal (verdadeira ou falsa do delator) traz à tona. O tempo evocado no revirar dos registros, na busca de provas, portanto, não é o tempo cíclico de acomodação dos diferentes, da ligação, de harmonia. É um tempo da contradição, da confusão, de embaralhamento, de inadequação, que faz coincidir, mas quase, que faz coincidir, mas não perfeitamente. É o tempo do conflito.

“Um levantamento sobre as entradas do delator e ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho na Câmara revela sua presença no local no mesmo dia ou em datas muito próximas ao período em que foram votadas pelo menos quatro medidas provisórias”. Ele esteve lá, tudo indica que efetivamente comprou almas políticas como diz, a vigilância de *big data* já opera ao longo de décadas, mas, na busca pelo rastro definitivo, pela prova que

consolide a anterior, o sentimento final é de que somente mais vigilância garantirá uma vida menos incerta, menos corrupta. “Uma falha no sistema de entradas da Câmara também não permite saber o destino exato dos visitantes da Casa. A maioria dos destinos registrados por Melo Filho é genérica, como Anexo III ou Anexo IV, onde estão gabinetes de dezenas de deputados. Também há diversos registros apenas para edifício principal”.

É de transparência que se faz o bem, é de zonas de somreamento que se faz o mal, ao menos para as imagens simbólicas do regime esquizomorfo. A Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011) contrasta, no texto, com as informações que já foram apagadas e com as informações que, infelizmente, não foram capturadas. A LAI, aprovada graças aos deputados, volta-se contra eles. “O levantamento foi obtido pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), na condição de líder do partido, com base no regimento interno e na Lei de Acesso à Informação”. A LAI, aqui, é símbolo da luz, da claridade. O deputado Valente, o que quer mais transparência para os outros, contrasta com o delator, com os suspeitos, que têm colada a si a imagem da mácula, e salta novamente, entre as imagens, a distinção necessária ao regime esquizomorfo.

É também da transparência dos dados que se busca tirar uma consequência da repetição: a formatação da identidade. “Coincidências sobre a presença de Melo na Casa se repetiram nas votações das medidas provisórias 613, de 2013, e 651, de 2014”. Não se trata da repetição da harmonia, das estações do ano, dos dias de chuva e de sol. A repetição aqui é a da distinção, do padrão de comportamento, da formação da identidade. Um delator, para ser delator confiável, terá que repetir sua peregrinação – autodeclarada infame, de mácula – ao infinito que se prove.

A repetição aparece também na reincidência da própria vigilância, sequência de camadas sobrepostas. A vigilância primeira, no ato, que nada impediu ao delator. A potencial vigilância da LAI sobre os dados públicos (de vigilância). A vigilância do deputado sobre as camadas anteriores e, por fim, a tradicional e regozijante vigilância do jornalismo, que faz circular os três níveis anteriores.

Os tipos de vigilância percebidos neste relato são a escópica (câmeras de vigilância) e a de rastreamento de dados (acessos pelas catracas e registros de votações).

4.2 WIKILEAKS AJUDARÁ EMPRESAS DE TECNOLOGIA A EVITAR CIBERATAQUES DA CIA⁵

A matéria em análise conta que o site Wikileaks anunciou ajuda a empresas de tecnologia para que elas protejam os seus produtos e, conseqüentemente, seus usuários de ataques cibernéticos oriundos da CIA (serviço secreto estadunidense). O Wikileaks anuncia a ajuda dias depois de vazar milhares de documentos sobre tecnologias utilizadas pela CIA para “roubar informações de equipamentos eletrônicos no exterior e para transformar dispositivos em aparelhos de escuta”. O Wikileaks também promete, segundo a matéria, disponibilizar ao público em geral os detalhes sobre os mecanismos de vigilância governamentais assim que as empresas de tecnologia confirmarem que revisaram as brechas – apontadas pelo vazamento – em seus sistemas que permitem o roubo de dados. Como contraponto, a CIA põe em cheque a integridade do Wikileaks e garante que a vigilância seguirá sendo praticada para proteger a América dos terroristas.

Esta narrativa coloca em movimento as pulsões de defesa e proteção (“Wikileaks ajudará”, “evitar ciberataques”, “corrigir falhas”, “prevenir espionagem”, “proteger as pessoas”) articuladas aos sentidos de verdade, integridade e transparência (“vazou”, “documentos mostram”, “ex-funcionário do governo afirmam que os documentos são legítimos”). O texto provoca uma sensação de incerteza e medo diante de uma guerra cibernética, já que em especial o governo estadunidense, mas também os próprios Wikileaks e Julian Assange são, em alguma medida, suspeitos (“FBI está trabalhando para descobrir os responsáveis pelo vazamento” e “Assange não é exatamente um bastião da verdade”).

Qual o mais íntegro dos vigilantes apresentados no texto? Em quem podemos confiar para nos ajudar a realizar nossos desejos profundos de proteção? O mais puro dos lados, segundo a narrativa, desde o seu título (“Wikileaks ajudará a evitar ciberataques da CIA”, parece ser o de Julian Assange, porta-voz da Wikileaks. Provavelmente, não mais que isso.

Julian Assange, porta-voz do Wikileaks, aparece na matéria para ajudar “as empresas a corrigir falhas e prevenir espionagem em seus aparelhos, a fim de ‘proteger as pessoas’”. Somos pessoas, temos aparelhos e os utilizamos para compartilhar feitos, ideias, *memes*, afetos em geral. O sentimento mobilizado de defesa e proteção é autêntico e, se somos obrigados a escolher um lado na guerra de versões, preferimos que nossos afetos não sejam codificados por aparelhos-escuta – aos quais, inclusive, nos afeiçoamos e dos quais não

⁵ Matéria assinada De Agências de Notícias, publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 09 de março de 2017 (WIKILEAKS..., 2017) (ANEXO B).

podemos, nem queremos nos livrar. Não se trata só de um celular. O dispositivo está em nossos bolsos, nossos peitos, nossas mãos, nos fazendo vaziar permanentemente afetos (nas formas mais banais) aos bilhões que fazem o mesmo, em rede. Deseja-se certamente proteção e aceita-se, eventualmente, para isso, abrir-se mão da privacidade. Mas não se aceita jamais abdicar do pertencimento, da construção de nossa identidade que, hoje, passa pelas redes e dispositivos.

Ler esse texto jornalístico é ser jogado em uma guerra que passa pelo ataque do uno (Estados Unidos) e a defesa do todo (que contra-ataca). Um embate fundamental de sombra e luz emerge dessa história. Se, como mandam os manuais de jornalismo, há duas versões bem apresentadas (o império capturador-unificador-vigilante e o contra-império capturador-compartilhador-vigilante), o sentido que emana é um só: de tentativa de proteção, mesmo que incerta. É isso que orbita entre vigilância e contravigilância: a guerra entre opacidade e transparência que só pode ser docilizada pelo jornalismo, capaz que forjar uma balança de justiça onde a pulsão universal de proteção se converte em uma guerra de dois lados.

Emerge do texto que é preciso pertencer ao uno (império) que “defende” o ocidente (“proteger a América de terroristas estrangeiros, nações hostis e outros adversários”) e com isso estar liberado para viver o modo estabelecido (*status quo*), ou é preciso pertencer à multidão (contra-império) que exige, por sua vez, o compartilhamento permanente, articulações em todos os sentidos e, assim, libera-nos para ser (ativistas, *hackers*, *wikileaks*).

O texto nos conta que o Wikileaks trouxe à tona, dias antes, “cerca de 8.000 documentos feitos entre 2013 e 2015 que mostram detalhadamente armas desenvolvidas pela CIA para roubar informações de equipamentos eletrônicos”. Os documentos, dizem, são detalhados, mas no texto não há qualquer menção aos modelos de aparelhos vulneráveis, a uma medida que se possa tomar para evitar os ataques. A incerteza sobre como se defender só não é maior do que o sentimento planetário de que não há defesa. Caberá às empresas, diz Assange, “corrigir falhas”, fazer “reparos”, ajustar a conduta de seus *bits*. Seguimos, desde o início, nas imagens esquizomorfias.

Os dados criptografados, a última “onda” entre os sistemas globais de troca de informação para usuários comuns, padecem diante do olhar divino da América. “Os documentos vazados mostram que a CIA tinha vírus capazes de ativar câmeras e microfones de *smartphones*, transformar *smart TVs* em pontos de escuta e obter dados de aplicativos criptografados, como WhatsApp e Telegram, antes do envio das mensagens”. É preciso mais criptografia, em outras camadas da tecnologia, e ainda assim pode não ser suficiente.

De repente seja o caso de inventarmos uma nova linguagem, se é que esta já não foi inventada: a linguagem do caos, da poesia, dos memes ou de *emoticon* que fazem mais sentido às tribos, aos pequenos grupos do que aos padrões globais. A comunicação mais afetuosa: a criptografia *in natura*. Falando assim, quem sabe a guerra entre os pais protetores (CIA, Wikileaks...) possa se desdobrar tranquilamente, enquanto vivemos de contato em contato, engajados nas pulsões da vida que, confusa como é, nos coloca sempre um tempo à frente da reconfiguração dos algoritmos.

Enquanto a vigilância, nesse texto, parece operar no nível da mostraçã e separaçã, as poéticas possíveis escorregam mais tradicionalmente entre o regime dramático (que liga opostos aceitando as contradições, as complexidades da vida, sem desaguar em conflitos binários) e o regime místico (de interiorizaçã, miniaturizaçã, no qual há tanta garantia de estabilidade que é possível se alimentar e digerir as viscosidades da vida sem pressa, descobrindo-se e redescobindo-se o que há de mais íntimo). A pulsão de comunicaçã que inventa novos códigos por segundo e, assim, confunde os sistemas de vigilância (como adolescentes que criam linguagens que confundem os pais), supomos aqui, está mais próxima das imagens dramáticas, de ligaçã, conexã.

O porta-voz do governo, por seu turno, declara no texto: “a CIA continua a coletar intensamente dados de inteligênci em outros países para proteger a América”. Precisamos ser protegidos dos Estados Unidos ou pelos Estados Unidos? Integramos o grupo das “pessoas”, que Assange defende, ou o grupo dos não “terroristas”, grupo que a CIA promete não espionar? Ou ambos? Seguimos nas imagens de guerra, conflito e separaçã.

Se a camada superficial de sentido do texto nos aponta que Assange representa a luta do bem contra o mal, na leitura pulsional somos jogados à incerteza de uma guerra para a qual fomos involuntariamente convocados. O que se pode vazar em prol da transparênci do bem contra o mal? E nós, o público de que fala Assange que terá acesso a tudo, o que faremos com os “cerca de 8.000 documentos feitos entre 2013 e 2015 que mostram detalhadamente armas desenvolvidas pela CIA”? Essas quantidades sempre enormes de dados e documentos são da ordem do gigantismo, princípio caro ao regime esquizomorfo das imagens. As empresas de tecnologia, supostamente preocupadas com a possibilidade de ataques cibernéticos aos usuários de seus produtos, estão do mesmo lado dessa guerra do que Assange, do que nós? Revisarão seus sistemas? Sabe-se que empresas de tecnologia praticam a vigilância de seus usuários por motivos mercadológicos, quando não estão implicadas em projetos de segurança com a própria CIA, *Scotland Yard* e outras.

A CIA encarna o grande olho, que vigia tudo porque o faz com exatidão, só contra quem merece vigilância. Não sabemos se somos merecedores, se somos terroristas, se escrever ter-ro-ris-ta nesse texto nos concederá automaticamente o mérito de sermos vasculhados. E a você, por consequência, por estar lendo. As oito mil páginas obtidas pelo Wikileaks, que logo deveremos todos ler, dizem o que a CIA pode fazer, mas não o que ela faz. É pura incerteza.

Em uma guerra, a distinção moral é uma arma letal, separando, como gostam de fazer sentir as imagens do regime esquizomorfo, os curvos dos eretos, os ascendentes dos descendentes. Assange diz que “o vazamento dos dados sobre vigilância é resultado de um ‘ato histórico de incompetência devastadora’ da CIA, que manteve todos os documentos armazenados em um único lugar”. Não basta vazarem informações sigilosas para livrar o planeta das garras do Grande Irmão. Assange precisa rir da incompetência do uno, mostrar que a unidade que garante integridade é a mesma que pode, a qualquer momento, se quebrar por inteiro. Assange destina a imagem de inferioridade (regime esquizomorfo) à CIA.

O representante da CIA não ri. Tem para si a verdade e a integridade dos que não podem fraquejar. Dele vem a afirmativa de que Assange “não é exatamente um bastião da verdade e integridade”. A imagem da mácula (regime esquizomorfo) aparece associada a Assange.

Em uma guerra, acaba-se indo à luta em território desconhecido ou se é exortado do próprio país. Se os Estados Unidos, na guerra cibernética, estão por toda parte, Assange está em dois lugares ao mesmo tempo: na Embaixada do Equador, em Londres. Humano, corporalmente humano, encerra sua participação na matéria recebendo a mais grave de todas as acusações. O que, mesmo nas guerras, foge ao aceitável. “Assange vive desde 2012 na embaixada do Equador em Londres para evitar deportação para a Suécia, onde é alvo de denúncias de abuso sexual. Ele nega ter cometido crimes e diz ser alvo de perseguição”. Contrapõe-se assim a toda composição digitalmente bélica ou institucional apresentada até ali.

As ações (verbos), que servem sempre como boa fonte de acesso ao simbólico, orbitam neste texto no campo do evitar, prevenir, ajudar, reparar, descobrir, perseguir. Há armas e crimes. Há luta. No enfrentamento do olho que melhor vê, termina-se a leitura com a nítida sensação de que é, sim, preciso mais contravigilância. E, sobre ela, uma contra contravigilância. Ao infinito? Enquanto isso, vazamos *emoticons* terroristas via WhatsApp.

4.3 YOUSSEF PASSA A REGIME ABERTO, MAS USARÁ TORNOZELEIRA⁶

A matéria trata da progressão de pena concedida pelo juiz Sérgio Moro ao doleiro Alberto Youssef, um dos pivôs da Operação Lava Jato. Youssef, segundo o texto, passou de prisão domiciliar ao regime aberto, entretanto com ordem judicial de seguir utilizando tornozeleira eletrônica, recolhendo-se em casa das 20h às 6h e sem autorização para deixar a cidade onde mora, São Paulo. Os advogados de Youssef contestam as imposições e prometem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o condenado tenha liberdade plena. O juiz, conforme a matéria, destacou a contribuição de Youssef para a investigação criminal e as indenizações já efetivadas nos três anos de prisão, merecendo, portanto, a progressão.

O texto dá a ver, inicialmente, imagens relativas à evolução, aos ciclos que se deve cumprir, à abertura para o mundo. É Youssef quem, ajudando a justiça, progride, em um primeiro momento. “O doleiro Alberto Youssef entrou em regime aberto nesta sexta-feira (17), após três anos de prisão, e poderá sair de casa, onde cumpre pena em regime domiciliar desde novembro passado”. Estão postas as imagens de movimento temporal, da nova etapa do calendário, imagens simbólicas do dramático.

A ideia do sacrifício, ainda no regime dramático da história, aparece no trecho da decisão que leva Youssef ao regime aberto. “Além de confessar a sua culpa, renunciou seus direitos sobre patrimônio considerável, o que permitiu a recuperação de parte do produto do crime que lhe foi direcionado. Assim, natural que, apesar de sua culpabilidade, receba benefícios”. Youssef renuncia, permite a recuperação, gerando pacificação, convívio harmonioso dos diferentes. É “natural”, aponta o juiz, que haja benefícios, como é natural que uma árvore cresça se há água, terra e luz.

Apesar dessas imagens iniciais de ligação, de evolução, o cerne do texto é de oposição ferrenha, especialmente no que tange à vigilância eletrônica. Começando pelo título da matéria “Youssef passa a regime aberto, mas usará tornozeleira”, no âmbito das imagens esquizomorfos, e segue-se o mesmo na fala do advogado de Youssef: “Entendemos que a tornozeleira eletrônica é uma restrição à liberdade e causa constrangimento. O regime aberto é incompatível com monitoramento e vigilância”. O defensor levanta o cetro contra o alegado mau julgamento de Sérgio Moro. Não há acomodação entre as imagens de armas (de ataque e defesa), tampouco entre as de pureza e, no que diz respeito ao criminoso, de sujeira.

⁶ Matéria de José Marques publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 17 de março de 2017 (MARQUES, 2017) (ANEXO C).

Pois, vejamos, a vigilância que se mantém pelas vezes da tornozeleira eletrônica é a sujeira que não se desfaz. A sujeira no corpo de Youssef que contrasta com o julgamento do cetro de Moro. Luz e trevas em locais determinados: a liberdade plena, o olhar superior que julga, versus o lugar dos maculados que têm liberdades constrangidas.

Pela noite, Youssef ainda deverá ficar em sua casa. “O doleiro também terá que se recolher entre as 20h e 6h, nos finais de semana, e não poderá sair da cidade de São Paulo, onde mora”. A morada e a noite são da ordem da introjeção, do recolhimento, do calor, da profundidade, do animal com sua mãe, imagens do regime místico, não fosse o contexto punitivo em que estão inscritas. De noite, todo gato é pardo, e a Justiça, distintora, não pode permitir que claro e escuro se confundam. Moro e a Justiça determinam, restringem, constroem, separam doleiros de não doleiros. A imagem da clausura vem à tona.

Da cadeia ao caldeirão. Youssef, diz o texto, passa das grades para a liberdade de ficar preso em São Paulo, a cidade dos dólares brasileiros. Onde reside. O doleiro deverá obrigatoriamente ficar preso na capital financeira do país. Não pode sair, ordem de Moro. Constrangido pela sua coleira eletrônica. Animal numa reserva. Confinado pelo Estado brasileiro a se manter, paradoxalmente, nos limites de uma megacidade. Restringir o deslocamento é restringir a dominante postural. Não se fica de pé para se permanecer no mesmo local. Seguimos nas imagens esquizomorfias.

O texto aguça os sentidos de justiça e o constrangimento de Youssef não nos constroem, até porque, descobrimos ao fim, ele ainda tem muitos dólares por ver. “O doleiro ainda mantém uma dívida com a Receita: ele e suas empresas foram autuados em pouco mais de R\$ 1 bilhão por sonegação fiscal, mais de um décimo do total de autuações que a Receita Federal emitiu na Lava Jato”. É possível se purificar de tamanha sujeira?

A concessão de alguma liberdade, ao fim, não o purificou. A sujeira da tornozeleira seguirá mantendo-o preso, mesmo mais livre. Quase limpo ainda é sujo. Avança ao regime aberto, mas moralmente não chega lá. A água se mantém barrosa e o peixe não volta ao oceano. Youssef, de tanto que foi repetido, já é criminoso pelo som de seu nome. Está entre os personagens da Lava Jato mais citados. Doleiro que é, distingue-se de nós, mortais, que poucos dólares manuseamos, e dos reais viventes dessa terra, que jamais sujarão as mãos, ao menos nesse esgoto.

“Youssef foi preso na primeira fase da Lava Jato, acusado de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras e se tornou um dos principais delatores da operação”. Preso e acusado, ações que separam, distinguem. Passamos da fase 40 enquanto escrevo esta dissertação. Youssef é progenitor, da velha guarda, seu ciclo é longo e evolui lentamente. Mas

novamente não é o ciclo de progressão que salta por aqui. O amadurecimento existe, mas não emana por completo. A delação, sim, porque é distinção. Youssef se distingue como alguém que, nesse trajeto, se tornou um dos principais delatores da Lava Jato. Há os delatores medíocres e há Youssef: mais famoso do que a maioria que lerá este texto. Moro e Youssef, cada um em seu espaço, são gigantes e, neste texto, mais lutam do que colaboram.

Há, associados, o regime de vigilância confinante, da prisão domiciliar (panóptica), e o regime de vigilância de dados (GPS da tornozeleira eletrônica). A clausura, grande, ainda é clausura.

4.4 CRIADOR DA *WEB* ALERTA PARA DESINFORMAÇÃO NA INTERNET⁷

A matéria detalha o teor de uma carta aberta divulgada pelo criador da internet, Tim Berners-Lee. Nos trechos da carta referidos na matéria, o pensador alerta para os riscos que a vigilância e a manipulação, amplamente propagadas na internet contemporânea, oferecem aos usuários e às democracias. O texto conta os três desafios que Lee percebe como necessários de superação neste momento crítico: perda de controle de dados pessoais; disseminação de informações falsas; e o uso de *big data* em propagandas políticas – inclusive com direcionamento de mensagens contraditórias oriundas de um mesmo candidato com destinação a diferentes grupos de eleitores. Superar estes três desafios, segundo ele, salvará a *web*, atualmente corrompida pela vigilância e pelo controle realizados especialmente por empresas, governos e políticos.

A ideia principal evocada na leitura desta matéria é a da perda de controle, risco, medo – tanto individual, quanto coletivo. A ideia de futuro incerto atravessa todo o texto, começando pelo próprio alerta emitido por Lee, o criador. Também está nos três desafios (que soam como riscos imediatos). Ainda aparece em “não percebemos um truque ao permitir que grandes empresas de coleta de dados como Google, Facebook e *Amazon* controlem informações” – de onde emerge a imagem do chefe – e em “essa vigilância cria um efeito assustador sobre a liberdade de expressão, mesmo em países que não são governados por regimes repressivos”. Nesse trecho, que aponta tanto ao presente quanto ao futuro, a imagem do abismo se põe com força.

Não há como não ficar assustado com toda a vigilância e o controle a que estamos submetidos e que descobrimos extremamente perigosos pela voz do criador, nesse texto. A

⁷ Matéria publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 12 de março de 2017 (CRIADOR..., 2017) (ANEXO D).

emissão do alerta exige ação, movimento. É preciso correr quando a sirene é acionada. É preciso fugir da desinformação, dos truques, da espionagem, da falta de transparência, das coletas não autorizadas, sob pena de nos encontrarmos sob a égide do mal, de regimes repressivos disfarçados de democracias liberais, emana o texto.

O fato de a sirene de emergência ser acionada pelo criador da *web* dá força à ideia de possibilidade fuga, de execução de um plano de evacuação, de etapas para purificação, ainda que não se saiba exatamente como executá-las diante de um cenário apontado para uma vigilância totalitária. “Monitorar todos a todo momento é algo que simplesmente está indo longe demais”. Novamente, o abismo, ali frente, já dói a queda, em associação com a imagem de clausura.

Diante da perda total de controle sobre o projeto original da internet, o criador oferece a ideia de recriação. Os passos para a reinvenção não são claros e aparecem simplesmente como antítese do atual cenário. No início, depreende-se, havia o bem. Mas governos, empresas e grupos políticos capturaram o paraíso informacional e o transformaram no mal. É onde nos encontramos. O caminho da salvação, indica Lee, é a pura oposição ao *status quo*. “O cientista britânico Tim Berners-Lee divulgou uma carta aberta neste domingo em que aponta para três desafios que precisam ser superados, segundo ele, para salvar a *web*: a perda de controle sobre dados pessoais, a facilidade de disseminar desinformação, como notícias falsas, e a falta de transparência existente na propaganda política *online*”. Alguém conseguirá livrar-nos do tríplice ataque?

Se a internet foi criada pelo criador, se a ciência pode nos livrar, com a *web*, do mal das comunicações face-a-face, dos regionalismos, dos Estados-Nação, não parece, seguindo as imagens do texto, que a recriação da *web* passará por um único e poderoso pai. Também, a matéria não conta como se resolverão os três dilemas, quem o fará, como o fará, só sabemos que estão todos convocados.

A internet, bem se sabe, não se configurou como tal por uma criação divina de Lee. Constitui-se colaborativamente, como é de sua natureza, ainda que haja no texto essa imagem de um germen espiritual, de um estopim criador. Já a execução da recriação, segundo Lee, dependerá de todos, cabendo a ele, basicamente, alertar para os riscos. O criador, anunciado pelo jornalismo, em certa medida, contradiz o título concedido e se diz politeísta. E a imagem resolutiva não aparece. “Construir a *web* que temos envolveu a todos nós, e agora cabe a todos nós construirmos a *web* que queremos para todos”. As ações de trabalhar e construir, que frequentemente aparecem na cultura como imagens de ligação, do regime dramático, da união de opostos sem conflito, aqui se confundem com as imagens de contra-ataque. E o

“todos” a quem Lee pede mobilização também deixa de fora muitos, inclusive os atuais dominadores na disputa por vigilância e controle, os atuais “manipuladores” da rede, aqueles que a tomaram de assalto e dos quais não será fácil extirpar os tentáculos, porque os tentáculos se tornaram o próprio funcionamento da rede. A imagem geral que se sobressai, novamente, é esquizomorfa, do conflito, da luta, do exército da salvação.

A questão da desinformação recebe destaque entre os três desafios apresentados, desde o título. Isto aparece tanto nas imagens de controle via algoritmo promovido por Facebook e Google (tecnologias que selecionam e, portanto, separam as informações), como na produção das notícias falsas e sua utilização por candidatos (“propagação dessas informações pode se tornar antiética”; “desencorajar pessoas a votar”; “publicidade direcionada”). As imagens esquizomorfas da queda – diante do fato de sermos atingidos feito alvos por uma arma tão bem direcionada – aparecem aqui.

Interrogação histórica do jornalismo, o problema da verdade se agravou com a internet e o jornalismo, agora, parece reivindicar mais do que nunca o direito e o dever de acertar e errar na produção das verdades. “Segundo Lee, a propagação dessas informações pode se tornar antiética quando eleitores são direcionados para sites de notícias falsas”. Conclui-se, por oposição invocada, que há um grupo de sites puros, de notícias verdadeiras, uma propagação ética. A imagem da oposição necessária à manutenção do próprio jornalismo hegemônico. Jornalismo que, indiretamente, aparece no texto como vigilante do próprio campo de produção das verdades ao endossar a narrativa de Lee.

O problema da produção de mentiras ultrapassou, com a internet, o campo do jornalismo. Já não é tempo de o jornalismo se digladiar entre si (guerra de versões entre diferentes órgãos de imprensa), mas sim de o jornalismo combater o “não-jornalismo”, os sites acusados de deliberadamente produzirem mentiras. Neste contexto, informação é luz, enquanto a desinformação simboliza sujeira, opacidade, embaralhamento. A desinformação, em última instância, é a maçã podre a estragar todo o cesto que, outrora, fora carregado exclusivamente pelo jornalismo.

No que diz respeito aos mecanismos de vigilância, o texto focaliza naquela relacionada a dados e rastreamento.

4.5 USO DE CRIPTOGRAFIA DE PONTA A PONTA É 'INACEITÁVEL', DIZ MINISTRA BRITÂNICA⁸

A matéria trata da repercussão, por parte do governo britânico, de um atentado terrorista cometido em Londres, quatro dias antes. O texto está centralizado na manifestação crítica da ministra britânica do Interior sobre a criptografia de ponta a ponta disponível em aplicativos de mensagem instantânea, no caso o WhatsApp, que, diz a imprensa, foi utilizado pelo terrorista pouco antes do atentado. Segundo ela, a criptografia possível nesses aplicativos e que impede a vigilância é “inaceitável”. No texto, a ministra se manifesta afirmando que o WhatsApp é um lugar seguro para terroristas e que isso não pode mais acontecer. A governista ainda elogia as forças de segurança e as redime, afirmando que o fato de o homem – que acabou cometendo o ato terrorista – ser conhecido das polícias não significa que elas poderiam vigiá-lo ininterruptamente. A matéria também aponta que 4 mil pessoas são investigadas no Reino Unido por terrorismo, encerrando-se o texto com uma retranca sobre as prisões feitas após o atentado.

A matéria, baseada em uma declaração de uma fonte oficial do governo britânico, está centralizada em uma antítese polêmica: o aceitável e o inaceitável. O que não se pode aceitar está bem apontado, desde o título. Trata-se da troca de mensagens criptografadas no emissor e só decodificadas na outra ponta, no destinatário, ou seja, a comunicação entre indivíduos, via aplicativos, sem possibilidade de vigilância governamental. Os motivos são os inimigos, o mal, o terror, o monstro que se mostrara presente aos britânicos dias antes, quando um carro foi lançado contra pedestres, matando cinco e ferindo dezenas. É preciso, projeta o texto, extirpar as comunicações secretas de todos os cidadãos para garantir que as raízes do governo, da defesa, cheguem a todas as pontas, inclusive ao mal. “Precisamos ter certeza que empresas como o WhatsApp e tantas outras não ofereçam um local seguro para terroristas”, diz a ministra, no texto. Local seguro versus inseguro. A insegurança é terror, trevas. A vigilância, luz. As imagens de antítese polêmica, como já destacado, pertencem ao regime esquizomorfo.

A comunicação criptografada, secreta, traz duas imagens fundamentais. A primeira é a do ciclo que se completa, de uma comunicação perfeita, sem interferências, sem ruídos e sem interrupções. Como a roda que, ao ser posta em ação, estará, graças ao fator tempo, no mesmo ponto, ali em frente. É o porvir. Essa é a condição fundamental das imagens do regime dramático. O texto destina o segundo e o terceiro parágrafos para explicar esse ciclo de

⁸ Matéria de Agências de Notícias publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 26 de março de 2017 (USO..., 2017) (ANEXO E).

perfeição, que aparece bem pelos verbos e complementos “sai codificada, é decodificada, chega ao destinatário”.

A outra imagem, ainda mais forte, presente neste trecho, é da defesa, da força, da integridade. Percebe-se que um escudo emerge desse segredo comunicacional, dessa criptografia. “Como o conteúdo passa pelos servidores da empresa que provê o serviço de mensagens usando um forte esquema de cifragem, mesmo se a companhia for pressionada a entregar os dados de um ou de um grupo de usuários, eles não estarão acessíveis”. Essa imagem, de arma-escudo, está absolutamente associada ao regime esquizomorfo.

O que garante este escudo absoluto – ao menos a promessa dele – é o algoritmo de criptografia, uma complexa operação matemática que trabalha com variáveis de cada mensagem e dispositivo para tentar impedir intercepções. Como o processo de criptografia acontece em uma caixa-preta digital, o usuário jamais tem certeza de sua efetividade, até que ela seja provada inócua. As notícias, como essa em análise, é que reafirmam o funcionamento do escudo.

A relação entre o governo, representado pela ministra do Interior Amber Rudd, e as empresas de aplicativos para comunicação secreta, representadas pelo WhatsApp, representa uma colisão de interesses, tradicional na construção das notícias. Ambos são colocados em oposição, formam um polo de embate em torno da questão das mensagens criptografadas. De um lado, há a ministra do Interior (*Home Secretary*, em inglês) fazendo emergir imagens (malsucedidas) de cuidado – afinal de contas, o atentado ocorreu e ela admite no texto que não é possível vigiar permanentemente todos os cidadãos suspeitos. De outro, o WhatsApp aparece sem rosto, sem localidade, sem fala, sem relação com ninguém, como um exterior permanente, uma fluidez, uma torrente.

A ideia de vigilância que atravessa todo o texto se materializa na expressão vigilância no sexto parágrafo, associada a uma das falas da ministra britânica. “Na última sexta-feira (24), Rudd afirmou que as forças de segurança do país “fazem um trabalho fantástico” e que “o fato de as autoridades conhecerem Masood não significa que ele pudesse estar 24h sob vigilância”, diz a notícia. Depreendemos que, se não houvesse criptografia, ele poderia estar sob vigilância ininterrupta. Aqui se destaca, além da expressão forças de segurança, que remete diretamente a um sentido geral que emana do texto, também “as autoridades conhecerem Masood”. Esse verbo, associado à autoridade capaz, remete ao princípio da identidade – pertencente ao domínio das imagens do regime esquizomorfo. Propriamente, a imagem da escuridão desponta para Masood, enquanto há força de clareza associada às polícias.

A frase seguinte destaca que “o Reino Unido monitora cerca de 4 mil pessoas investigadas por terrorismo”. Esse conjunto, especialmente pela construção verbal “investigadas”, reforça as imagens anteriores de antítese entre bem e mal, mas também a ideia de exclusão, outro elemento recorrente no regime esquizomorfo. O que significa dizer que há 4 mil possíveis terroristas em um universo de 63,2 milhões de residentes do Reino Unido, senão dimensionar a exclusão, separar o dentro do fora? Julgar: atividade-fim da esquizomorfia.

A vigilância em questão é da ordem do rastreamento, uma vez que as mensagens são trocadas por dispositivos móveis, e é esta mobilidade, indica o texto, o risco à segurança nacional. O WhatsApp é o fora, o estrangeiro, o diferente, mas em contato permanente com o dentro, o habitual, o familiar. O WhatsApp é, no fim das contas, o fim da fronteira; e o monitoramento das mensagens, reclamado pela ministra, uma tentativa de dar um lugar e uma identidade a esse fluxo transnacional de tom anárquico e, para o governo, perigoso.

4.6 HOSPITAL DE SP PAGOU POR VIGILÂNCIA DE CÂMERAS DESLIGADAS, DIZ AUDITORIA⁹

A matéria conta a série de irregularidades descobertas por uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município de São Paulo no Hospital do Servidor Público Municipal, na mesma cidade. Das diversas constatações de mau uso do dinheiro público, aquelas relacionadas à segurança do local são as que recebem destaque, como é o caso do pagamento pela operação de câmeras de vigilância que não estavam instaladas. Ainda são descritas irregularidades em serviços laboratoriais, de limpeza, lavanderia e angiógrafo, estimando-se que as falhas contratuais causaram perda de ao menos R\$ 3,6 milhões.

Poucas esferas da vida são tão íntimas e privadas quanto o adoecer e o curar-se, quanto o desequilíbrio do corpo e da mente e o malabarismo do restabelecimento. Um hospital, mesmo público, é feito de salas privadas de atendimento, de calma nos corpos, de relatos e relatórios privados. De toques permitidos somente naquele espaço. Um universo de recolhimento, calma, introspecção, maturação, substância.

Nesse texto jornalístico, sobre as falhas da administração pública na casa de saúde, destaca-se fortemente o descuido, o risco, o perigo, ainda que não se apontem quais, da ausência das câmeras de vigilância e dos vigias que deveriam operar naquele local. O medo

⁹ Matéria de Artur Rodrigues publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 03 de março de 2017 (RODRIGUES, 2017) (ANEXO F).

toma o lugar da proteção, logo no início do texto, nos trechos mais próximos da expressão vigilância. “Uma série de irregularidades deixou a segurança desguarnecida e gerou rombo milionário aos cofres públicos, constatou a auditoria”. Os verbos, novamente, indicam falta e ausência – descobertas pelos olhos fortes de uma sobrevigilância administrativa. Logo adiante, destaca-se que o monitoramento eletrônico não existiu no espaço onde “circulam 8 mil pessoas por dia”. Oito mil desacolhidos, que correram risco de vida no espaço destinado a cuidar das vidas.

Não se trata de uma matéria sobre saúde, sobre acolhimento, mas sobre descuidado. Primeiramente com a segurança e, conforme avança o texto, emerge o descuidado generalizado com o ouro que purifica ou, de forma mais literal, com os recursos públicos que financiam as curas do hospital. Descuidados em vários níveis que a grande vigilância da auditoria é capaz de perceber e o jornalismo, de reforçar. A auditoria “revelou”, “constatou”, “achou”, “verificou”. São diversas imagens de distinção do regime esquizomorfo que aparecem ligadas à vigilância administrativa do hospital promovida pela auditoria sobre, inicialmente, os equipamentos eletrônicos de vigilância que deveriam existir no hospital e, em um segundo momento, sobre demais itens, menos valorizados, como a limpeza e os serviços de laboratório do local.

A justificativa objetiva, segundo o texto, para o destaque ao tema da vigilância é o fato de que esta foi a falha contratual que causou maior prejuízo aos cofres públicos. “O maior rombo nos cofres públicos foi causado, dizem os auditores, pela modalidade de contratação dos seguranças da empresa Centurion Segurança e Vigilância”. O rombo nos cofres traz a imagem de ruptura, como se o dinheiro público – que é, em última instância, a saúde daqueles oito mil – tivesse sido roubado. A imagem da mácula se estabelece. E, novamente, no que diz respeito ao trabalho dos auditores, imagem do grande olho da vigilância administrativa que se sobrepõe aos olhos falhos da empresa de segurança e da casa hospitalar. Há a imagem da queda associada a esses dois.

Ainda que a primeira palavra do texto seja “hospital”, passível de diversos simbolismos, a ideia que se constrói, que ganha relevo, frase a frase, são as descobertas da sobrevigilância (dos auditores) sobre a vigilância eletrônica e os vigias humanos – inexistentes e culpados de rombos ao cofre. A saúde que se destaca é a financeira e a vigilância eficaz é a administrativa. O hospital está inseguro, sente-se a todo momento. Desde a recepção, até o cofre. Há problemas de limpeza, de laboratório, é possível que haja algo que se destaque pelo bom funcionamento, o que não está dito, mas nada interessa mais do que os

segredos do cofre. A vida, nesse texto, é ouro, prata, cobre: os milhões que foram gastos à toa em contratos mal firmados que deveriam proteger pessoas, mas não protegeram.

A auditoria soa como que algorítmica: não ganha nomes, não se debruça sobre questões hospitalares, sobre atendimentos, sobre vidas. Apenas sobre contratos e execuções. Faltou vigilância e a auditoria vigilante, nos lembrando que há sempre um nível acima, foi capaz de diagnosticar.

A vigilância escópica, destacada aqui neste texto pelas câmeras de vigilâncias (ausentes), parece ser responsável, em alguma medida, por absorver aquilo que a vigilância panóptica, característica de hospitais, eventualmente não consegue atingir: salvar vidas. Como dito, não ficam claros os riscos da ausência de câmeras neste texto, mas supõe-se que a vida corre risco tanto pelas doenças, quanto pela falta de câmeras que podem registrar outros níveis de “doença” que circulam no hospital, como a violência.

4.7 BABÁ DA METRÓPOLE, REDE DETECTA SONS DE TIROS E ACIDENTES E AVISA A POLÍCIA¹⁰

A matéria, em resumo, detalha o funcionamento de uma tecnologia de vigilância – em fase de testes – destinada a detectar anormalidades na rotina de segurança pública e de mobilidade de cidades, e a alertar os órgãos responsáveis. A tecnologia produzida por uma empresa brasileira, o que é destaque na matéria, é capaz, segundo o texto, de identificar sons de tiros, acidentes de trânsito e aglomerações de pessoas e avisar uma central de comando que, a partir dessas informações, aciona polícia, bombeiros e guarda municipal. O texto se presta também a descrever as etapas do processo de construção dessa tecnologia em que sons de tiros e de veículos foram gravados para, em uma segunda etapa, serem adicionados a um *software* que diferencia acontecimentos corriqueiros daqueles que exigem intervenção dos órgãos de Estado. Entre os benefícios prometidos pela “inovação” está o encurtamento do tempo de resgate às vítimas. Pelo destaque dado às empresas de tecnologia envolvidas na tecnologia desde o início do texto, um leitor iniciado nas rotinas jornalísticas pode ficar em dúvida sobre a possível interferência do setor comercial nessa produção.

As metrópoles brasileiras, como a maior parte das grandes cidades de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, são caóticas. Duas das principais agressões instituídas nesses espaços de convergência de multidões são a física e as de trânsito. As

¹⁰ Matéria de Dhiego Maia publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 23 de fevereiro de 2017 (MAIA, 2017) (ANEXO G).

idades não são crianças, inclusive há muito passaram da aurora de suas vidas, como foram vistas no auge da modernidade, para ficar na história recente, e se tornaram sinônimos de desencontro e confusão. Mesmo velhas, precisam de babás, indica o título dessa matéria. Babás que deem conta de tiros e acidente de trânsito graças a um mecanismo de vigilância digital que usa câmeras (olhos) e supermicrofones (ouvidos) instalados sobre a cidade, em postes. A “babá”, ao invés de simbolizar a mãe, o acolhimento, a calma, nessa matéria, em expressão livremente usada pelo jornalista como metáfora, está mais relacionada às imagens de luz, olho e anjo (especialmente este símbolo, já que a “Babá da metrópole avisa”).

Isso fica mais evidente quando o texto se desenrola e, na quarta linha, aparece o nome oficial do sistema de vigilância dado pelos desenvolvedores da rede: Anjos da Rua. A babá neste caso não é a mãe que cuida e pune a criança, mas, sim, o anjo que se opõe à animalidade agressiva e intrépida das multidões desordenadas que se matam com tiros e carros. Imagens, portanto, do regime esquizomorfo, de separação.

“Uma rede de vigilância que integra imagem, som e inteligência artificial pode ser uma aliada no combate à violência e aos problemas de mobilidade das metrópoles”, assim abre-se o texto, para seguir três linhas depois: “O sistema é todo montado em um poste a seis metros do chão. Tem um supermicrofone que capta sons num raio de até 80 metros, uma câmera com rotação em 360 graus e uma central de dados guiada por um *software* de inteligência artificial”. Nesses dois trechos – do primeiro e terceiro parágrafos – se destacam as imagens de luta (“rede de vigilância aliada no combate”), de olho do pai (“sistema montado em um poste”) e de ouvidos, como já referido. Novamente imagens do regime esquizomorfo. Também nesses trechos temos a “central de dados guiada por um *software* de inteligência artificial”, que nos remete às runas com seus poderes mágicos que miram ao futuro, seus mistérios disponíveis apenas para iniciados, para programadores específicos. Outra imagem esquizomorfa.

Por fim, ainda nessa parte, há o “sistema todo montado”, quando somos levados para as imagens de progressão, de montagem, de incidência do fator tempo que faz com que uma engenhoca possa ser, passo a passo, construída e, se interessar, desconstruída. Assim é a mecânica das coisas do mundo, do quebra-cabeça físico que compõe os equipamentos cotidianos que, em geral, nos aparecem como prontos, mas que exigem, quando nos aproximamos, de etapas, manuais, tempo, serviço. Aparecem, assim, esparsas imagens dramáticas.

O detalhamento desse mecanismo, entretanto, é jogado no conflito (“atacar os problemas”), e não na construção. “Para atacar problemas de segurança, o primeiro passo foi

captar o som dos disparos das armas de fogo mais utilizadas no país. Também foram gravados barulhos de freadas e colisões. A fase seguinte foi ensinar o *software* a reconhecer cada áudio. Fizemos cálculos matemáticos para ensinar o *software* a distinguir cada um dos sons”. As imagens se esvaem no simbolismo do conflito especialmente quando a questão da vigilância se sobressai (“ensinar o *software* a distinguir cada um dos sons”), nos jogando novamente em um mundo de simbolismo da distinção, da separação, da antítese entre os sons pacíficos e os agressivos, entre os sons produzidos por animais e aqueles produzidos por anjos. Aí estão as imagens esquizomorfias, novamente.

E, adiante, a ideia de distinção e o princípio da identidade aparecem com força em “reconhecer qualquer tipo de som”, “no trânsito, detecta o barulho”, e, ainda, ao falar do Carnaval de Recife, aparece “serão monitorados sete pontos” e “as ocorrências serão analisadas pela central de vigilância”. As imagens se repetem.

No que tange especificamente às formas de vigilância emaranhadas no sistema descrito no texto, temos uma sobreposição de vigilância escópica (com as câmeras de vigilância) mais elementos de vigilância de rastreamento (audiovigilância acoplada à geolocalização). Há também uma referência no texto a uma ideia da empresa para incorporar, futuramente, a tecnologia de “nariz virtual”, que acrescentaria o que optamos por chamar de olfatovigilância, capaz de identificar e geolocalizar poluição e incêndios, por exemplo.

Interessante que a empresa responsável pela criação dessa tecnologia integra um parque tecnológico instalado em parceria, segundo o texto, com a Serttel, “companhia que cria soluções em mobilidade”. Como referido nas discussões teóricas deste trabalho, é através da mobilidade que as formas mais refinadas de vigilância se instauram no contemporâneo.

4.8 EX-TRAINEE DA FOLHA LANÇA PROJETO PARA PROTEGER JORNALISTAS DE AMEAÇAS DIGITAIS¹¹

A matéria em questão, publicada no blog *Novo em Folha* hospedado dentro do portal do jornal e destinado a temas relacionados ao treinamento da *Folha* para jovens colaboradores, trata do lançamento de uma plataforma na internet para proteção de jornalistas contra ataques digitais. O projeto, chamado Privacidade Para Jornalistas, replica uma plataforma australiana semelhante e tem, entre seus objetivos, a ajuda para proteção de fontes

¹¹ Matéria do blog NOVO EM FOLHA publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 21 de março de 2017 (EX-TRAINEE..., 2017) (ANEXO H).

e de ameaças de vigilância digital. A ideia e a execução são de um *ex-trainee* da Folha, motivo pelo qual o conteúdo, de curta extensão, está postado no respectivo blog.

O texto faz emergir, desde o título, as imagens de defesa, e elas que predominam durante todo o texto, em paralelo a outras imagens, em menor quantidade, de iniciação e progressão, crescimento. O texto – direcionado a jornalistas, mas, indiretamente, a todos que possuam dados digitais – no primeiro parágrafo fala em “projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais”, trazendo à tona a imagem do escudo usado pelo guerreiro contra as diversas armas que serão utilizadas contra ele. São as imagens esquizomorfas, que se seguem com “proteger suas fontes de ameaças como *hacking* e vigilância”. Há inimigos, sem nome, desejando violar os dados dos jornalistas e de suas fontes, indica o texto.

Há um risco iminente e ele pode ser calculado por uma relação de simetria, segundo o jornalista que criou a plataforma: “A conta é simples: se a importância de espionar você é maior do que o custo, isso vai acontecer”. A afirmação é curiosa, porque traz um cálculo objetivo e certo para algo extremamente subjetivo, tendo como efeito a disseminação de medo e insegurança. Tem-se aí um jornalista como fonte da matéria produzindo uma generalização, sem que, por outro lado, saibamos quais argumentos sustentam esse cálculo absoluto. É colocado em voga o princípio da idealização – característica do regime esquizomorfo.

Nesse trecho do texto, de fala da fonte, outras imagens fortes emergem: “Embora não exista método infalível para se proteger, a gente sempre pode dificultar a ponto de não ser viável para o atacante”. Não há couraça perfeita, mas ela pode ser tão resistente que canse o oponente. Temos uma batalha em andamento, aqui, sem resultado definido, pois é preciso sobrepor a maior quantidade de elementos de defesa, no caso do jornalista, para tentar evitar que o atacante tenha sucesso na empreitada. Quanta energia se despenderá nessa batalha que soa como infinita?

Em nenhum momento no texto há referência aos riscos físicos do jornalista ou à vigilância física de pessoas. Tampouco à invasão de casas, reviramento de gavetas. Tudo isso parece desmaterializado em um mundo, em um jornalismo que, segundo o texto, acontece de *bits em bits*.

Os riscos digitais, emana do texto, pendem todos para a balança dos jornalistas. É uma guerra de dados, um *game* em que o personagem heroico, o jornalista, lutará até a última gota de sangue para evitar que sua fonte seja revelada, que sua investigação seja descoberta, que seus dados sejam vazados por interesses escusos de poderosos. No mundo dos dados, o jornalista é apenas defesa. Ou seja, todo ataque (apuração) no campo do jornalismo pode gerar um contra-ataque (“hackeamento”) das memórias (digitais) desse jornalista.

Desmaterializado, o jornalista precisa agora cuidar de uma memória que anda nas nuvens (de dados). Em resumo, a vigilância que aparece nesse texto é toda de rastreamento. A ameaça é toda externa.

Tomando esse texto como referência, no limite, não há mais o que se falar de jornalismo, mas somente ciberjornalismo. Não haveria exagero em supor que o jornalismo de dados precise absorver, no contemporâneo, não apenas as atividades já praticadas de minerar e organizar informação, mas também a de proteger o que foi apurado pelo jornalista. E, se sabemos ainda que os dispositivos de trabalho e lazer se misturam na fluidez das atividades do cotidiano, resta perguntar se a própria vida do jornalista não se transformou já em *bits* e, se ele bem executar sua profissão naquilo que de mais vigilante ela tem, suas esferas mais íntimas não se tornarão propriedade compartilhada por algum *hacker* contratado por alguém incomodado com a atividade desse mesmo jornalista. A couraça precisa proteger tanto sua atividade profissional, quanto sua vida pessoal – confundidas.

O criador dessa plataforma, “colaborador e ex-*trainee* da Folha”, traz a imagem do iniciado. Criado na redação da *Folha*, ele “lança” a plataforma, o “site que oferece” “links com dicas” “para ajudar”. Aqui e ali no texto ele aparece como aquele que amadureceu, que progrediu, que usou o tempo a seu favor. Diferentemente das imagens esquizomorfos, que dominam o texto nos trechos sobre vigilância, aqui temos imagens dramáticas, ou seja, as que mostram o passado e o futuro em coincidência; o fator tempo atuando no amadurecimento – o que, no ápice, propicia a ajuda ao próximo.

4.9 HACKER MAIS PROCURADO DO MUNDO É MANTIDO COMO TRUNFO PELA RÚSSIA¹²

A longa reportagem, produzida pelo *The New York Times* e republicada em português pela *Folha*, conta os trabalhos de busca do FBI pelo *hacker* russo Evgeniy Bogachev, apontado como o mais procurado cibercriminoso. Segundo a reportagem, além de diversas fraudes no sistema financeiro e apropriação de dinheiro de contas de empresas e pessoas ao redor do mundo, Bogachev é suspeito de ter usado seus conhecimentos de *hacker* para influenciar o resultado eleitoral da última disputa à presidência dos Estados Unidos. Conforme o texto, Bogachev vive tranquilamente em uma cidade do litoral russo com anuência do governo desse país que, conforme o FBI, dá proteção ao *hacker* em troca de

¹² Matéria de Michael Schwirtz e Joseph Goldstein publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 13 de março de 2017 (SCHWIRTZ; GOLDSTEIN, 2017) (ANEXO I).

serviços de espionagem internacional. A matéria ainda traz alguns poucos elementos da vida pessoal de Bogachev que seria, de acordo com o texto, bastante reservado.

O texto trata diretamente do tema da vigilância por diversos aspectos, desde o personagem principal apresentado no título, o *hacker*, passando pela antiga relação de espionagem entre Estados Unidos e Rússia – este país também apresentado no título – e chegando às investigações do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e aos diversos elementos sobre espionagem, espalhados ao longo do texto, inclusive com referência ao Wikileaks.

A estrutura de gigantismo é das mais presentes nas imagens desse texto: “*Hacker* mais procurado do mundo”, “recompensa de R\$ 3 milhões por sua captura – a maior já oferecida”, “desviar centenas de milhões de dólares de todo o mundo”, “Para a Rússia ele é mais do que um mero criminoso”, “Bogachev chegou a controlar 1 milhão de computadores com acesso a tudo”, “as façanhas de Bogachev”, “possui um grande apartamento, além de uma coleção de carros de luxo”, “gostar mais de seu Grand Cherokee”, “carreira de Bogachev começou há mais de uma década”, “esquema de apropriação indébita *online* mais sofisticado”, “sistema impenetrável por anos”.

Ou seja, toda a atuação de Bogachev como *hacker* parece ser, ao longo do texto, de um gigantismo destacado desde o título. Tudo isso, sem que seja preso. Esse gigantismo ora é condensado em imagens de chefia (“Bogachev chegou a controlar 1 milhão”, “é mais do que um mero criminoso” e “comandar o esquema criminoso deu muito trabalho”); ora em imagem de mácula (“desviar centenas de milhões de dólares” e “acusado de criar uma grande rede de computadores infectados”); ora em imagem de réptil que desliza (“*hacker* mais procurado” e “FBI vem procurando rastrear seus movimentos”); ora de herói (“as façanhas de Bogachev”). São imagens esquizomorfos que rondam as atuações *hacker* e o histórico do personagem.

O *hacker* é um invasor, portanto um atacante, mas também aquele que espia, olha, vigia áreas digitais específicas em busca de benefício para si, para seu grupo ou para seu contratante no processo que pratica de transposição de fronteiras eletrônicas, além de estar em permanente vigília para não ser descoberto. Um *hacker*, portanto, também abdica. “Bogachev se queixou muitas vezes de estar exausto e de não ter tempo suficiente para passar com sua família, disse o *hacker* russo Alexander Panin, que costumava comunicar-se com Bogachev *online* e hoje cumpre pena por fraude bancária num presídio federal em Kentucky. Que eu me lembre, ele falou de ter mulher e dois filhos, escreveu Panin em *email*”. Nesse trecho, emerge a imagem do sacrifício de se manter em permanente vigília, seja para executar as tarefas de invasão, seja para ocultá-las, necessário para se manter como o maior dos *hackers*. É o tempo incidindo e se consumindo, com seus atos grandiosos de sacrifício. Depois de seu histórico

policial, aparece o pouco que se tem sobre sua história de vida, e ela pulsa numa frequência diferente. O sacrifício, nesse contexto, é o do guerreiro longe de casa, não o da oferenda aos deuses.

O se esconder, ocultar-se, também aparece na sequência da narrativa, pois, para ser cibercriminoso e não ser preso, é preciso, entre outras coisas, ser discreto, ser mutável, ser mutante, inclusive ser seu duplo, seu triplo ou quantas identidades forem necessárias. “Tirando isso, pouco é sabido sobre Bogachev, que preferia operar de modo anônimo, usando pseudônimos diversos: *slavic*, *lucky12345*, *pollingsoon*”. Pelos pseudônimos, no simbolismo desse texto, o *hacker* troca de pele e mantém o segredo. É o réptil, novamente, presente. Quantas identidades mais *Slavic* e *lucky12345* têm e que a polícia jamais descobrirá porque ficaram pelo caminho como a pele que a cobra deixa para trás? São identidades fortes, pode-se supor, mas apenas no universo dos *hackers*; a polícia americana quer dar a esses pseudônimos a identidade Bogachev, a maior de todas elas.

Buscando construir essa identidade Bogachev, o texto conta: “Ele era altamente paranoico, comentou J. Keith Mularski, supervisor da FBI em Pittsburgh. Não confiava em ninguém”. A paranoia é o risco, no limite, de conhecer os mecanismos de vigilância, de crer que tudo pode invadir e saber que, portanto, todo o “Eu” pode ser desbravado por outrem – digitalmente. Não há zonas de escuridão *online*. Tudo pode acabar iluminado por outro *hacker* (do FBI?). Temos nesse trecho o princípio do autismo, peculiar ao regime esquizomorfo, e as imagens de luz e sombra emergem. Trabalhar na escuridão é também manter as relações de afeto distantes. O inferno são os outros, parafraseando livremente. Afinal, os outros também têm seus ímpetos de vigilância.

“As autoridades acreditam que Bogachev esteja vivendo sob seu próprio nome em Anapa e que de vez em quando faça viagens de barco à Crimeia, a península ucraniana que a Rússia ocupou em 2014”. Assim termina o texto, nos levando para duas imagens, uma do regime místico e outra do dramático. A primeira, respectivamente, é a da casa, Anapa, onde ele vive sob sua própria identidade, onde não precisa fugir, onde parece não haver paranoia. A segunda é a da calma das viagens de barco por lazer, como indica o texto. Na vida privada, ele pode estar só em meio à imensidão das águas que se apresentam como os ciclos longos, as marolas de alto-mar – este, sempre incontrolável, é a imagem da vida privada de Bogachev, do lazer, do ritmo, que contrasta com as imagens esquizomorfas do perigoso *hacker*, imóvel em frente às telas, atacando e defendendo, gerenciando *bits* que, segundo o próprio texto, são capazes de “desviar centenas de milhões de dólares de contas bancárias em todo o mundo,

atacando desde uma empresa de dedetização na Carolina do Norte até uma tribo indígena americana no Estado de Washington”.

Bogachev, segundo o texto, vive livre na Rússia, mas somente lá. “O FBI vem procurando rastrear seus movimentos, na esperança de prendê-lo se ele sair de seu país, a Rússia”. Ele pratica a vigilância de rastreamento, é alvo dessa mesma vigilância por parte do FBI, mas é também alvo de restrições de movimento, de vigilância panóptica, aquela que o Estado e suas forças policiais ainda dominam melhor do que qualquer *hacker*.

4.10 PESSOAS COMUNS NÃO DEVEM SE PREOCUPAR COM A CIA, DIZEM ANALISTAS¹³

A matéria analisa, a partir dos relatos de cinco fontes, a informação, então recém divulgada, de que a CIA teria um programa global de vigilância capaz de espionar qualquer usuário através de TVs inteligentes, computadores e celulares, para concluir que os chamados cidadãos comuns têm risco muito baixo de serem alvos desses mecanismos e não devem se preocupar. A primeira fonte, um operador de áudio, conta que aceita os riscos associados ao uso dessas tecnologias. A segunda fonte, um advogado especializado no assunto, diz que sua preocupação é se as técnicas da CIA foram usadas dentro dos Estados Unidos. A terceira fonte, de uma entidade de defesa do consumidor, diz que somente pessoas que estão fazendo algo ilegal devem se preocupar. A quarta fonte, um analista de redes sociais, relata que não se preocupa com a vigilância governamental porque nada tem a esconder. A quinta fonte, presidente de uma entidade sobre roubo de identidades, argumenta que as pessoas estão cansadas da preocupação com privacidade e isso não muda a vontade que elas têm de usar seus dispositivos. A sexta fonte, uma executiva de uma consultoria que trabalha com questões de Tecnologia da Informação, alerta que qualquer coisa conectada à internet é vulnerável a ataques e que qualquer pessoa que acredite que alguém pode ter motivos para espioná-la deve ficar atenta.

O texto inteiro trata diretamente da questão da vigilância e das repercussões disso para aquelas pessoas consideradas “comuns” que, conforme a reportagem, se opõem àquelas que cometem ilegalidades ou que têm algo a esconder. Nesse sentido, “pessoas comuns”, expressão apresentada no título, aponta para a imagem de inferioridade, ligada ao regime esquizomorfo. Essa condição inferior é o que deveria levá-las a “não se preocupar com a

¹³ Matéria de Mae Anderson, Tali Arbel e Barbara Ortutay publicada no site da *Folha de S.Paulo* em 08 de março de 2017 (ANDERSON; ARBEL; ORTUTAY, 2017) (ANEXO J).

CIA”, também posto no título. A CIA, serviço secreto americano, depreende-se do título, tem sua atenção orientada para os chefes. Quem diz isso, ainda na manchete, são os analistas (“Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas”) que, nesse caso, aparecem como avaliadores amadurecidos, iniciados – imagem dramática.

Parte do sentido dessa afirmação inicial colocada no título é desfeita pelas afirmações dos próprios “analistas”. Analisaremos simbolicamente essas afirmações mais adiante.

A matéria começa aproximando o leitor “comum”, ao afirmar que “Você usa *apps* de mensagens como o WhatsApp ou tem uma TV inteligente e computador. Há motivos para que se preocupe com escutas da CIA? A resposta resumida é não. Uma resposta mais completa seria talvez”. Curioso que, em certa medida, uma das primeiras frases desmente a afirmação do título – ao inserir esse “talvez” – e prende, por outro viés, a atenção do leitor que foi além da manchete.

Na sequência, o cerne da polêmica é lembrado (“As revelações do site de denúncias Wikileaks sobre ferramentas secretas da CIA para invadir computadores, celulares e mesmo *smart TVs* poderiam certamente ter implicações reais para qualquer pessoa que use tecnologia conectada à internet”), trazendo à tona a imagem do ataque oriundo das armas da CIA que teriam implicações reais para qualquer cidadão comum – novamente contrariando o título da matéria. Essa imagem da invasão, do ataque, das armas é da ordem esquizomorfa, que permanece em vigor nas frases seguintes: “Os documentos sugerem especialmente que a CIA tentou transformar televisores em instrumentos de escuta e encontrar formas alternativas de acesso a aparelhos que empregam criptografia de dados”. Já foi referido que as imagens ligadas aos sentidos da visão e audição estão associadas ao regime esquizomorfo; são imagens de distinção.

A primeira fonte ouvida, um operador de mesa de som de Nova York, por *email*, diz que a informação revelada pelo Wikileaks preocupa, mas que não mudará sua relação com os dispositivos tecnológicos. A imagem da aceitação dos opostos aparece: de um lado uma preocupação, de outro o amadurecimento de quem tem consciência da condição em que vive (“Como essa tecnologia está tão integrada à nossa sociedade, é difícil tomar providências razoáveis sem sacrificar uma parte de nossa vida social”). Apesar de a fonte falar em não se sacrificar, em termos simbólicos é a imagem do sacrifício que aparece, imagem dramática, na medida em que ele afirma que se deixa à mercê da vigilância para, assim, desfrutar da vida social, da cola social, sem que isso o coloque em um conflito.

A sequência de relatos desse operador de áudio, entretanto, leva a relação dele com a tecnologia e a vigilância para o campo das imagens esquizomorfas, de conflito, quando o

texto destaca os escudos que ele levanta contra essa espionagem: “Mas ele (o operador de áudio) não tem um televisor inteligente, seu microfone fica desconectado e a câmera de seu computador fica coberta. Ele também mantém desligado o sistema de reconhecimento de voz de seu celular”.

A imagem de defesa (necessária ou possível) desse cidadão comum é reforçada pela imagem seguinte, emanada agora por Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook. Ele, segundo o texto, apareceu “em uma foto na qual a câmera e microfone de seu *laptop* estão cobertos com fita adesiva”. Essa ação, bastante disseminada, de cobrir a câmera do computador com alguma fita, tal qual faz este que vos escreve, é curiosa, na medida em que impõe a materialidade (do manto sobre a câmera) em um debate essencialmente imaterial sobre do “hackeamento” de dados digitais, nos lembrando de quanto a vigilância está associada, em nosso Imaginário, às imagens iconográficas; o quanto nossas imagens visuais ainda são sagradas, muito mais que qualquer informação binária.

Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, ao ser inserido no texto, por contraste, evoca a imagem de chefe, não de súdito, opondo-se à abordagem principal do texto, de que “cidadãos comuns” não devem se preocupar com a vigilância da CIA. Em termos de vigilância, é curioso, pois o Facebook é uma das maiores organizações globais de vigilância de dados, nos jogando de volta na relação aberta que existe entre vigiados e vigilantes quando se trata de vigilância de rastreamento.

A segunda fonte da matéria é apresentada na primeira retranscrição do texto, intitulada “Por que isso importa”. Scott Vernick, advogado especialista em privacidade e segurança de dados, argumenta que o importante é que as armas de vigilância da CIA não sejam usadas contra a própria população dos Estados Unidos. “O que ele quer dizer é que interessa saber se a CIA revelou algumas dessas técnicas ao FBI e outras agências de policiamento que poderiam empregá-las dentro do país”. A resposta para essa dúvida não existe no texto, mas a imagem que emerge dessa afirmação está baseada no princípio da distinção, da identidade. Os estrangeiros, os bárbaros, tomam a imagem de monstros, a quem as balas devem ser destinadas, enquanto os americanos, inclusive os da CIA, se associam à imagem de heróis, no âmbito das imagens esquizomorfias.

A terceira fonte do texto é Ed Mierzwinski, diretor de uma organização de defesa dos consumidores. Ele defende que a informação revelada pelo Wikileaks sobre o programa global de vigilância da CIA “deveria alertar os consumidores quanto à vulnerabilidade de seus aparelhos”. Ele afirma ainda que “você não precisa se preocupar que a CIA invada seus aparelhos, a menos que esteja fazendo algo de ilegal”. São imagens, novamente, do regime da

distinção, entre os puros e maculados, entre quem faz algo ilegal e os demais, adequados. Salta também a imagem do grande olho, associada à CIA, capaz de realizar essa distinção.

O mesmo advogado, em uma afirmação um tanto contraditória, defende que os consumidores troquem frequentemente as senhas de seus aparelhos domésticos porque, segundo ele, “os sistemas de segurança na maioria dos produtos da internet das coisas são na verdade burros, não inteligentes”. Novamente as imagens de defesa, escudo, proteção, agora associadas aos objetos domésticos como “refrigerador, sistema de iluminação, babá eletrônica”.

A retranca seguinte da matéria, na qual aparece a quarta fonte, é intitulada “Cansaço e privacidade”. Matt Holden, que trabalha com mídias sociais no Texas, conta que já ouviu tanto sobre “hackeamento” que apenas espera que isso aconteça com ele. “Enquanto eu me comportar de uma forma que significa que nada tenho a esconder, não me preocupo que o governo bisbilhote”, ele alega. A imagem que aparece é a do iniciado (regime dramático), que parece controlar a divergência inevitável da situação; que compreende o princípio de causa e efeito. Já o governo vigilante, que bisbilhota, é, novamente, o olho superior, capaz de distinguir entre os têm algo a esconder e os puros – em regime esquizomorfo.

Adiante, o texto traz dados de uma pesquisa da Agência Pew que aponta que 46% dos entrevistados acreditam que o governo deveria ter acesso a sistemas de comunicações cifradas quando investiga crimes e “apenas”, diz a matéria, “44% dos entrevistados consideram que as empresas de tecnologia devem ter direito de usar recursos criptográficos inquebráveis pelas autoridades”. Esse trecho reforça a imagem do olho que tudo vê, que os entrevistados relacionam ao governo e suas instituições, e a demanda desses usuários para que o governo os proteja; os demais entrevistados também manifestam imagens de defesa, mas em desconfiança com o governo.

Nesse vai e vem entre risco total e despreocupação, o texto aponta que, se forem verdadeiros os dados revelados pela Wikileaks sobre o programa de espionagem da CIA, há uma “realidade sinistra” imposta, na qual nenhuma “forma de comunicação digital” está protegida da espionagem. É a transparência permanente, em outras palavras. Por mais paradoxal que possa parecer, a transparência, a translucidez, aqui está para a imagem das trevas – sinistras, assustadoras, avassaladoras.

A quinta fonte, Eva Velasquez, do Centro de Recursos sobre Roubo de Identidade, fala de um certo cansaço, uma certa desistência diante dessas preocupações com vigilância, e aponta para uma vontade maior de brincar e esquecer: “As pessoas estão cansadas de se preocupar com a privacidade. É difícil imaginar que espécie de abuso seria necessário para

levar essas pessoas a abandonarem seus smartphones”. E, por fim, "as pessoas adoram seus brinquedos e seus aparelhos", diz ela. Essa expressão de adoração evoca a imagem da luz que cega, que hipnotiza, que move todas as ações e faz com a vigilância seja aceita diante de um deus festivo, brincalhão, encarnado nos aparelhos eletrônicos.

Chegamos então à última retranca da matéria, intitulada “A internet das coisas que espionam”, etapa do texto em que se reforça a violabilidade dos dispositivos. Quem avalia essa situação é Avivah Litan, membro de uma consultoria mundial que atua na área de tecnologia da informação. “A internet das coisas é vulnerável e foi colocada em operação sem que as pessoas, primeiro, considerassem a segurança”, diz ela, no encerramento do texto. A conclusão dessa fonte é que há risco e o elemento segurança não foi, nem é suficientemente considerado.

A imagem que emerge do texto é de certa derrota prévia na batalha estabelecida, de certa inferioridade do dito cidadão comum, à mercê das poderosas empresas e governos. Um título mais adequado ao percurso da matéria seria algo como “Pessoas comuns querem viver e não se preocupar com as agressões da CIA, dizem analistas”. Como nosso trabalho não é sugerir mudanças em reportagens, muito menos com propostas de títulos absurdos, mas compreender os símbolos, pode-se dizer que predominam as imagens de defesa e fuga. Há riscos por todo o lado, escudos são necessários. Mas são tantas armaduras que precisam ser sobrepostas para tentar vencer essa luta que mais vale se manter em movimento (digital), correr para longe com os *bits* de “seus brinquedos e aparelhos”, do que tentar lutar. Luta ou fuga? Até porque “é difícil imaginar que tipo de abuso seria necessário para levar essas pessoas a abandonarem seus smartphones”, como diz uma das fontes.

Além da vigilância de dados, o mecanismo de vigilância escópica aparece no texto.

4.11 DORIA QUER INTEGRAR IMAGENS DE 10 MIL CÂMERAS PÚBLICAS E PRIVADAS¹⁴

A matéria trata do lançamento de um projeto, por parte do prefeito de São Paulo, João Doria, que tem como objetivo integrar imagens de câmeras de vigilância privadas ao Centro de Operações da Polícia Militar para ampliação do controle social, com foco na redução de criminalidade. O governo paulistano espera grande adesão de pessoas físicas e entes privados à ideia, projetando que isso elevará das atuais 150 para 10 mil câmeras de vigilância

¹⁴ Matéria de Adriana Ferraz publicada no site do *Estadão* em 23 de março de 2017 (FERRAZ, 2017) (ANEXO K).

integradas, buscando tornar São Paulo a cidade mais monitorada por câmeras do país. Ainda conforme o texto, o projeto começará pelo Brás, devido ao histórico do bairro de criminalidade contra pedestres e o grande fluxo diário de pessoal na região.

A matéria, inicialmente, desenvolve-se em torno de imagens de germinação (“gestão Doria lançou”), coincidência de oposições (“integrar público e privado”) e tempo (“a meta é alcançar nos próximos quatro anos” e “integrar a produção em tempo real”). São imagens do regime dramático, sem conflito. Há uma ideia de parceria a ser desenvolvida ao longo dos anos que tem como resultado fazer as diferenças entre público e privado serem amenizadas, no que diz respeito à vigilância, para que ocorra o amadurecimento do comum, neste caso, a segurança pública.

As imagens simbólicas da matéria começam a ingressar em outro regime no parágrafo seguinte, quando aparece a primeira fonte direta. O secretário municipal de Segurança Urbana, coronel José Roberto Rodrigues, é quem explica o programa *City Câmeras*. A figura de um coronel evoca as imagens militares, associadas à guerra, às armas, tratando-se, portanto, do regime esquizomorfo. Segundo essa fonte, o início do projeto se dará na região no Brás e “a escolha se deu em função do número de pessoas que circulam ali - de 250 mil a 320 mil por dia - e do histórico de criminalidade contra pedestres”. A escolha em função da criminalidade nos coloca por completo em imagens de conflito e guerra. A expressão “escolha”, inclusive, remete diretamente ao princípio da separação e distinção. O bairro escolhido se dá pela guerra travada entre criminosos e centenas de milhares de pedestres.

Outro princípio recorrente às imagens esquizomorfas aparece logo adiante: o gigantismo. “Doria afirmou que o projeto fará de São Paulo a cidade mais bem monitorada do País”. As imagens esquizomorfas, em sua propulsão de distinção, evocam, frequentemente, esse gigantismo, que aparece também na quantidade prevista de câmeras integradas. Dez mil câmeras, um número que não aparece sustentado por nenhuma explicação, é a ideia pura do gigantismo. Não se sabe como a prefeitura estimou esse número tão redondo e preciso, mas 10 mil câmeras remetem à ideia do grande olho, que se põe acima de tudo, durante todas as ações, ininterruptamente.

A segunda fonte direta da matéria, outro militar, o coronel Cezar dos Santos, do Centro de Operações, vem à tona para dizer que “o monitoramento não supre a presença do policial, mas a tecnologia é muito importante para dar mais agilidade e reduzir o tempo de resposta à população”. Estamos novamente no plano da guerra estabelecida, em que cada segundo é fatal para configurar um destino de matar ou morrer. O tempo, nessa imagem, não é

o da congregação, mas o da distinção polêmica entre ascensão e queda – que são os dois lados de uma mesma moeda.

Também a cooperação entre público e privado – quando as imagens de conflito se estabelecem nesse trecho do texto – muda de caráter. Em uma guerra, a população é sempre convocada a participar. Em uma guerra com equipamentos tecnológicos, não é o serviço militar obrigatório que predomina, mas a convocação da população para a cedência, neste caso, de imagens iconográficas: “Um chamamento público será lançado em breve para convocar a população a participar”, diz o texto. O chamamento para que as armas sejam erguidas.

Os inimigos, nessa guerra, não são apenas os assaltantes de pedestres. “O objetivo é, além de identificar situações criminalidade, aprimorar o monitoramento do patrimônio público e fiscalizar as ruas da capital para impedir, por exemplo, descarte irregular de lixo e pichações”. Pichadores e destruidores da coisa pública material também estão na lista de alvos. Não há referência ao uso das câmeras para fiscalizar a atuação do próprio poder público. Um buraco aberto em uma via e que permaneça ali, sem conserto, ou um vazamento de água que persista, não serão alvos da vigilância integrada. Em uma guerra, o inimigo é o Outro. Cidadãos de bem contra cidadãos do mal.

Quando se pensa no funcionamento dessa integração, a ideia de fiscalizar o Outro fica evidente. Um eventual parceiro privado que ceda as suas imagens de câmeras de vigilância para o poder público jamais manterá essa cedência no momento em que for ele o praticante de um crime.

Nova imagem de gigantismo aparece quando na retranca intitulada “Detecta” – esse é o nome do programa estadual de vigilância por câmeras. “É o mesmo sistema tecnológico ampliado em milhares de vezes”, diz Doria, no texto. “O objetivo é chegar a 10 mil. Aí, sim, teremos mais controle”, reforça ele. A imagem do grande olho novamente estabelecida.

A matéria encerra explicando que a contribuição das pessoas ao programa passará por uma seleção que verificará a qualidade das imagens e o ambiente visualizado. “Apenas câmeras viradas para o espaço público serão utilizadas”. Isso cria os chamados espaços semipúblicos, uma vez que, em alguma medida, estão apropriados por interesses privados permanentes. Essa imagem da confusão entre público e privado atravessa todo o texto. A casa, o trabalho e os centros de vigilância da prefeitura e do estado se misturam. Em prol da imagem maior do texto, de guerra, que se sobrepõe inclusive às imagens de colaboração e evolução que aparecem rapidamente nas primeiras frases do texto.

Nesse texto, a vigilância descrita é da ordem escópica.

4.12 FALTA DE ILUMINAÇÃO CAUSA INSEGURANÇA NA ZONA OESTE DE SP¹⁵

A matéria trata da falta de iluminação pública no bairro Cerqueira César, na zona oeste de São Paulo, e a relação desse problema de serviço público com a insegurança na região. A matéria – feita sob a perspectiva do blog Blitz Estadão que tem como descrição “Os problemas de São Paulo em discussão” – traz relatos de frequentadores do bairro sobre casos de assalto e falta de poda nas árvores. Isso também provoca, segundo o texto, quedas de galhos sobre os fios e escuridão recorrente na região. Trata-se de uma matéria curta, com foco na identificação do problema e busca de solução junto ao poder público que, nesse caso, afirma por nota que está buscando identificar os pontos com falta de iluminação para depois corrigi-los.

O texto, que trata da vigilância pelo viés da iluminação, é todo centrado em antíteses polêmicas concernentes ao regime esquizomorfo das imagens. Desde o título isso está expresso: há falta de luz e, por isso, há medo. Se houvesse claridade, haveria segurança. Isso apontado por um blog/editoria de nome Blitz, ou seja, atividade destinada à vigilância – neste caso, sobre o poder público paulistano.

O início da matéria dá o tom das imagens que percorrerão o texto: “A principal reclamação de moradores e comerciantes da região é sobre a iluminação pública precária, o que aumenta a incidência de assaltos na área”. A falta de luz, em antítese polêmica, remete diretamente para as trevas, onde o animal ser humano não consegue operar bem o sentido da visão e, com isso, fica exposto às demais animalidades.

O texto segue apontando que o medo pode piorar quando a chuva vem. “Chego por volta das 5 horas e a iluminação é muito ruim. Já acompanhei casos de assaltos. A vigilância também é precária. Quando chove, as árvores caem, derrubam a fiação e ficamos sem luz na região”, diz uma trabalhadora da região, fonte da matéria. Aqui outras imagens são associadas: a da queda (“caem” e “derrubam”), a da água, em forma de chuva, que varre o caminho por onde passa, provocando escuridão, destruição e medo. Outra imagem evocada é a da animalidade diante da falta de vigilância citada pela fonte que, neste caso, parece se referir à ausência de policiais ou guardas. No regime das oposições, se se aponta a falta do anjo (policial, guarda), emergem as imagens dos ímpetos animais.

Outra fonte ouvida, um homem que trabalha em um estacionamento, repete a mesma avaliação. “É muito perigoso à noite. Precisa de mais fiscalização policial porque não tem

¹⁵ Matéria de Renata Okumura publicada no site do *Estadão* em 25 de abril de 2017 (OKAMURA, 2017) (ANEXO L).

muita iluminação”. A falta de iluminação impede que a visão, principal sentido de distinção, opere com intensidade. De noite todo gato é pardo, já diz o ditado popular. Então, é preciso que alguém do universo das armas, um policial, por exemplo, proteja os demais humanos que são, por natureza, animais deficientes visuais durante a noite.

A prefeitura responde de forma pouco objetiva, quase desinteressada, no trecho final do texto, apontando para uma projetada evolução ligada ao fator tempo. “O Departamento de Iluminação informa que, desde o início da nova gestão, está realizando vistorias de avaliação para detectar os chamados pontos escuros”. E segue: “De posse das avaliações, estaremos, mediante projetos de efficientização de iluminação, resolvendo estes problemas de déficit de iluminação”, diz um trecho da nota oficial reproduzida na matéria.

Essa nota faz emergir a imagem do calendário, pela ideia de passagem de um tempo a longo prazo capaz de apaziguar as diferenças; e a imagem do gérmen, na medida em que a justificativa da prefeitura se ancora, também, no início da gestão, no período de avaliação, projetando um amadurecimento futuro. Enquanto o restante do texto trabalha com imagens do regime esquizomorfo, aqui, no contraponto da prefeitura, emergem imagens dramáticas.

A observação final da referida matéria também merece aqui uma anotação. “Quer compartilhar alguma reclamação em seu bairro? Mande seu relato por WhatsApp (11) 9-7069-8639 ou para o *email* blitzestadao@estadao.com”, diz a autora, no pé do texto. Interatividade, costuma-se chamar, nos nossos dias. Apesar da estrutura verbal principal (“compartilhar”) remeter para o universo das imagens de construção coletiva, o sentido maior emanado é de coparticipação na vigilância. Temos aqui uma convocação jornalística para que a população também assuma a postura de vigilância e aponte os problemas da cidade, mais propriamente a imagem da mácula (“alguma reclamação”) que possa mobilizar a máquina jornalística vigilante. É um fim da ordem esquizomorfa, da distinção, das antíteses polêmicas.

O mecanismo de vigilância destacado no texto é o panóptico (policiamento e vigilância da população).

4.13 HOMEM BÊBADO É PRESO APÓS AGREDIR ROBÔ NOS EUA¹⁶

A matéria em questão se ancora em um fato inusitado: a agressão promovida por um homem bêbado contra um robô de vigilância, na Califórnia, nos Estados Unidos. O robô, segundo o texto, percebeu que o homem praticava vandalismo no local e começou a emitir

¹⁶ Matéria de Redação publicada no site do *Estadão* em 26 de abril de 2017 (REDAÇÃO, 2017a) (ANEXO M).

sinais sonoros e luminosos de alerta. Isso teria incomodado o bêbado que partiu para o ataque contra o robô, acabando detido por seguranças do estacionamento onde se passaram os fatos e, depois, preso pela polícia local. A matéria termina dizendo que o robô, mesmo após o ataque, passa bem.

O texto é bastante linear nas imagens que evoca do início ao fim, tratando de uma série de antíteses polêmicas entre o agressor, o homem enfurecido com sua força heroica destruindo tudo o que vê pela frente; o agredido, o robô de vigilância que tem boas defesas, boas couraças para se manter no posto; tendo como outros elementos do confronto os guardas do estacionamento e a polícia, ambos atuando em um segundo estágio de vigilância contra o homem bêbado.

Pois, vejamos, desde o início do texto, as imagens a se descortinarem: “A polícia da Califórnia prendeu um homem bêbado acusado de bater em um robô de vigilância. De acordo com informações, o robô K5 foi atingido por socos e chutes, enquanto fazia o patrulhamento de um estacionamento”. Ao aparecer o relato de que o homem bateu em um robô, emerge a imagem de animalidade (“socos e chutes”) e de mácula (“acusado”). Já o robô fazia o patrulhamento, sem agressividade, do cuidado diuturno, remetendo à imagem do anjo, puro e permanente atento. O homem ainda tem em si a característica de bêbado que, neste caso, não apontando para uma embriaguez poética ou elevada, faz emergir a imagem da queda, do bêbado que derruba tudo enquanto vai ao chão – até o fundo de uma cela de prisão. São todas imagens esquizomorfos.

A sequência do relato do incidente emana outras imagens de distinção. “Ao notar a presença de Jason Sylvain, o K5 não tardou em alertar que algo de errado estava acontecendo. Ao apitar e começar a girar, porém, ele assustou o americano”. Nesse momento, quando são descritas as ações de alerta do vigilante robô, a imagem de verticalidade (“girar”) e audiofonação (“apitar”) aparecem. É através da postura ereta, que privilegia sentidos como a visão e a audição, que os seres humanos primordialmente trabalham suas práticas de distinção. O robô ao ser projetado, de forma humanizada, emite sinais compreensíveis para os seres humanos do entorno – não apenas os sinais digitais para centrais de comando. São imagens esquizomorfos, novamente, associadas ao comportamento vigilante do robô.

Há outro trecho do texto que explica melhor as características desse equipamento urbano de vigilância. “O K5 é equipado com sensores ao redor de todo seu corpo cilíndrico, permitindo que sinta cheiros, note movimentações e perceba diferenças na intensidade de luz”. Aqui aparece uma associação diversa de atividades de vigilância do robô a características humanas, como sentir cheiros e perceber as sutilezas da luz. Mas robô que é,

como dele se espera, ultrapassa o homem ao ter sensores de luz e odor em todo o entorno do corpo. Desta sorte, a imagem principal que emerge é de atenção total, de cuidado absoluto com o entorno, sem com isso oferecer qualquer imagem de agressividade. Um anjo que alerta e intervém apenas diante de perigos.

O robô, cilíndrico, simétrico, geométrico, com igual percepção para todos os destinos, perfeito e indestrutível (“o K5 sofreu alguns arranhões, mas passa bem”) se contrapõe ao ser humano animalesco, bêbado, destruidor, especialmente imprevisível (“o agressor responderá por intoxicação pública”). A pureza contra a imagem da mácula. O anjo contra a imagem do animal. A queda diante da luz.

No que diz respeito aos mecanismos de vigilância implicados, o primeiro deles é panóptico, uma vez que o robô faz as vezes de policial do estacionamento, vigiando comportamentos em um espaço determinado. Mas, como destacado, a máquina ainda faz, com uso de câmeras, uma vigilância escópica e, no âmbito do rastreamento, de odor.

4.14 ESPIONAGEM AGORA SE CONCENTRA NOS APARELHOS, NÃO NA *WEB*¹⁷

A matéria em questão, de autoria de três jornalistas do *Washington Post* e republicada pelo *Estadão*, se propõe a descrever os mecanismos de vigilância digital utilizados secretamente pela CIA e, em data próxima à publicação, denunciados pelo site Wikileaks. A partir disso, a matéria sustenta que a estratégia do serviço secreto americano mudou, por conta do avanço da criptografia, da vigilância em massa de dados para a vigilância de aparelhos específicos. Ao detalhar os novos mecanismos da CIA, a matéria cita a possibilidade de invasão de aparelhos celular, televisores domésticos – transformando ambos em escutas – e de “hackeamento” de veículos automotores, possibilitando assassinatos. Ao final, o texto aponta a reação das empresas de tecnologia, diante dessas revelações, com investimentos em segurança de seus sistemas.

A matéria começa situando o leitor sobre as revelações, então recente, do Wikileaks sobre a espionagem da CIA e, com isso, mostrando a vulnerabilidade de aparelhos utilizados por cidadãos na maior parte do mundo. As primeiras imagens que aparecem têm relação com o risco a essas pessoas: “As revelações sobre as poderosas ferramentas do governo americano para hackear, deixando potencialmente sujeitos a vigilância casas e bolsos de bilhões de usuários pelo mundo, mostram como uma grande variedade de aparelhos de uso diário pode

¹⁷ Matéria de Craig Timberg, Ellen Nakashima e Elizabeth Dwoskin publicada no site do *Estadão* em 07 de março de 2017 (TIMBERG; NAKASHIMA; DWOSKIN, 2017) (ANEXO N).

ser modificada para espionar os donos. Televisores, smartphones e veículos conectados à internet são vulneráveis à espionagem da CIA”. Nesse trecho, emerge a imagem da mácula associada aos diversos dispositivos (“são vulneráveis”); e a imagem do Inferior (“deixando potencialmente sujeitos a vigilância casas e bolsos de bilhões de usuários pelo mundo”) relacionada aos usuários que se descobrem vulneráveis, reféns de uma condição global.

O detalhamento se aprofunda e o texto fica mais amedrontador na medida em que mostra as possibilidades de matar via “hackeamento”. “As possibilidades descritas incluem gravar sons, imagens e mensagens privadas de texto de usuários, mesmo com a utilização de aplicativos criptografados. Já os veículos são vulneráveis a controle remoto por *hackers*, o que permite assassinatos quase indetectáveis”. Aqui, a imagem da queda vem à tona associada aos usuários de veículos de última geração – possíveis alvos de assassinatos quase indetectáveis, enquanto aos *hackers* – mais precisamente aos agentes da CIA – se cola a imagem do mal absoluto, capaz de assassinar por controle remoto. Também nesse trecho se destaca a invasão total da privacidade possível pelos novos dispositivos de vigilância da CIA (“gravar sons, imagens e mensagens privadas de texto mesmo criptografados”), trazendo uma imagem central: a do Olho, repressor, em permanente vigília subcutânea. “No modo Fake-Off, a TV trabalha como grampo, gravando conversas na sala e mandando-as através da internet para um servidor clandestino da CIA”. Como agir da mesma forma, frente a uma TV, na sala da própria casa, sozinho, ao saber que ela pode, mesmo desligada, estar operando como escuta? A casa e seus equipamentos domésticos, neste cenário, não são interior, acolhimento e calma, mas mácula e risco.

Também o texto traz o princípio da distinção (“diferença”) – e seguimos no regime esquizomorfo – ao anotar que “as informações do Wikileaks parecem assinalar essa diferença ao dizer que a CIA contornou as tecnologias de criptografia”. Havia, portanto, uma guerra com determinadas armas expostas, determinados escudos escolhidos. O texto, aqui, demonstra seu cerne: a troca de armas e a vulnerabilidade que se impõe às defesas estabelecidas. A imagem de ascensão passa a estar associada à CIA (“CIA contornou a criptografia”); enquanto aos usuários – o texto adiante é direto ao citar aparelhos iPhone e Android – se impõe a imagem do desarme e da queda.

A ideia anterior é sustentada por outra: a criptografia funciona bem até o seu limite. “Especialistas em privacidade avaliam que a CIA pode ter sido forçada a se concentrar em aparelhos vulneráveis, pois a internet, como um todo, se tornou mais segura por meio de avanços em criptografia”. É um permanente embate entre ataque e defesa e, curiosamente,

nesse texto, o conflito aberto é da CIA (Estados Unidos) versus os bilhões de usuários da internet e as empresas que vendem para esses usuários (Mundo).

O contraponto de todo esse ataque da CIA – que a vigilância do jornalismo faz repercutir nessa matéria – aparece quase no final do texto, como uma perspectiva de construção de novos escudos. Mas também de novas armas. “As revelações do Wikileaks servem como lembrete de que, seja qual for a reação política às revelações sobre espionagem digital, ela não vai parar – provavelmente, continuará a crescer. O foco, posto em hackear aparelhos individuais, deve aumentar a pressão sobre as empresas para tornar esses aparelhos mais seguros”.

Esse trecho reproduzido acima encerra o texto. *Ad infinitum*, ataque e defesa, guerra e paz, simultaneamente. Porque, se não há perspectiva para o fim da guerra, tudo é guerra e, portanto, após muito tempo de luta, tudo também se torna paz. Estado de coisas. O cidadão, na dúvida, sente-se permanente vigiado pela CIA e, paradoxalmente, permanente contra-atacando ao adquirir as últimas tecnologias que prometem sempre ser mais seguras que as anteriores.

No que tange aos mecanismos de vigilância, essa matéria apresenta questões de rastreamento e de escopia. Indiretamente, é possível avaliar que, se a casa deixa de ser refúgio, para ser local controlado pelo exterior, ela se reconfigura também, em alguma medida, em vigilância panóptica.

4.15 PRESOS INTERNADOS EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA VÃO À PRAIA EM SERGIPE¹⁸

A notícia, não assinada por jornalista, trata da ida à praia de um grupo de presos psiquiátricos como parte de um projeto de ressocialização, em Sergipe. Segundo o texto, o grupo de 15 detentos foi vigiado, durante o passeio, por 16 agentes de estado e, na praia, eles tomaram banho de mar, picolé, entre outras atividades. É destacado o fato de que, para um dos custodiados, esse foi o primeiro contato com o mar.

A matéria, em seu título, opõe dois mundos: o cárcere e a liberdade. Em termos simbólicos, há o miasma em contraposição ao ar puro. Essa é uma imagem do regime esquizomorfo, das oposições polêmicas, que poderia ser resumida, no título, em “Presos (...) vão à praia”.

¹⁸ Matéria de Redação publicada no site do *Estadão* em 16 de março de 2017 (REDAÇÃO, 2017b) (ANEXO O).

Esse mesmo sentido prevalece no primeiro parágrafo do texto, quando a ideia é ampliada e a vigilância fora do hospital de custódia é explicada. “Presos internados em um hospital de custódia de Sergipe foram à praia na manhã desta quarta-feira. O passeio, que reuniu 15 detentos, teve a vigilância de agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos e diretores da unidade”. O primeiro parágrafo é destinado, como se pode perceber, a demonstrar a vigilância envolvida nessa atividade com os detentos. Aqui se misturam diversas atividades profissionais de contato com os presos (“agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos e diretores da unidade”), mas destinadas a um único propósito: vigiar. Um passeio, diz o texto. De qualquer sorte, a imagem principal é pouco tranquila, baseada em uma antítese polêmica: a relação entre chefes (supervisores da atividade) e inferiores (custodiados) – ainda no regime esquizomorfo.

O texto perde o caráter de contraposições e conflitos no parágrafo seguinte e, ao focar-se na progressão e no amadurecimento, desloca-se para as imagens dramáticas. “Segundo a Secretaria de Justiça, a ida à praia faz parte de um projeto terapêutico de ressocialização dos internos do Hospital de Custódia e Tratamento Penitenciário de Sergipe (HCTP)”. A ideia de que esse procedimento todo faz parte de um projeto retira, por um instante, a ideia da luta e ancora o texto no amadurecimento ligado ao fator tempo. Aqui não há nenhuma intriga entre miasma e ar livre, mas, sim, o princípio da sistematização associado à imagem do calendário (“a ida à praia faz parte de um projeto terapêutico de ressocialização”). Assim, a cela fica menos lúgubre e a praia menos libertária. Ambas fazem parte de um grande plano de ressocialização que o desbotar dos dias apresenta aos detentos.

O texto, a seguir, apresenta imagens divergentes. De um lado, imagens dramáticas, especialmente pela ideia do movimento cinético: “Os presos foram levados à Atalaia em um micro-ônibus e lá, sob supervisão, aproveitaram a manhã de quarta ao ar livre, tomaram banho de mar, cantaram e se refrescaram com refrigerantes e picolés”. O relato dos presos cantando, pulando, banhando-se, aponta para duas imagens: a orgia e a música. Por outro lado, os verbos, sempre acesso fácil ao simbólico, nos dizem que os “presos foram levados” e “(ficaram) sob supervisão”, portanto, fazendo emergir a polêmica entre chefes e inferiores. A vida pulsa entre os inferiores para emergir o comum: o prazer, o ritmo, a cantoria e o banho de mar.

O fim desse parágrafo, ainda de desfrute, atinge o ápice ao relatar que “segundo a Sejuc, para um deles, foi o primeiro contato com o mar”. A imagem forte da iniciação está presente e afasta-se qualquer divergência pela convivência harmônica entre os diferentes. Quem pode morrer sem fazer contato com o mar? Ele que, quando não é água assustadora, e

nesse caso não é, simbolicamente é passado e futuro na harmonia da repetição das ondas, de avanço e recuo das marés, de relação com os astros, com a lua, em uma espiral que faz sentir o movimento da energia do infinito do oceano.

O texto se encerra dando a ver novamente as ideias plenas de vigilância. Detentos dançando na areia. Em torno deles, não apenas os psicólogos, agentes penitenciários, assistentes sociais e diretores da unidade, mas ainda “bombeiros e policiais militares”. Ao todo, o texto conclui, “16 profissionais acompanharam a atividade” destinada a 15 detentos. Nesse trecho, a ideia de acompanhar a atividade está mais associada à vigília da atividade e menos ao compartilhamento, à fruição. Somam-se chefes e mais chefes, capazes de superar, inclusive numericamente, os inferiores. Retorna-se, portanto, às imagens esquizomorfas.

O texto, de forma geral, oscila entre imagens fortes de antítese polêmica, quando se centra na vigilância, e de sistematização e progressão, quando, de passagem, descreve a fruição dos detentos na praia. Enquanto a questão da vigilância opõe miasma e ar puro, cela e campo aberto, presos maculados e agentes imaculados, a rápida questão da experiência dessas pessoas na areia e no mar, e o tratamento de ressocialização propriamente dito têm escapes para as imagens ligadas a tempo e prazer.

Em termos de vigilância, trata-se todo o tempo de questões panópticas, já que os presos, mesmo ao ar livre, estão cercados de olhares que encarnam, em seus saberes e práticas diversos, da polícia aos psicólogos, os poderes instituídos.

4.16 GUIA DE SEGURANÇA NA INTERNET PARA PAIS E FILHOS¹⁹

A matéria, produzida por uma agência de conteúdo que representa clientes, inclusive um deles citado no texto, e publicada no *Estadão*, se propõe a elencar dicas e passos para evitar que crianças entrem em contato com conteúdos impróprios ou sejam alvo de abusadores na internet. Entre as principais orientações do guia estão o uso de filtros que impeçam as crianças de acessarem aplicativos e conteúdos adultos; a orientação para que crianças não falem com desconhecidos e não forneçam dados pessoais; e para que pais e crianças baixem apenas conteúdo de sites confiáveis. O texto ainda defende o máximo de vigilância das crianças por parte dos pais, mas sem deixar de levá-las para praticar atividades em ambiente externo – momento em que é oferecida a empresa Vida Real Diversões como uma possibilidade de consumo. Apesar de, para um leitor com estudo em jornalismo, em

¹⁹ Matéria de Dino Divulgador de Notícias publicada no site do *Estadão* em 08 de fevereiro de 2017 (DINO, 2017) (ANEXO P).

comunicação, ficar explícita a implicação de marketing que orienta a produção do conteúdo, a matéria não traz nenhum aviso sobre essa condição, sendo, no site do *Estadão*, apenas mais uma entre centenas de outras publicadas diariamente.

O texto tem caráter didático – destinado aos pais – e a expressão “Guia de segurança”, desde o título, faz oscilar entre um tom educativo e a emergência da defesa. O texto inicia indicando que, apesar de quaisquer temores, a internet pode ser um “terreno controlado e seguro, conferindo alívio para os pais deixarem os filhos à vontade”. Essa é a imagem da casa não como local calmo, mas como fortaleza de guerra onde, se cumpridos os procedimentos de segurança, estabelece-se um terreno controlado. Com isso, os filhos podem ficar “à vontade com aplicativos, *softwares* ou mesmo navegando por entre sites”, diz o texto. A imagem associada é a da casa como local de vínculo (entre pais e filhos) na busca por mecanismos de defesa que se contrapõem aos possíveis ataques externos.

A partir daí o texto começa a tratar dos mecanismos de vigilância que devem ser aplicados para gerar o obstinado conforto. Aparecem as etapas do guia que, se seguidas, vão “assegurar a segurança” na internet. Começa-se por: “Limite acessos e filtre conteúdos: já existem funcionalidades, em tablets e smartphones, que ajudam a criar perfis com acesso limitado a uma série de conteúdos”. A ideia aqui parte para o terreno da distinção entre os conteúdos. A ação de “limitar”, a fronteira, serve para separar os conteúdos relacionados à elevação daqueles que, para as crianças, apontam para a queda – estamos, desde o início, nas imagens esquizomorfias. Os pais também assumem aqui, como vigilantes e limitadores de conteúdo, o papel de chefes, enquanto as crianças passam a inferiores. Essa medida de limitar o acesso acarretará, segundo o texto, na seguinte consequência: “Assim, você pode deixar os aparelhos nas mãos das crianças sem o risco de elas acessarem qualquer tipo de conteúdo adulto”. A vigilância bem praticada encerra o risco e os equipamentos conectados ao mundo, nas mãos das crianças, assim, apenas brilham telas como luz, afastando a imagem das trevas. A criança aqui é ser plenamente tutorado que, sem estar plenamente consciente dos riscos, precisa de um chefe que, se limita e manda, também protege.

O segundo conjunto de dicas diz respeito ao diálogo, ao processo de educação entre pais e filhos. “Oriente-as a não compartilhem suas informações com desconhecidos: a regra é, basicamente, a mesma que os pais costumam dar aos filhos ao ar livre: não fale com estranhos”. O desconhecido, o Outro, é perigo. O princípio da identidade, ainda na ordem das imagens esquizomorfias, atua plenamente. A criança precisa aprender a desconfiar do mundo e separar o joio do trigo. O que é o conhecido e o que é desconhecido para uma criança que está em fase de plena curiosidade pelo mundo? O desconhecido é mácula.

A explicação segue: “Na internet, portanto, eduque as crianças para que não compartilhem seus dados pessoais com desconhecidos, e tampouco aceitem solicitações de amizade, nas redes sociais, de pessoas que não façam parte do seu círculo de amigos”. Aqui a vigilância e a distinção entre o conhecido e o desconhecido devem ser incorporadas pela própria criança, através de um processo de educação que cabe aos pais. Neste caso, a educação, como está para fins de distinção entre pureza e mácula, guerra e vínculo, se mantém no princípio da identidade, no regime esquizomorfo. À primeira solicitação de amizade, a criança deve se atentar para ou levantar a arma heroica ou estabelecer o afeto. E é, em especial, com as mãos (no *mouse* e no teclado) e os olhos (na tela) que ela produzirá essa distinção. “Sem falar no sigilo de qualquer tipo de senha *online*”, conclui-se esse trecho do texto, evocando as armaduras de defesa para o coração da vida digital: as senhas, os segredos últimos, a essência da identidade.

Princípio que segue em voga na etapa seguinte. “Outro ponto importante é o cuidado a ser tomado com o *download* de aplicativos e *softwares*. Procure sempre fazê-los em lojas oficiais e de fontes conhecidas, evitando, assim, *downloads* suspeitos”. Isso quer dizer, na prática, que a tendência deve ser de uso de *softwares* consagrados, de grandes corporações digitais. É preciso distinguir, novamente, entre o conhecido e o desconhecido, entre o limpo e o sujo.

Na sequência a imagem de cuidado, do risco diante do mal e das trevas se repete. “Cuidados extras com *malwares* e *adwares*: os pais também devem se preocupar com os hábitos de navegação dos filhos. Afinal de contas, baixar tudo aquilo que eles veem pela frente é o convite ideal para a proliferação de *malwares* e *spywares*, entre outros tipos de agressões *online*”. Os *malicious softwares* (*softwares* maliciosos, em tradução livre), apelidados de *malwares*, e os *advertising-supported softwares* (*softwares* suportados por publicidade, em tradução livre), apelidados de *adwares*, encarnam o mal digital e são capazes de “roubar deliberadamente informações pessoais”. O princípio da oposição polêmica entre bem e mal (“baixar é o convite para proliferação de *malwares*”) se repete e a criança precisa incorporar as armaduras necessárias para navegar nesse oceano cheio de piratas. É a guerra permanente da internet ensinada aos pequenos.

Por fim, o texto propõe uma dica a mais, inusitada: tirar as crianças da frente dos dispositivos digitais. “Mostre que a vida real também é divertida e segura: Por mais seguro que pareça manter nossos filhos sob constante vigilância no conforto do nosso lar, é importante que os pais apresentem o universo externo. Realizar atividades fora de casa combate a depressão, melhora as relações sociais e a autoestima, reduz ansiedade e estresse,

estimula aprendizagem e faz bem para a memória. A empresa Vida Real Diversões organiza atividades que beneficiam corpo e mente. Confira no site da empresa os passeios, a partir de R\$99”. Sim, tudo isso junto, com nome e valor do serviço do cliente que pagou pela publicação do conteúdo, finaliza o texto. Simbolicamente, nos interessa as imagens em contraste. De um lado, temos “por mais seguro que pareça manter nossos filhos sob constante vigilância no lar” e, de outro, “é importante que os pais apresentem o universo externo”.

A casa, aqui, aparece não como lugar no qual se pode cercar a criança e manter uma vigilância panóptica. Sob constante vigilância, tal qual uma prisão, é uma imagem de clausura. Já o mundo externo, fora da prisão, há vida, saúde, aprendizagem, evolução. A rua é a chamada vida real, que, paradoxalmente, aparece como espaço de evolução. Por outro lado, a vida *online* que, por oposição, conclui-se que seja da ordem do não real, é cheia de perigos e exige vigilância máxima.

Sobre isso, o texto segue: “Realizar atividades fora de casa combate a depressão, melhora as relações sociais e a autoestima, reduz ansiedade e estresse”. A imagem da árvore vem à tona, com suas raízes a se aprofundar, seus galhos a crescer, sua saúde biológica frondosa e sua relação destemida com o entorno. Sempre na rua, a árvore, ainda assim, é forte como pau e morre de velha, marcando a passagem do tempo. Cresce lentamente, mas com solidez e profundidade. A árvore é o ciclo longo em que não há risco de morte imediato. Em meio a uma série de imagens esquizomorfias associadas à vigilância em casa, as atividades externas fazem surgir uma rara imagem dramática.

Em termos de vigilância, se sobrepõe no texto a necessidade de panopticismo (vigilância entre quatro paredes e durante as atividades na rua – que deve acontecer sob orientação dos pais ou da empresa sugerida) com a vigilância de rastreamento de dados.

4.17 HUNGRIA INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA CERCA NA FRONTEIRA COM SÉRVIA PARA BARRAR REFUGIADOS²⁰

A matéria conta o início da construção, por parte da Hungria, de uma cerca na fronteira para impedir o ingresso no país de refugiados do país vizinho, a Síria, com o objetivo de reduzir a quase zero a entrada dos imigrantes que usam o país como trajeto para fugir da guerra e da miséria. Conforme o texto, a cerca, com custo de 123 milhões de euros, terá câmeras de vigilância e sensores que emitirão alertas caso haja algum toque. Também se

²⁰ Matéria de O Estado de S.Paulo publicada no site do *Estadão* em 27 de fevereiro de 2017 (HUNGRIA..., 2017) (ANEXO Q).

conta o plano do governo húngaro de construir centros de internação no país para manter os refugiados durante o tempo em que eles aguardam o aceite dos pedidos humanitários. A matéria, em seu trecho final, aponta o contra-ataque de organizações de direitos humanos que denunciam o tratamento desumano oferecido pela Hungria aos refugiados.

O texto se inicia colocando em jogo os atores principais de um cenário de disputa, e conflito. De um lado, a Hungria com seus 123 milhões de euros destinados a uma cerca fronteiriça. De outro, os refugiados da Síria. O intuito está apresentado: “impedir a entrada”. Quem anuncia, quem é ouvido, é o governo sírio, dono do dinheiro e da cerca que já começou a ser erguida. A imagem que brota é da ordem da segregação. Há um fluxo de refugiados e a primeira arma apresentada no combate é a cerca.

"Este sistema reduz para quase zero o número de cruzamentos ilegais da fronteira", explica o assessor de Segurança húngaro. A espada está levantada (“sistema reduz”) para distinguir os imigrantes legais dos ilegais, os puros dos maculados. É da ordem do gigantismo a construção de uma cerca que abarque toda uma fronteira, e o objetivo é tender a zero, à aniquilação, os ilegais. O imigrante refugiado ilegal é o Outro absoluto, nesse caso.

O parágrafo seguinte nos mostra que esta não é a primeira, mas, sim, a segunda cerca. E que, como diferenciais, esta terá um esquema maior e mais rebuscado de vigilância. “Esta segunda cerca, planejada a princípio para ser instalada apenas na fronteira com a Sérvia, será equipada com câmeras de vigilância termográficas, e terá, a cada 15 centímetros, sensores que ativam um alarme quando a barreira é tocada”. Trata-se de uma arma, mais propriamente um escudo, de alto rebuscamento. Pois não basta a cerca que impede o movimento cinético dos corpos; a ela se acrescenta a vigilância das câmeras, saltando a imagem do olho; e os sensores de toque, que impedem as mãos alheias de tocar, rasgar a cerca, sem que sejam percebidas, impondo a imagem da mácula a esses corpos que não devem tocar, nem ser tocados. Os sensores se distanciam, entre si, em 15 centímetros. Apenas animais pequenos, roedores, cobras, insetos poderão tocar a cerca sem serem percebidos, enquanto os seres humanos, mesmo se definhando, farão soar o alarme – este, associado aos sentidos da audição. Seguimos, desde o princípio, nas imagens esquizomorfias.

Há quem, por motivos diversos e não explicados na matéria, ultrapasse a cerca. Para isso, o governo húngaro propõe a vigilância em centros de internamento, ou seja, prisões temporárias para “colocar as pessoas que entrarem no país durante todo o tempo que durar a tramitação de seus pedidos de asilo”. A legalidade disso, de aprisionar por tempo indeterminado os refugiados, depende de uma autorização dos criadores de leis, do parlamento húngaro. A imagem da clausura está posta. Aos refugiados, recai a imagem

animalesca: a imagem dos que apenas são controláveis se colocados em gaiolas, em distinção com o restante da população.

Essa imagem é reforçada logo adiante, quando as organizações não governamentais surgem no texto. “São várias as ONG que denunciaram o tratamento desumano que os refugiados recebem na fronteira entre Hungria e Sérvia”.

As ONGs, aqui, surgem na batalha com o poder de suas oratórias, com suas preces e pedidos: “Tanto a Human Rights Watch (HRW) como o Comitê de Helsinque, em favor dos direitos humanos, pediram à Comissão Europeia que intervenha para evitar essa mudança na legislação”. Essas instituições, sem armas propriamente ditas e com a repetição do apelo aos direitos humanos, entram no conflito apresentando a imagem do mantra, o recurso à entidade maior que pode reestabelecer a ordem neste universo dos seres humanos. *Human rights, human rights, human rights, human rights, human rights, human rights, human rights, human rights...* Trata-se do apelo maior à manutenção de energia mínima dos seres, à semelhança universal. Um apelo, em última instância, à uma crença – neste caso, universalista. São ainda imagens esquizomorfias.

A imagem da maldade muda de lado, e neste se estabelece, quando, pela primeira vez no texto, aparecem as razões da imigração dos sírios. Até então, associados a imagens de mácula, pois invasores não quistos do espaço alheio, animais em redomas, neste parágrafo seguinte o universo simbólico se reconfigura. “A Hungria instalou em 2015 um sistema de cercas para deter o fluxo de refugiados, em um momento no qual milhares de pessoas que fugiam da guerra e da miséria cruzavam seu território a caminho de países mais ricos, como Alemanha e Suécia”. Esse é o primeiro momento em que a fome, a miséria e a fuga das bombas aparecem. Aqui, o mal passa a ser estabelecido nos atos contra os famintos e, portanto, recai sobre os vigilantes húngaros e suas estratégias de vigilâncias – que oferecem nova guerra a um trajeto de tentativa de emancipação. Para piorar, o líder da Hungria, Orbán, segundo o texto “é um dos chefes de governo da União Europeia que mais duramente se opõem à imigração e chegou a vincular os refugiados ao terrorismo”. Orbán e a cerca, ambos se opõem à imigração, ambos se tornam arames de um mesmo “Nós” que não aceita o “Outro” sequer como “Ele”, impondo-lhes o “Isto” da bestialidade.

As imagens ligadas à miséria, à fome, ao pedido de ajuda humanitária são tão mais pulsantes que inibem a força das imagens ligadas à acusação de terrorismo de Orbán contra os refugiados. Já ouvimos o mantra universalista e, agora, o caminho que percorrem os refugiados, fugindo da guerra, rumo aos países mais ricos, é de ascensão, de subida, e todo

bloqueio promovido pelos húngaros parece de uma monstruosidade que se encerra no heroísmo da jornada implicada aos sírios.

No que diz respeito à vigilância, há sobreposições. A cerca, por si só, é de natureza panóptica. A ela, está agregada a tecnologia de câmeras de vigilância, de ordem escópica. A ela, os sensores de toque na cerca, em um tipo específico de vigilância eletrônica com rastreamento de dados. Por fim, os centros de internamento pensados pela Hungria materializam a prisão e o hospital, modelos do panopticismo.

5 CONCLUSÃO

Iniciamos este trabalho, ou melhor, o curso de mestrado que deságua nesta produção, angustiados (fascinados) com questões políticas. Mais propriamente, as articulações entre vigilância, controle e as comunicações em rede. Isso, felizmente, não está resolvido. Seguimos mobilizados. No entanto, o investimento nessa mirada, associada à Antropologia da Imagem, nos levou, não sem conflitos e por vezes lentamente, a um plano de descoberta de sensibilidades que hoje nos permite acreditar que há mais camadas a serem consideradas no ser e na relação deste com a espécie e com o entorno social do que outrora vislumbrávamos.

Isso se fez mais claro quando o investimento nas leituras simbólicas nos apresentou recorrências e agrupamentos de imagens de mesma ordem, mesmo em matérias com vieses políticos muito distintos (e essa variedade entre os temas narrados e as editoriais das matérias escolhidas foi intencional). Por outro lado, matérias de mesmo tema apresentaram símbolos diferentes, ainda que de mesmo regime. Em resumo, isso acontece porque nem tudo o que pode ser descoberto está disponível nos textos e nas relações sociais, acreditamos. Ambos podem ou ser alvos diretos de estudos ou, como tentamos aqui, caminhos para acessar as articulações do Imaginário, do que está no subsolo do social.

A primeira dificuldade nesse mergulho foi exercer um certo afastamento das questões sociopolíticas – que, sempre urgentes, tendem a brilhar aos olhos daqueles que têm trajetória humanista nas Ciências Sociais Aplicadas – para permitir que a mente se contaminasse por algo que é paradoxalmente mais estável e fugaz por se apresentar não apenas no social, mas simultaneamente no interior dos ossos duros de qualquer ser humano: nas pulsões. É provável que, nos poetas, esse algo – que é ao mesmo tempo ser e cosmos – também esteja lá dentro dos ossos, imiscuído em células-tronco, mas, para os poetas, tem a vantagem de se emancipar mais facilmente pelos poros e se desmaterializar em poesia – facilitando o acesso, por texto, aos mistérios. Tudo mais que excitar a imaginação aberta faz o mesmo que a poesia. Diferentemente dos textos “duros” do jornalismo, nos quais o acesso é dificultado pela composição positivista. Pois que, ler textos, escrever textos e interagir com o mundo aceitando que também está em jogo algo de a-racional deveria ser proporcionado já no colégio, não na pós-graduação, para que houvesse mais “poesia” disponível aos mistérios. Até porque não é fácil, já educado, se transportar à primeira infância para compreender o presente e projetar o futuro.

Como não almejamos, na academia, a poesia – e o texto por vezes truncado (sem deixar de ser profundo) de Gilbert Durand é uma prova disso – tentamos seguir algumas

orientações heurísticas desse mesmo autor e de outros vinculados à mesma perspectiva e nos permitir algum contato com as entranhas das duras matérias jornalísticas que têm um fundo comum: tratam diretamente de mecanismos de vigilância. Para tanto, os grandes símbolos recorrentes na história da humanidade, recenseados e classificados por Durand em um trabalho hercúleo, foram mantidos disponíveis para nosso contato, durante as leituras, durante as análises. Essa manutenção de símbolos universais e categorizados, por si só, permite que o procedimento, ao menos parcialmente, seja classificado (acusado, diriam alguns) de estruturalista. A deficiência dessa “acusação” – que a nós não remete nenhum perjúrio, tampouco nos parece que molestaria Durand – é que se desconsidera o trajeto de encantamento necessário para fazer esse símbolo (escorregadio à razão) se tornar evidente. Estruturalista? Pois sim, pois não. De que interessa pós ou pré quando se está considerando exatamente que ambos habitam, em alguma instância, o mesmo tempo, o *Illud tempus*? E, de outro lado, de que interessaria encontrar um símbolo atemporal sem aceitar que a instantaneidade de um tempo e lugar foi o que lhe deu condição de se atualizar? Esse tecer (vai e vem) do pulsional ao social, que explique simultaneamente o tempo presente e o tempo absoluto, é a dificuldade maior que encontramos nesse trajeto e a potência maior, nos parece, de realizar um trabalho nesses termos do Imaginário.

Somos caos. O mundo é caos. Nós e o mundo nos desbastamos nas materializações necessárias para ser. A tecnologia do corpo nos impõe um ser no mundo que é ora vertical, ora horizontal, ora rítmico e, assim, o caos começa a ser coagido. E, alternando entre o que nos é possível, dentro dessa prisão que é o ser humano social, contamos a história de nossos corpos no mundo, assim: enfrentando de pé, sonhando no acolhimento e procriando ritmicamente. Respectivamente, esquizomorfos, místicos ou dramáticos. Em outras palavras, quando um novo instante se apresenta diante de nós – o que não para de acontecer enquanto esperamos o nosso destino de morte (destino que é nossa prisão fundamental) – é porque fomos jogados, naquele mesmo instante, aos únicos recursos que temos: (às imagens de) luta, (às imagens de) recolhimento ou (às imagens de) passagem do tempo. São elas que orientam o que temos à disposição: são o real.

Desta sorte, cada mínima experiência humana só fica disponível à nossa percepção porque se cola, em articulação específica, nesse reservatório de imagens que cada espírito do tempo deixa mais ou menos disponíveis, mais ou menos acessíveis, mais ou menos condicionadas. Os fluxos de ascensão e queda dos mitos dão a ver quais articulações narrativas estáveis dessas imagens estão mais à mão (à mente) em cada tempo histórico, pois cada configuração social privilegia determinadas esferas da atenção humana ao próprio ser.

Os fluxos de ascensão e queda dos mitos também podem dar a ver, com mais dificuldade porque por ausência, as articulações de imagens menos disponíveis, já que cada configuração social para se manter também busca inibir determinadas percepções do ser sobre ele mesmo.

Noutras palavras, cada coerção (configuração) social específica (privada ou coletiva) privilegia um tipo de pronta-resposta, de solução emergencial, que são configurações de imagens. Por esse motivo, o estudo do social, de um tempo, de um fenômeno, de um tema, é o estudo de como reagimos a esse social, a esse tempo, a esse tema. E as diferenças de como reagimos, em escala micro, são as autoralidades possíveis de qualquer vida humana, de qualquer estudo – que sempre se dá em uma margem relativamente limitada pelas mesmas coerções do social, mas, paradoxalmente, ainda assim universais (coerentes) devido à questão pulsional. Caso contrário, o estudo do Imaginário seria caos.

Os mitos que animam cada tempo, para reeditar o que já foi dito no escopo teórico, circulam por três grandes camadas (tópica sociocultural): de institucionalização, de regras; de papéis sociais mais ou menos valorizados; e de incognoscibilidade, de arquetipia. O jornalismo de referência, este que usamos para acessar imagens, por estar, ainda, na camada mais institucionalizada e valorizada, e isso é importante, acreditamos que nos oferece um lugar privilegiado para pensar as respostas imagéticas privilegiadas em nosso tempo. Os mitos (narrativas estáveis que se atualizam a cada tempo) que estão, no momento, animando a camada das institucionalizações, das regras, são chamados de mitos diretores. Visto que nossa questão não é de aprofundamento mitológico neste trabalho, nos interessa destacar que o jornalismo, enquanto estiver associado aos grandes fluxos normativos, pode ser considerado uma prática narrativa animada por mitos fortes de nosso tempo, associados às grandes institucionalizações. A título de comparação, a poesia, por exemplo, está animada – nestes tempos – por mitos marginalizados. Isso – sem ingressar, por falta de conhecimento, nas associações com mitologias – diz respeito à adequação entre práticas sociais (jornalismo e vigilância, por exemplo) e narrativas universais em vigor (mitos diretores). Os mitos do progresso e da transparência atuam fortemente em nossa sociedade.

Voltemos às imagens internas e suas adequações imediatas e inatas com as situações vividas. Ou, o que dá no mesmo, retomemos as situações que o ser enfrenta e como isso pode ser acessado pelas imagens a que ele recorre. As ideias fortes de cada momento histórico (espírito do tempo) restringem parte da sensibilidade humana e ocultam um tanto de possibilidades de respostas (imagens) inatas que temos. A origem dessas imagens é a mesma, o ser, o motor é o mesmo dessas imagens, mas o caminho de duplo sentido e o encadeamento dessas imagens até esse motor é o que nos interessa, o que se estuda no Imaginário. Quando

nos colocamos a estudar o Imaginário da vigilância, portanto, nos dispusemos a encontrar os encadeamentos de imagens entre o fenômeno e nosso motor interno (parcialmente comum a todos, por isso socialmente coerente).

A cultura pode ser resumida como o hábito de encadeamento dessas imagens diante de uma determinada organização de constrangimentos provocados pelas grandes ideias que povoam as mentes em cada tempo, mais a materialidade disponível. Optamos por buscar as imagens que orbitam sobre o tema da vigilância em uma (sub) cultura (institucionalizada) que nos fosse simultaneamente conhecida e estranhável, no caso o jornalismo de referência, e na qual as pulsões relativas à vigilância estivessem consolidadas, estáveis. Isso quer dizer que acreditamos que, em alguma medida, o Imaginário que descobrimos nas narrativas sobre os mecanismos de vigilância permeia o próprio jornalismo, e que as produções desse jornalismo dão acesso privilegiado às imagens sobre as práticas de vigilância para um pesquisador que se disponha sensibilizado a esse universo simbólico. Desta forma, descobrimos que o jornalismo, ao investir em “elogios” ou “críticas” – textuais, é claro – a esse aparelhamento de vigilância, também conta uma história paralela dos simbolismos dessa vigilância.

Ainda sobre as relações entre imagens e seus florescimentos, podemos dizer, nos termos do Imaginário, que remeter a Idade Média às trevas diz mais sobre os processos de reação da Modernidade em que tal imagem sobre a Idade Média emergiu, do que sobre a própria Idade das Trevas – período em que as imagens de trevas e de queda estavam associadas, entre muitas outras coisas, às germinações modernizantes e cientificistas, como encarnou Giordano Bruno, queimado vivo, tamanho medo que oferecia àquela sociedade. Se nos dispusemos a entrar em contato com as imagens de vigilância disponíveis no plano mais institucionalizado e regrático da sociedade, onde o jornalismo encontra sua força de real, compreendemos que isso nos explica tanto das formas de lidar com o medo em nossos tempos, quanto no jornalismo e na própria vigilância. Porque o Imaginário, lembrando, para Durand, é o Imaginário para a/da morte; as respostas possíveis em vida para a consciência desse fim.

Ao realizarmos as leituras “frias” das matérias, antes das leituras simbólicas, percebemos a diversidade de abordagens que os mecanismos de vigilância recebem no jornalismo de referência brasileiro. Simplificando, ora a vigilância é positivada, ora é negativada, ora é escanteada, ora é surpreendente. Ora, ainda, em uma mesma matéria, a vigilância é assustadora e, paradoxalmente, esclarecedora – exemplo é o caso da notícia *Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA*.

Entretanto, por trás dessas narrativas jornalísticas se estabelece uma narrativa simbólica, aquela referente às imagens e às pulsões que estão mobilizando o tema em íntima relação com o social estabelecido. E, nesse caso, a diversidade é menor. As imagens relativas à vigilância, como acreditamos que se evidenciou no encadeamento das leituras, estão concentradas no regime esquizomorfo, o regime das antíteses polêmicas, do enfrentamento. Assim, podemos dizer que os símbolos associados a este regime atuam com tanta força no contexto social estudado que uma miríade de outras simbolizações dramáticas ou místicas é inibida.

Neste ponto convém lembrar que o Imaginário funciona como um equilibrador em que, se determinadas pulsões e imagens são suprimidas por coerções, retornam com força arrasadora pela própria ontologia do ser que tem mais soluções para o dilema da morte do que aquelas que um tempo histórico-social pode conceber. Assim, não é possível tolher a espontaneidade imagética das pessoas, das suas narrativas, valorizando apenas um conjunto de símbolos sem que os demais recursos do espírito, os demais símbolos orbitantes em nossa mente, cobrem seu preço. É o princípio equilibrador do Imaginário que sempre “sabe” haver mais mecanismos de imaginação do que os excitados em cada tempo, diante de cada fenômeno. O totalitarismo racionalista se especializou em tolher a imaginação, sem se dar conta que ela retorna sempre, no seio das institucionalizações, cobrando seu preço. Onde o mundo parecer mais desencantado, é lá que está o encantamento garantindo tal fantasia de assepsia – ou qualquer outra de qualquer tempo. O Imaginário não se sublima.

Acreditamos que as melhores conclusões do conjunto de leituras simbólicas são, no limite, as próprias leituras, porque colocam lado a lado o texto (social, apresentado como coerção) e as imagens emergentes (narrativa simbólica paralela). No caso deste trabalho, a conclusão mais genuína está nas relações textuais estabelecidas com as relações imagéticas, o que tentamos desenvolver a cada leitura simbólica, da forma mais didática possível. Este capítulo, portanto, que se efetiva com o título de Conclusão (e poderia ser *Post-Scriptum* ou Pós-Conclusão, se isso não nos colocasse em um lugar de fala mais arrogante do que merecemos e desejamos estar), acaba por se tornar um grande nó entre o que sentimos do início ao fim do trabalho, eventualmente conseguindo dar mais clareza a encadeamentos teóricos que, durante o trajeto de revisão bibliográfica, acabaram mais endurecidos pelos alertas de vigilância epistemológica. Assim, que tentaremos fazer algumas anotações finais sobre o Imaginário da vigilância e sobre o social apresentado nos textos, admitindo o risco de frustrar o leitor que esperava grandes desdobramentos.

Para não nos repetirmos, então, a possibilidade que vemos é fazer anotações sobre algumas ideias centrais que emergiram do conjunto das leituras simbólicas, mantendo em atenção a revisão teórica.

O primeiro apontamento diz respeito ao social encontrado nos textos. As formas de vigilância que são, assim, caracterizadas pelo jornalismo de referência estudado transitam entre os três regimes de vigilância classificados por Santaella. As matérias de *Folha e Estadão* enxergam mecanismos panópticos, escópicos e de rastreamento como vigilância. Entretanto, somente a vigilância por rastreamento de dados é, em alguns casos, em análise puramente textual, apontada como risco, perigo, ameaça, enquanto as demais são mais ou menos naturalizadas. As oito matérias a seguir apontam explicitamente perigos da existência desses mecanismos de vigilância: Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas; Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA; Criador da web alerta para desinformação na internet; *Hacker* mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia; *Ex-trainee* da Folha lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais; Uso de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica; Guia de segurança na internet para pais e filhos; Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na *web*.

Apesar disso, é possível perceber, em todos os casos, que se trata da vigilância por rastreamento dados como algo restrito ao uso cotidiano da internet e de aparelhos ligados à rede a partir, especialmente, do risco de invasão de privacidade deliberada e focalizada. As formas mais suaves dessa vigilância, como registros de passagem por catracas, a realização dos mais diversos cadastros *online* e *offline* para serviços e a realização de compras *online*, por exemplo, não aparecem. A questão do uso de algoritmos pelas redes sociais, um dos principais temas atuais de investigação acadêmica sobre a vigilância distribuída, aparece em apenas uma das 17 matérias: “Criador da *web* alerta para desinformação na internet”. Nenhum título de matéria de todo o corpus, mesmo do pré-corpus, contém a palavra algoritmo, tema de intensa problematização entre os estudiosos da vigilância na última década.

Também é interessante observar como os mecanismos de vigilância aparecem de forma mais explícita na editoria Mundo/Internacional, seguida pelas editorias de Geral (Cotidiano/Brasil/São Paulo), Política (Poder) e Economia (Mercado/Economia & Negócios). As editorias mais “duras”, com menos flexibilidade textual, concentram o tema, enquanto não há registros, por exemplo, nas editorias de Cultura ou Esportes – tradicionalmente espaços com maior liberdade interpretativa dos repórteres, muitas vezes caracterizadas no gênero crônica ou artigo. Concluímos disso que os espaços do jornalismo mais afeitos ao valor da

vigilância (Mundo/Geopolítica, Política e Geral/Serviços Públicos) são também os que, simultaneamente, mais dão a ver os mecanismos de vigilância.

Também as matérias, em suas superfícies, não dão conta de explicitar os encadeamentos e enraizamentos da vigilância. Ao esquadrihar os acontecimentos, as narrativas jornalísticas analisadas, em sua maioria, não enlaçam a complexidade de mecanismos de vigilância imbricados e, tampouco, apresentam a diversidade de tecnologias, práticas, propósitos e objetos envolvidos no cenário de vigilância distribuída descrito por Bruno (2013). Da mesma forma, a superfície dos textos não apresenta, em geral, a indiscernibilidade entre vigias e vigiados, relegando a uns o papel de ataque e, a outros, o de defesa, nas relações panópticas, escópicas e de rastreamento. No raro caso em que o “chefe” aparece no papel de vigiado – estamos falando de Mark Zuckerberg, dono do Facebook, citado na matéria “Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas” – ele deixa de ocupar o papel de vigia. Em outro texto, “Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA”, tanto CIA quanto Wikileaks vigiam e são vigiados, mas os usuários, por sua vez, são apenas alvos, e não promotores dos mecanismos.

Outro elemento constituinte da vigilância distribuída, a característica de se imiscuir em práticas colaborativas, aparece somente como nota de rodapé do texto “Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP” por meio de um pedido para que os leitores enviem, por WhatsApp, denúncias sobre problemas em seus bairros. Por fim, na narrativa puramente textual, as vigilâncias não aparecem associadas a circuitos de libido e prazer, como o referencial teórico sugere. Como não se trata de fazer neste trabalho uma crítica à abordagem jornalística, anotamos que as novas configurações da vigilância aparecem apenas parcialmente configuradas nas narrativas, diante da complexidade e suavidade com que se estruturam e reestruturam permanentemente no cotidiano.

O segundo grupo de anotações finais que fazemos diz respeito ao objeto próprio deste estudo: as imagens simbólicas que emergiram associadas diretamente aos mecanismos de vigilância comentados nas matérias jornalísticas. Na primeira matéria (“Visita de lobista à Câmara coincide com votação de medidas provisórias”), a narrativa simbólica aponta para a falta de uma vigilância mais eficaz que prove a corrupção, mas sempre falta um último dado da vigilância para garantir a transparência absoluta. Há câmeras de vigilância e há rastreamento de dados, mas isso não é suficiente. A Lei de Acesso à Informação é o que garante, nesse caso, o percurso da transparência, e as imagens de claridade e luz se repetem. A política é feita de luz e sombra, mas o fim da corrupção, a condenação do delator, dependem de uma luminosidade total.

Na segunda matéria (“Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA”), somos jogados em uma guerra pela transparência com uso de câmeras e dados. CIA e Wikileaks se digladiam, exigindo nossa participação e distribuindo medo e incerteza para todos os lados, sem que seja possível imaginar sombra que pacifique essa relação.

A terceira matéria (“Youssef passa a regime aberto, mas usará tornozeleira”) aponta para a necessidade de transparência sobre os movimentos maculados de Youssef, o delator, a quem é destinado somente o proveito do dia, com restrições específicas aos movimentos noturnos, na escuridão. A transparência está associada à justiça, e a corrupção, à noite. É preciso manter Youssef vigiado eletrônica e fisicamente.

A quarta matéria (“Criador da *web* alerta para desinformação na internet”), apocalíptica, aponta para uma queda generalizada resultante da falta de controle e de transparência diante da vigilância promovida pelos grandes grupos empresariais da internet. É uma guerra, novamente, que aparece entre as vigilâncias de dados possíveis e uma convocação à contravigilância, pouco explicada, que desaguaria em uma nova internet. É preciso, nessa guerra, mais luz, mais jornalismo, menos *fake news*, evitar o fim da democracia, evitar as mentiras, evitar a escuridão em que a internet já nos inseriu.

A quinta matéria (“Uso de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica”) opõe as trevas e o terror das criptografias à claridade da vigilância governamental de dados. A transparência absoluta sobre as comunicações é exigida para acabar com o medo. O inimigo é aleatório, 4 mil supostos terroristas são investigados, e mais luz é necessária para refinar essas identidades, esses perfis.

Na sexta matéria (“Hospital de SP pagou por vigilância de câmeras desligadas, diz auditoria”), o hospital é lugar de medo e mácula e a necessidade clemente é de que câmeras de vigilância deem mais luz a esse lugar de morte. Não basta a vigilância panóptica do hospital. Câmeras e mais câmeras, com custo elevadíssimo, precisam impor a transparência absoluta naquele lugar.

A sétima matéria (“Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia”) analisada mostra que a cidade, o aglomerado de animalidade, precisa de mais luz, angelicalidade, para que as vidas sejam preservadas. Câmeras de vigilância, olfatovigilância, audiovigilância e rastreamento de dados precisam dar a ver simultaneidade na cidade, reduzir o tempo das cidades. A transparência total e algorítmica da cidade que precisa de uma babá tecnológica para se docilizar.

Na oitava matéria (“*Ex-trainee* da *Folha* lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais”), há uma guerra digital estabelecida de *hackers* contratados por poderosos

contra jornalistas, quando esses jornalistas estabelecem sua faceta mais ameaçadora de vigilância contra esses poderosos. Nesse caso, a vigilância digital praticada por quem, maculado, deseja se manter à sombra é puro risco aos jornalistas que precisam de defesas eficazes para seguir na sua prática de iluminação do mundo.

A nona matéria (“*Hacker* mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia”) deixa ver a busca de luz por parte da CIA, que mira seus holofotes contra o personagem biográfico da matéria, o *hacker* russo. Nesse caso, a transparência buscada pela CIA passa pela prisão física do *hacker* escondido na Rússia. O perigo, o *hacker*, é elevado à máxima potência de risco, é um gigante promotor de escuridão. O *hacker*, também um vigilante, simbolicamente vive na solidão, sem identidade fixa, para não ser descoberto.

A décima matéria (“Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas”) trata da iluminação, a serviço dos chefes, que invade todos os recantos privados dos inferiores que, em maior ou menor grau, aceitam, resignam-se com tal relação, em prol da manutenção de suas vidas sociais, das suas comunicações. Há uma incerteza sobre a utilização dessa transparência aplicada pela CIA, mas não há dúvida sobre a extensão dessa luminosidade, capaz de penetrar qualquer espaço privado. O último espaço de sombreamento, a criptografia, é aniquilado pela luz total, enquanto, em reação escópica, há uma sugestão para que se escureçam (tapem) as câmeras dos dispositivos quando elas não estiverem em uso.

A décima primeira matéria (“Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas”) fala de uma São Paulo em guerra que busca na transparência das câmeras de vigilância o principal elemento de construção das identidades. Para enfrentar esse medo gigantesco, a cidade quer se tornar a maior vigilante do Brasil, implicar a transparência sobre os cidadãos a partir da adesão desses cidadãos à vigilância. Isso reduziria o tempo de reação nas comunicações da cidade. Todos devem pegar em armas escópicas para esse fim. O público e o privado devem se harmonizar em prol da transparência absoluta.

Na décima segunda matéria (“Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP”), a falta de luz é medo. É preciso iluminar, literalmente, o bairro em questão, colocar policiais, podar árvores e evitar a tormenta. Os animais humanos não enxergam bem no escuro e o medo das trevas pede luz. A prefeitura, que em outra matéria está obstinada à transparência, neste caso é cobrada por serviços que cabem a ela e recorre à passagem do tempo para amenizar a falta de uma resposta mais propositiva. O jornalismo vigilante está bem presente nessa blitz e pede que os leitores colaborem na busca por transparência social.

A décima terceira matéria (“Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA”) eleva o vigilante robô ao patamar de anjo e o humano bêbado e agressor, em descida, é

animalesco. O robô redime, sendo um humano melhorado, as deficiências do homem. Ele percebe os incidentes do seu entorno, também, pela capacidade de diferenciação de intensidade da luz. Melhor que o humano, ele pratica a vigilância escópica, a panóptica, a olfatovigilância e a de dados, simultaneamente, e sai ileso.

A décima quarta matéria (“Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na *web*”) dá a ver que os mais íntimos aparelhos são a realização de uma transparência absoluta, em que os cidadãos globais se tornam vulneráveis, dentro de suas cavernas, por serem atuantes primordiais nessa autovigilância irrestrita que tende à morte – os carros podem ser controlados para gerar assassinatos por parte da CIA. Não há proteção possível e a transparência mata. Essa é uma guerra que emerge como infinita, mais luzes tendem a se acender e a ideia preponderante é de impotência.

Na décima quinta matéria (“Presos internados em hospital de custódia vão à praia em Sergipe”), vê-se que uma série de profissões, de psicólogos a assistentes sociais, são mobilizadas em torno da imagem da chefia para que os inferiores, os presos, os loucos, possam dançar e pular na praia, tomar picolé, enquanto os vigilantes vigiam, nem parecem humanos, apenas estão presentes, existem. Ainda assim, são necessários 16 chefes para 15 inferiores para que aconteça o aclamado projeto de ressocialização que, no fundo, parece acontecer apenas entre os detentos e a natureza. Os chefes não ressocializam.

A décima sexta matéria (“Guia de segurança na internet para pais e filhos”) faz emergir a transparência que os pais devem aplicar ao universo digital dos filhos, para a proteção desses últimos diante do Desconhecido. A internet aparece como um ambiente sujo e perigoso, que exige uma pedagogia da guerra aos pequenos e uma permanente contravigilância de dados. O único local seguro e de evolução para as crianças é o *offline*, à luz do sol, desde que sob tutela dos pais ou de uma empresa confiável, recomendada na matéria.

Na décima sétima matéria (“Hungria inicia construção de nova cerca na fronteira com Sérvia para barrar refugiados”) vemos a transparência do interior, do conhecido, do familiar (a Hungria) emergir pelo medo do Outro, dos imigrantes. É preciso cercar, produzir imagens, perceber o toque e enclausurar o Outro, mesmo quando se trata de gente faminta fugindo da guerra. É preciso produzir uma nova guerra para os refugiados. A vigilância, em níveis escópicos, panópticos e de rastreamento, dá-se a esse fim. Maior que isso, simbolicamente, ainda que menos eficiente em termos literais, aparece o mantra universalista dos direitos humanos que, pela retórica, afunda todo o poder vigilante dos húngaros em maldade.

Panoramicamente, e aceitando a tendência dos símbolos de constelarem progressivamente, como espirais, depreendemos dessas leituras que os mecanismos de vigilância constituem um regime simbólico próprio para reagir ao medo do Outro, do Desconhecido, da Escuridão. Essa reação, que poderia se dar através de dezenas de outros símbolos de outros regimes do Imaginário, acaba por acontecer, na camada mais institucionalizada da sociedade, apenas por símbolos “positivos”, como também são conhecidas as imagens do regime esquizomorfo, que repetem um cenário de guerra, medo, perigo, incerteza, alerta, queda, que se repetem com tamanha força que não é possível imaginar outra alternativa no plano social. Há, em curso, um imenso medo sendo enfrentado com armas. É, portanto, curta a imaginação sobre vigilância no plano hegemônico das comunicações sociais.

Quando voltamos à teoria, que nos conta também, por outros vieses, do cenário estabelecido em torno das práticas sociais e do estado de coisas em que a vigilância está estabelecida, percebemos nuances. A primeira delas é que, ao considerar a sociedade como conjuntos de tribos familiares por onde o ser desliza suas capacidades de simbolização com fluidez, como descreve Maffesoli, a vigilância perde importância e passa quase despercebida; o medo é o mesmo, mas a reação é eufemizada, tornando esse Outro – que é violência – elemento de contato e não artifício de guerra. Ao invés de um Outro gigante, amedrontador, único, estranho, localizado no tempo e no espaço, criam-se outros e outros e outros diminutivos em que a comunicação parece se assemelhar ao “ok” que as formigas dão, umas às outras, em um lapso de segundo, enquanto se cruzam no trajeto de carregamento dos seus açúcares. O ser humano só existe no entre do Imaginário, como só existe no Outro do Desconhecido. Ao invés de laços e estranhamentos profundos, a sociedade em rede eufemiza o medo desse Desconhecido através de um sem número de contatos rápidos e seguros (sem lugar, nem tempo) que, baixando o nível de exigência de aprofundamento interpessoal, permitem uma grande quantidade de validações de existências por segundo. O medo da morte continua o mesmo – ou talvez seja ainda maior – em uma existência menos enraizada e mais fluída; enquanto, por outro lado, o comprimento dos cumprimentos entre os seres, que asseguram que a morte ficou para depois, são guliverizados, miniaturizados, e replicados à máxima potência. Curte-se e corre-se adiante. A vigilância, nesses termos, acontece em velocidade proporcional – e acelerando.

A política, a geopolítica incluída, as políticas públicas também, absolutamente institucionalizadas como são, na mesma ordem do jornalismo hegemônico, serão as últimas a se transformarem e apenas o farão quando perceberem que o tempo do político, como está

dado para elas, já terminou. O jornalismo trata da vigilância como grande acontecimento, é o que sabe fazer, é onde localiza suas verdades, nas grandiosidades, nos ataques entre países, no medo dos usuários de *smartphones*, no rombo aos cofres públicos do hospital. A microvigilância capilarizada e ubíqua não é notícia. A vida real não tem realidade suficiente para ser noticiada.

Não se trata de concordar ou discordar, ao assumirmos tal postura epistemológica, mas de tentar sentir, perceber e captar esse processo social. Enquanto essas instituições fizerem jus a tal título, portanto, enquanto permanecerem institucionalizadas, os seus fluxos de poder tentarão absorver e aproveitar a imensidão de dados que essas formigas humanas, jamais antes na história desse planeta, ofereceram tão voluntariamente. Enquanto isso, a imaginação dessas mesmas formigas humanas continuará a descobrir novos acessos aos símbolos universais, como *memes* e *emoticons* que, por sua lógica fugaz, dificultarão as apropriações institucionais.

Não há peso morto no Imaginário. Os excessos são sempre compensados. Esse investimento demasiado que as instituições sociais fazem à luz, à claridade, à transparência, no regime esquizomorfo, decorrentes de uma negação de recursos “noturnos” (imagens do regime místico) fundamentais para o descobrimento do ser e dos fenômenos, volta na forma de violência. Não há repressão possível do Imaginário quando se considera que ele sempre é e sempre está disponível, em sua completude, no âmago, a todos. A repressão do silêncio faz com que ele retorne, metaforicamente, como um barulho tão alto que ensurdece.

As leituras simbólicas das leituras simbólicas (esse processo de tentar ir sempre uma camada adiante nos encadeamentos dos símbolos que emergem) nos mostram um investimento gigantesco na transparência e o retorno simbólico que isso provoca. Socialmente, esse investimento na transparência (necessário para que os contatos comecem e terminem no imediato), por conta de suas apropriações políticas, ameaça a democracia – tão cara em nosso tempo – e outras instituições e valores basilares do humanismo, como a liberdade e a fraternidade. A imaginação simbólica poderá ou não dar conta de oferecer criações que ajudem a manter patamares sociais mínimos de convivência e solidariedade diante desse cenário em mutação, mas, extrapolando em muito o nosso objetivo, não nos parece possível apontar para um destino seguro.

O que se pode dizer, para além do social, aceitando o espectro de uma Sociedade da Transparência do contemporâneo, é que, ao elevar à hiper-realidade as imagens de luz e claridade como meta do social – evitando dar espaço para os símbolos do regime místico, da “negatividade” da vida; e do regime dramático, da alternância cíclica da vida –, essa

transparência retorna violentamente na forma de opacidade, como luz que, forte demais, no limite, cega, desorienta e mata. Essa é a história simbólica contada em paralelo à narrativa jornalística, como um todo. Como sonhar (imaginar) outros caminhos simbólicos para transformar o social se não há tempo de sono, nem tempo consigo, tempo de solidão, de digestão, de tato é o desafio que está parcialmente fechado às nossas sensibilidades pelo social estabelecido, mas sempre aberto em alguma medida para o Imaginário.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marcia. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. 288 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ANDERSON, Mae; ARBEL, Tali; ORTUTAY, Barbara. Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas. **Folha de S. Paulo**. 08 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1864645-pessoas-comuns-nao-devem-se-preocupar-com-a-cia-dizem-analistas.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- ANJ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISMO. **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Sob o nome de real: Imaginários no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.
- _____. A saia de Marilyn: do arquétipo ao estereótipo nas imagens midiáticas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-Compós, Brasília, v. 12, n. 1, 2009.
- _____. Comunicação e Imaginário: uma proposta metodológica. **Intercom**, São Paulo (*Online*), v. 33, p. 125-143, 2010.
- _____. Raízes dos Estudos do Imaginário: teóricos, noções, métodos. In: Denize Araújo; Malena Contrera; Alberto Klein. (Org.). **Imagem e Imaginários midiáticos**. v. 1, p. 1-21, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL, Antonio; FRAZÃO, Samira Moratti. Drones no ar e ninjas nas ruas: os desafios do jornalismo imersivo nas mídias radicais. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 18, n. 30, p. 127-136, 2013.
- BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.
- BRUNO, Fernanda. Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. **Revista Famecos**, v. 15, n. 37, p. 45-53, 2008.
- _____. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CRIADOR da web alerta para desinformação na internet. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865827-inventor-da-web-pede-regulacao-mais-rigida-da-publicidade-politica-online.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DINO Divulgador de Notícias. Guia de segurança na internet para pais e filhos. **Estadão**. 08 fev. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,guia-de-seguranca-na-internet-para-pais-e-filhos,70001657797>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DURAND, Gilbert. Sobre a exploração do Imaginário, seu vocabulário, métodos e aplicações transdisciplinares: mito, mitanálise e mitocrítica. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1-2, p. 244-256, 1985.

_____. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix Edusp, 1993.

_____. **O Imaginário**: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

_____. **As estruturas antropológicas do Imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**. Lisboa: Arcadia, 1979.

EX-TRAINEE da Folha lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais. **Folha de S. Paulo**. 21 mar. 2017. Disponível em: <<http://novoemfolha.blogfolha.uol.com.br/2017/03/21/ex-trainee-da-folha-lanca-projeto-para-proteger-jornalistas-de-ameacas-digitais/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FERRAZ, Adriana. Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas. **Estadão**. 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-quer-imagens-de-10-mil-cameras-publicas-e-privadas-para-melhorar-seguranca-de-sp,70001711248>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HER [Filme]. Produção, Direção e Roteiro original de Spike Jonze. EUA, Warner Bros. Pictures, 2013. Romance / Ficção Científica. 126 min.

HUNGRIA inicia construção de nova cerca na fronteira com a Sérvia para barrar refugiados. **Estadão**. 27 fev. 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,hungria-inicia-construcao-de-nova-cerca-na-fronteira-com-servia-para-barrar-refugiados,70001681187>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

JACOBSEN, Gabriel. Tecnologia e vigilância em Her. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., 2017, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom, 2017.

LEAL, Rita. **Câmeras de vigilância: as novas tecnologias na governamentalidade contemporânea**. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LINHARES, Carolina. Em BH, prefeito Kalil vai instalar mural de grafite em seu gabinete. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1855031-em-bh-prefeito-kalil-vai-instalar-mural-de-grafite-em-seu-gabinete.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOTT, Diana. Brasil é o sétimo país do mundo em número de jornalistas assassinados. **Folha de S.Paulo**. 25 out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1930121-brasil-e-o-setimo-pais-do-mundo-em-numero-de-jornalistas-assassinados.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno explicado às crianças: correspondência 1982-1985**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

_____. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAIA, Dhiego. Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia. **Folha de S. Paulo**. 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1861034-baba-da-metropole-rede-detecta-sons-de-tiros-e-acidentes-e-avisa-a-policia.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. **A sociedade Frankenstein**. São Paulo: Edição do Autor, 1991. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b24.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

MARQUES, José. Youssef passa a regime aberto, mas usará tornozeira. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1867367-youssef-passa-a-regime-aberto-mas-usara-tornozeira.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novos efeitos de real concretizados pelas máquinas de visibilidade: reconfigurações no telejornalismo perante a ubiquidade das câmeras onipresentes e oniscientes**. 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)– Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OKAMURA, Renata. Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP. **Estadão**. 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/blitz-estadao/falta-de-iluminacao-provoca-inseguranca-em-bairro-nobre-de-sp/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

OLIVEIRA, Vinicius Batista de. **Jornalismo e imagens-flagrantes amadoras: novas configurações de poder, de vigilância e disciplina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Zahar, 2012.

PIMENTA NETO, Olímpio. **Razão e conhecimento em Descartes e Nietzsche**. Editora UFMG, 2000.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Pioneira, prefeitura lança app educativo para melhorar o trânsito**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=192041&PIONEIRA,+PREFEITURA+LANCA+APP+EDUCATIVO+PARA+MELHORAR+O+TRANSITO>. Acesso em: 31 mar. 2017.

PULITZER PRIZES. **2003 Pulitzer Prizes**. Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/prize-winners-by-year/2003>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

REDAÇÃO. Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA. **Estadão**. 26 abr. 2017a. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,homem-bebado-e-presos-apos-agredir-robo-nos-eua,70001752962>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Presos internados em hospital de custódia vão à praia em Sergipe. **Estadão**. 16 mar. 2017a. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presos-internados-em-hospital-de-custodia-vao-a-praia-em-sergipe,70001702900>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ROCHA, Guilherme. Áudio vazado mostra juiz orientando onda de processos contra jornalistas. **BuzzFeed**. 9 jun. 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/gracilianorocha/audio-vazado-mostra-juiz-orientando-onda-de-processos-contr?utm_term=.aw5MGL4ZB4#.knnnKMeZQe>. Acesso em: 23 fev. 2018.

RODRIGUES, Artur. Hospital de SP pagou por vigilância de câmeras desligadas, diz auditoria. **Folha de S. Paulo**. 03 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1863109-hospital-de-sp-pagou-por-vigilancia-de-cameras-desligadas-diz-auditoria.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANZ, Cláudia Linhares. A fábula da câmera invisível na escola e o regime contemporâneo de imagens. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 119-133, 2015.

SCHWIRTZ, Michael; GOLDSTEIN, Joseph. Hacker mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia. **Folha de S. Paulo**. 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1866006-hacker-mais-procurado-do-mundo-e-mantido-como-trunfo-pela-russia.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

TIMBERG, Craig; NAKASHIMA, Ellen; DWOSKIN, Elizabeth. Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na web. **Estadão**. 07 mar. 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,espionagem-agora-se-concentra-nos-aparelhos-nao-na-web,70001690815>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume II, A Tribo Jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO. **World Trends in Freedom of Expression and Media Development: 2017/2018 Global Report**. Paris: Unesco, 2018. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002610/261065e.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

USO de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica. **Folha de S.Paulo**. 26 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1869915-uso-de-criptografia-de-ponta-a-ponta-e-inaceitavel-diz-ministra-britanica.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

VALENTE, Rubens. Visita de lobista à Câmara coincide com votação de medidas provisórias. **Folha de S.Paulo**. 27 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1862230-visita-de-lobista-a-camara-coincide-com-votacao-de-medidas-provisorias.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

WIKILEAKS ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865006-Wikileaks-ajudara-empresas-de-tecnologia-a-evitar-ciberataques-da-cia.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

ANEXO A – VISITA DE LOBISTA À CÂMARA COINCIDE COM VOTAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIA

FOLHA DE S.PAULO

Visita de lobista à Câmara coincide com votação de medidas provisórias

Divulgação - 21.nov.2012/PSDB



Bruno Araújo (esq.) entrega medalha a Cláudio Melo Filho (cd) em 2012

RUBENS VALENTE
DE REDACÇÃO

daquele mês.

Naquele momento tramitava a medida provisória número 252, "MP do Bem" por criar incentivos fiscais para aumentar as exp acesso à informática.

Em 24 de agosto, quando foi anunciada a aprovação da MP e Câmara.

Na minuta do depoimento que entregou à PGR (Procuradoria-seu acordo de delação, ele afirmou ter pedido ao então deputado Lima (PMDB-BA) "para que apresentasse emenda que atende referente ao tratamento tributário a nafta petroquímica e conde

"Nosso objetivo era que retornasse o status quo anterior às lei novas hipóteses de incidência não cumulativa em relação a C deputado atendeu à nossa solicitação e apresentou emenda d

Melo disse ter recorrido ao senador Romero Jucá (PMDB-RR) da MP quando a proposta chegou ao Senado.

O representante da Odebrecht declarou que o parlamentar dis Poder Executivo, atuou no Congresso e conseguiu aprovar su incorporando tema de interesse da empreiteira.

"Certamente a dedicação do senador Romero Jucá em atende foi equalizada no pagamento a pretexto de campanha no ano delação.

Andanças de um delator - Presença de ex-executivo da Odebr coincidiu com períodos de votação de MPs. Número de visitas

CRÉDITO

Em 18 de dezembro de 2012, o Congresso votou em plenário da Odebrecht, a de número 579, que previa "a extensão do pr energia barata" para as empresas eletrointensivas do Nordeste.

dias", informou o departamento.

O levantamento da Câmara também não inclui as possíveis entradas e saídas do Senado, onde o delator disse que sua atividade e

Uma falha no sistema de entradas da Câmara também não permite o registro exato dos visitantes da Casa. A maioria dos destinos registrados é genérica, como "Anexo III" ou "Anexo IV", onde estão gabinetes

ANEXO B – WIKILEAKS AJUDARÁ EMPRESAS DE TECNOLOGIA A EVITAR CIBERATAQUES DA CIA

FOLHA DE S.PAULO

WikiLeaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

09/03/2017 15h41

O WikiLeaks compartilhará com empresas de tecnologia informações sobre as armas cibernéticas da CIA (serviço secreto americano), afirmou o fundador do site, [Julian Assange](#).

De acordo com Assange, que concedeu uma entrevista coletiva, o WikiLeaks ajudará as empresas a corrigir falhas e prevenir espionagens, a fim de "proteger as pessoas".

13.ago.2008/AFP



Assange disse que o vazamento dos dados sobre vigilância é "histórico de incompetência devastadora" da CIA, que manteve armazenados em um único lugar.

A CIA não confirmou a autenticidade dos dados vazados, mas ex-funcionários do governo afirmaram a jornais americanos que nos arquivos indicam que eles são legítimos.

Em resposta à entrevista do fundador do WikiLeaks, a porta-voz Horniak, declarou: "Julian Assange não é exatamente um bastião de integridade. Apesar dos esforços de Assange e sua equipe, a CIA intensamente dados de inteligência em outros países para proteger terroristas estrangeiros, nações hostis e outros adversários."

Segundo informou a emissora CNN nesta quarta (8), A CIA es (polícia federal americana) para tentar descobrir os responsáveis documentos e se o site tem mais informações confidenciais de

Niklas Halle'n - 05.fev.2016/AFP



ANEXO C – YOUSSEF PASSA A REGIME ABERTO, MAS USARÁ TORNOZELEIRA

FOLHA DE S.PAULO

Youssef passa a regime aberto tornozeleira

Alan Marques - 26.out.2015/Folhapress



O doleiro Alberto Youssef, que ficou três anos preso em regim

JOSÉ MARQUES

Youssef foi preso na primeira fase da Lava Jato, acusado de e de corrupção da Petrobras e se tornou um dos principais delat

"Forçoso reconhecer que colaborou significativamente com a e criminais no âmbito da assim chamada Operação Lava Jato e investigações criminais", disse Moro em seu despacho.

"Além de confessar a sua culpa, renunciou seus direitos sobre conforme descrição contida nas cláusulas 7ª e 8ª do acordo, o recuperação de parte do produto do crime que lhe foi direcionã com a indenização da vítima. Assim, natural que, apesar de su

ANEXO D – CRIADOR DA WEB ALERTA PARA DESINFORMAÇÃO NA INTERNET

FOLHA DE S.PAULO

**Criador da web alerta para de
na internet**

Walter Bieri - 24.jan.2017/Associated Press



Tim Berners-Lee, inventor da web, discursa durante fórum em
DE SÃO PAULO

os governos "observam cada vez mais cada movimento online Lei de Poderes de Investigação do Reino Unido, por exemplo, ferramentas de espionagem usadas pelos serviços de segurar

Essa vigilância, segundo ele, cria um "efeito assustador sobre expressão", mesmo em países que não são governados por re "Monitorar todos a todo momento é algo que simplesmente es

Outra preocupação de Berners-Lee é a de que é muito fácil pa espalhar na internet, especialmente porque houve uma consol pessoas encontram notícias e informações por meio do Faceb selecionam o conteúdo a ser exibido baseado em algoritmos c coleta de dados pessoais.

"O resultado final é que esses sites mostram o conteúdo que e clicar. O que significa que uma informação errônea, ou uma nc chocante ou pensada para atrair nossos preconceitos pode se florestal", afirma.

PROPAGANDA POLÍTICA

No terceiro desafio exposto no documento, ele aponta como a sendo usada de "maneiras antiéticas" na rede e se tornou uma direcionada, com base em enormes bancos de dados pessoais: Google.

Segundo ele, a propagação dessas informações pode se torna

ANEXO E – USO DE CRIPTOGRAFIA DE PONTA A PONTA É 'INACEITÁVEL', DIZ MINISTRA BRITÂNICA

FOLHA DE S.PAULO

Uso de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica

Fernanda Carvalho/Fotos Públicas



Ícone do Whatsapp em tela de celular

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

26/03/2017 12h19 - Atualizado às 23h08

A ministra britânica do Interior, Amber Rudd, disse neste domingo (26) que a tecnologia de criptografia de ponta a ponta oferecido por aplicativos como o WhatsApp é "completamente inaceitável" e que não deveria existir "um local seguro para terroristas se comunicarem".

A criptografia "end to end", ou ponta a ponta, refere-se a um sistema em que a mensagem sai codificada do dispositivo que a envia e só é decodificada quando chega ao destinatário.

Como o conteúdo passa pelos servidores da empresa que provê o serviço de mensagens usando um forte esquema de cifragem, mesmo se a companhia for pressionada a entregar os dados de um ou de um grupo de usuários, eles não estarão acessíveis.

A imprensa britânica diz que pouco antes de realizar o ataque terrorista em Londres na quarta-feira (22), o extremista Khalid Massod enviou uma mensagem criptografada usando o WhatsApp.

"Precisamos ter certeza que empresas como o WhatsApp e tantas outras não ofereçam um local seguro para terroristas", disse Rudd à rede BBC.

Na última sexta-feira (24), Rudd afirmou que as forças de segurança do país "fazem um trabalho fantástico" e que o fato de as autoridades conhecerem Masood não significa que ele pudesse estar 24h sob vigilância.

O Reino Unido monitora cerca de 4.000 pessoas investigadas por terrorismo.

ANEXO F – HOSPITAL DE SP PAGOU POR VIGILÂNCIA DE CÂMERAS DESLIGADAS, DIZ AUDITORIA

FOLHA DE S.PAULO

Hospital de SP pagou por vigilância de câmeras desligadas, diz auditoria

Rivaldo Gomes/Folhapress



Hospital do Servidor Público Municipal, na Aclimação, onde auditoria constatou falhas na segurança

ARTUR RODRIGUES
DE SÃO PAULO

03/03/2017 09h00

Uma série de irregularidades em serviços de vigilância no Hospital do Servidor Público Municipal, na Aclimação (região central), deixou a segurança desguarnecida e gerou rombo milionário aos cofres públicos da cidade de São Paulo, constatou auditoria da CGM (Controladoria Geral do Município).

A investigação, iniciada na gestão Fernando Haddad (PT) e terminada na de João Doria (PSDB), revelou que a prefeitura chegou a pagar por monitoramento eletrônico que não existiu e por vigias que não estavam presentes de maneira ininterrupta, deixando brechas na segurança do hospital onde circulam 8 mil pessoas por dia. O prejuízo encontrado, calculado com base em falhas contratuais, foi de ao menos R\$ 3,6 milhões.

A auditoria é a primeira de uma série de quatro feitas no hospital, que verificaram problemas em serviços laboratoriais, limpeza, lavanderia, angiógrafo, entre outros. O prejuízo total ainda está sendo calculado.

Entre os achados da investigação, está o pagamento de valor relativo a profissionais operar a vigilância eletrônica do hospital, em período em que o circuito interno de câmeras ainda não estava operando. O problema durou 69 dias, 49 dias a mais do que o previsto no contrato.

Além disso, o sobrepreço na vigilância eletrônica chegou a 317%, causando um prejuízo de R\$ 565 mil.

O maior rombo nos cofres públicos foi causado, dizem os auditores, pela modalidade de contratação dos seguranças da empresa Centurion Segurança e Vigilância. O desperdício foi de R\$ 2,7 milhões entre abril de 2015 e dezembro de 2016.

O motivo, diz a auditoria, é que os pagamentos para o trabalho nos dias úteis e nos fins de semana e feriados eram feitos separadamente. Nesse esquema, a margem de lucro da Centurion atingiu o índice de 66%.

Outro problema encontrado foi a falta de profissionais para cobrir os períodos entre os turnos da segurança, quando foi ficava aberto um buraco na vigilância da unidade –o prejuízo devido a isso foi de R\$ 304 mil.

OUTRO LADO

O hospital afirmou que pediu ressarcimento R\$ 75,6 mil pelo período em que o sistema de monitoramento não havia sido instalado e que vigilantes fizeram cobertura das áreas de maior vulnerabilidade.

A respeito do sobrepreço na vigilância eletrônica, a unidade de saúde justificou o valor ressaltando a qualidade das câmeras contratadas, que "possuem nível superior de nitidez e resolução de imagem das áreas monitoradas".

Sobre a falta de profissionais no horário entre turnos, a unidade afirmou que havia vigilantes o tempo todo nos postos críticos e ronda nos demais locais.

A direção do hospital questionou os valores de referência usados pelos auditores, para calcular o prejuízo na modalidade de contratação. "Os referenciais não levam em consideração estimativas de preços de postos de vigilância contratados compatíveis com o objeto licitado e ainda para ambientes hospitalares", afirma o hospital.

ANEXO G – BABÁ DA METRÓPOLE, REDE DETECTA SONS DE TIROS E ACIDENTES E AVISA A POLÍCIA

FOLHA DE S.PAULO

Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia

DHIEGO MAIA
DE SÃO PAULO

23/02/2017 02h00

Uma rede de vigilância desenvolvida no Brasil que integra imagem, som e inteligência artificial pode ser uma aliada no combate à violência e aos problemas de mobilidade das metrópoles.

A tecnologia, que recebeu o nome de Anjos da Rua, é elaborada há três anos no Porto Digital do Recife (PE), um parque tecnológico com cerca de 250 empresas inovadoras, em parceria com a Serttel, companhia que cria soluções em mobilidade.

TECNOLOGIA NACIONAL

Inteligência artificial renova a rotina e busca soluções para as cidades



['Big data' ajuda a gerenciar trânsito e dá pistas sobre políticas públicas](#)
[Sensores deixam ruas amigáveis para idosos e pessoas com deficiência](#)
[Software e sensores armam cidades contra prejuízo das enchentes](#)

O sistema é todo montado em um poste a seis metros do chão. Tem um supermicrofone que capta sons num raio de até 80 metros, uma câmera com rotação em 360 graus e uma central de dados guiada por um software de inteligência artificial.

Para atacar problemas de segurança como balas perdidas e tiroteios no meio da rua, o primeiro passo foi captar o som dos disparos das armas de fogo mais utilizadas no país, como as de calibre 38, ponto 40 e 380. Também foram gravados barulhos de freadas e colisões entre veículos.

A fase seguinte foi ensinar o software, com testes de repetição, a reconhecer cada áudio, conta Rodrigo Maciel, diretor da Serttel. "Fizemos cálculos matemáticos para ensinar o software a distinguir cada um dos sons."

Essa etapa é crucial para gerar a biblioteca de dados na qual a ferramenta vai se basear para enviar alertas com a imagem e a localização exata da ocorrência para uma central de monitoramento.

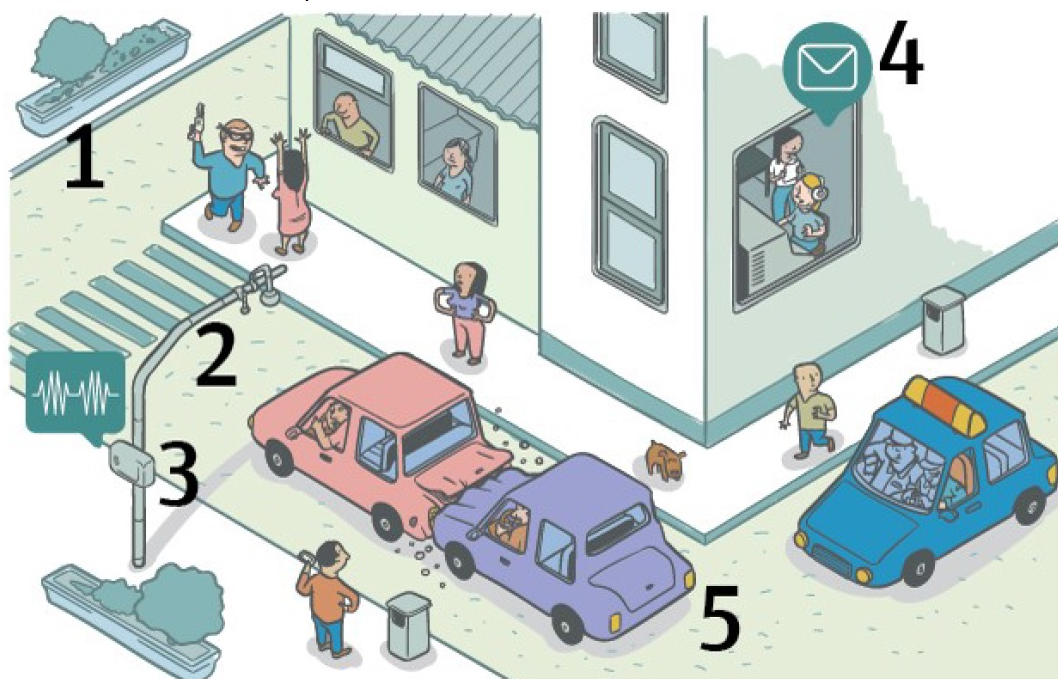
Com a preparação do software para reconhecer qualquer tipo de som, o sistema ganhou múltiplos usos. No trânsito, detecta o barulho de uma batida entre veículos. "Ele pode

ajudar a melhorar a trafegabilidade e a encurtar o tempo de resgate às vítimas de um acidente", diz Maciel. Também é capaz de identificar o barulho de uma multidão na rua.

No futuro, a ideia é incorporar um sensor que funcione como uma espécie de nariz virtual. Ele poderá detectar o cheiro de fumaça de um incêndio e medir a qualidade do ar nas cidades.

O Carnaval do Recife servirá de teste de rua para a inovação. No evento, serão monitorados sete pontos do centro da capital pernambucana, região que atrai milhares de foliões durante a festa. As ocorrências serão analisadas pela central de vigilância da Guarda Municipal.

Alexandre Affonso/Folhapress



BABÁ ELETRÔNICA: como funciona o sistema

- 1 Um tiro de arma de fogo é disparado na rua
- 2 O barulho do disparo é capturado por um microfone
- 3 Um software processa o áudio e identifica até o calibre da arma de fogo
- 4 Um alerta de texto com a imagem e a localização exata da ocorrência é enviada para uma central de monitoramento da polícia
- 5 Policiais militares, guardas civis e bombeiros também são acionados em tempo real e podem prestar auxílio à ocorrência

ZONAS SEGURAS

A tecnologia já havia sido avaliada ao longo de 2016 na avenida Alfredo Lisboa, no centro do Recife. Segundo Maciel, diretor da Sertel, foram testadas apenas as funções técnicas da ferramenta. Os flagrantes criminais não foram levados em conta.

Segundo Murilo Cavalcanti, secretário de Segurança do Recife, após o Carnaval, o Anjos da Rua será integrado ao sistema de vigilância da cidade. "Ele vai ajudar a criar zonas seguras em locais onde os crimes contra o patrimônio e as mortes violentas são mais registrados."

Cavalcanti não soube precisar o valor que a Prefeitura do Recife terá que investir na parceria com o novo sistema. Angelo Leite, fundador da Sertel, vê potencial no produto para que atraia a atenção dos governos de outros municípios e Estados.

"Vamos ofertar o serviço de monitoramento em si. Também faremos a reposição de câmeras quebradas e a atualização do sistema. Os clientes não vão comprar nenhum equipamento", diz Leite.

A empresa detém a patente da tecnologia no Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Cada ponto monitorado na cidade deverá custar entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000 ao mês.

A tecnologia é apenas um dos produtos em desenvolvimento nas áreas de segurança e mobilidade do programa Porto Leve, que testa sistemas para carros elétricos e bicicletários públicos no Porto Digital, diz Cidinha Gouveia, coordenadora da iniciativa. "A meta é que essas soluções criadas aqui ataquem os principais problemas urbanos em qualquer lugar."

O Porto Leve custou R\$ 5 milhões, captados em 2012 da Finep (agência do Ministério da Ciência e Tecnologia).

ANEXO H – EX-TRAINEE DA FOLHA LANÇA PROJETO PARA PROTEGER JORNALISTAS DE AMEAÇAS DIGITAIS

Novo em Folha



O blog é uma extensão do [PROGRAMA DE TREINAMENTO EM JORNALISMO DA FOLHA](#). É produzido pela equipe da Editoria de Treinamento, pelos trainees e por outros colaboradores da Redação da Folha.

[PERFIL COMPLETO](#)

PUBLICIDADE

21/03/2017 10:24

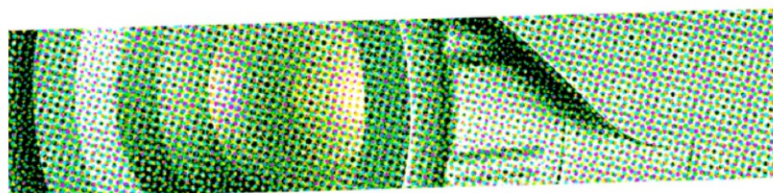


Ex-trainee da Folha lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais

POR TREINAMENTO

O colaborador e ex-trainee da **Folha** Raphael Hernandez está lançando uma [plataforma on-line gratuita](#) para ajudar jornalistas a proteger suas fontes de ameaças como hacking e vigilância digital.

Criado em parceria com o projeto australiano [Privacy for Journalists](#), o site oferece guias práticos de segurança, análises de ameaças e links com dicas, legislações e endereços de grupos de defesa da privacidade.



PRIVACIDADE PARA JORNALISTAS

“A conta é simples: se a importância de espionar você é maior do que o custo, isso vai acontecer. Seja para vender seus dados, seja para descobrir suas fontes”, diz Hernandez. “Embora não exista método infalível para se proteger, a gente sempre pode dificultar a ponto de não ser viável para o atacante.”

Ele cita o exemplo de um pen drive com informações que podem comprometer fontes ou terceiros. Uma das técnicas oferecidas no site permite que somente o dono do dispositivo tenha acesso a esse conteúdo.

Outras práticas simples, como ativar a autenticação em duas etapas para acessar o e-mail, podem ser aplicadas no dia a dia.

ANEXO I – HACKER MAIS PROCURADO DO MUNDO É MANTIDO COMO TRUNFO PELA RÚSSIA

FOLHA DE S.PAULO

Hacker mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia

**MICHAEL SCHWIRTZ
JOSEPH GOLDSTEIN
DO "NEW YORK TIMES"**

13/03/2017 11h31

Para o FBI, Evgeniy M. Bogachev é o cibercriminoso mais procurado do mundo. O birô anunciou uma recompensa de US\$ 3 milhões por sua captura —a maior já oferecida por um envolvido em crimes de informática— e vem procurando rastrear seus movimentos, na esperança de prendê-lo se ele sair de seu país, a Rússia.

Bogachev já foi indiciado nos Estados Unidos, acusado de criar uma grande rede de computadores infectados por vírus para desviar centenas de milhões de dólares de contas bancárias em todo o mundo, atacando desde uma empresa de dedetização na Carolina do Norte até um departamento de polícia no Massachusetts, passando por uma tribo indígena americana no Estado de Washington.

FBI/The New York Times



Hacker mais procurado do mundo, Evgeniy Bogachev está escondido em Anapa, na Rússia

Em dezembro passado, depois de as agências de inteligência americanas terem concluído que a Rússia procurou influenciar a eleição presidencial, o governo Obama anunciou sanções contra Bogachev e outras cinco pessoas.

As autoridades disseram publicamente que Bogachev foi incluído na lista de alvos de sanções devido às suas atividades criminosas, e não a qualquer papel específico que tenha exercido na invasão dos computadores do Comitê Nacional Democrata.

Mas está claro que para a Rússia ele é mais do que um mero criminoso. Em dado momento Bogachev chegou a controlar até 1 milhão de computadores em muitos países, com acesso possível a tudo, desde fotos de família e trabalhos escolares até propostas de negócios e informações pessoais altamente confidenciais.

É quase certo que entre os aparelhos infectados havia computadores pertencentes a membros do governo e empresas que prestam serviços aos governos de vários países.

Para a comunidade russa de inteligência, eternamente obcecada pela vigilância, as façanhas de Bogachev podem ter criado uma oportunidade irresistível de praticar espionagem.

Parece que, enquanto Bogachev esvaziava contas bancárias, as autoridades russas estavam pegando carona em suas atividades e vasculhando os mesmos computadores à procura de arquivos e e-mails.

Na prática, estavam enxertando uma operação de inteligência em uma operação criminal ampla, poupando-se o trabalho árduo de invadir elas próprias os computadores em questão.

FBI/The New York Times



Evgeniy Bogachev, em foto do FBI; esquema criado por ele pode ter ajudado espionagem de Moscou

DE LADRÃO A TRUNFO RUSSO

O envolvimento de Bogachev, 33, com a inteligência russa pode ajudar a explicar porque ele não está em fuga. O FBI diz que ele vive abertamente em Anapa, cidade turística à beira do mar Negro, no sul da Rússia.

Possui um grande apartamento perto da praia e possivelmente outro em Moscou, dizem as autoridades, além de uma coleção de carros de luxo, se bem que ele pareça gostar mais de andar em seu jipe Grand Cherokee. Investigadores dos EUA dizem que Bogachev veleja e possui um iate.

Comandar o esquema criminoso deu muito trabalho. Bogachev se queixou muitas vezes de estar exausto e de não ter tempo suficiente para passar com sua família, disse o hacker russo Alexander Panin, que costumava comunicar-se com Bogachev online e hoje cumpre pena por fraude bancária num presídio federal em Kentucky.

"Que eu me lembre, ele falou de ter mulher e dois filhos", escreveu Panin em e-mail.

Tirando isso, pouco é sabido sobre Bogachev, que preferia operar de modo anônimo, usando pseudônimos diversos: slavic, lucky12345, pollingsoon. Mesmo seus colaboradores profissionais mais próximos nunca o encontravam cara a cara nem conheciam seu nome real.

"Ele era altamente paranoico", comentou J. Keith Mularski, supervisor da FBI em Pittsburgh. Sua investigação sobre Bogachev levou ao indiciamento deste em 2014. "Não confiava em ninguém."

A Rússia não possui tratado de extradição com os Estados Unidos, e autoridades russas dizem que desde que Bogachev não tenha cometido um crime em solo russo, não há bases para prendê-lo.

As tentativas para contatar Bogachev para este artigo foram infrutíferas. Perguntado sobre ele, seu advogado em Anapa, Alexey Stotskii, respondeu: "O fato de ele ser procurado pelo FBI me impede moralmente de dizer qualquer coisa".

Um trecho do arquivo sobre Bogachev compilado pelo Ministério do Interior da Ucrânia, que está ajudando o FBI a rastrear seus movimentos, diz que ele "trabalha sob a supervisão de uma unidade especial do FSB" —o Serviço Federal de Segurança, a principal agência de inteligência russa. O FSB não respondeu a pedidos de declarações.

O fato de Bogachev continuar em liberdade é o argumento mais poderoso em favor da tese de ele estar a serviço do governo russo, disse Austin Berglas, que até 2015 foi agente especial assistente encarregado das ciberinvestigações a partir do escritório de campo do FBI em Nova York.

Hackers como Bogachev "são autônomos", segundo Berglas, "cumprindo ordens dos serviços de inteligência russos, quer seja espionagem econômica ou espionagem tradicional".

Esse tipo de acordo proporciona ao Kremlin uma desculpa conveniente e uma oportunidade fácil de examinar as redes extensas de computadores infectados por hackers russos, dizem especialistas em segurança.

Parece que as agências de inteligência russas de vez em quando também usam ferramentas de malware (software malicioso) desenvolvidas para finalidades criminais, incluindo o popular BlackEnergy, para atacar os computadores de governos inimigos.

[As revelações recentes do WikiLeaks](#) sobre ferramentas de espionagem da CIA sugerem que a agência também mantinha um grande acervo de kits de espionagem, alguns dos quais parecem ter sido produzidos pela Rússia.

À PROCURA DE SEGREDOS IMPORTANTES

A carreira de Bogachev como hacker começou há mais de uma década, levando à criação de um programa de software malicioso chamado GameOver Zeus que ele administrava com a ajuda de meia dúzia de colaboradores estreitos que se descreviam coletivamente como The Business Club (o clube de negócios), segundo o FBI e pesquisadores em segurança.

Trabalhando 24 horas por dia, seus asseclas infectaram uma rede sempre crescente de computadores. Conseguiram desviar-se das medidas de segurança mais avançadas usadas por bancos, esvaziando contas rapidamente e transferindo o dinheiro ao exterior através de uma rede de intermediários conhecidos como mulas de dinheiro.

Representantes do FBI disseram que foi o esquema de apropriação indébita on-line mais sofisticado que jamais tinham conhecido, um sistema que se manteve impenetrável por anos.

A partir de 2011, segundo uma análise da Fox-IT, computadores sob o controle de Bogachev começaram a receber pedidos de informação — não sobre transações bancárias, mas pedidos de arquivos ligados a acontecimentos ou situações geopolíticas saídos das manchetes dos jornais.

Mais ou menos na mesma época em que o ex-presidente Barack Obama começou a enviar munições e armas pequenas a rebeldes sírios, em 2013, computadores turcos infectados pela rede de Bogachev foram atingidos por buscas de teclado incluindo "entrega de armas" e "entrega de armamentos".

Também houve buscas por "mercenário russo" e "mercenário caucasiano", sugerindo preocupação com cidadãos russos combatendo na guerra.

Antes da intervenção militar da Rússia na Ucrânia, em 2014, computadores infectados foram revistados em busca de informações sobre arquivos ultrassecretos do principal diretório de inteligência do país, o SBU.

Algumas das buscas eram de informações pessoais sobre funcionários de segurança do governo, incluindo e-mails do serviço de inteligência externa da Geórgia, do Ministério do Exterior turco e outros. A informação é de Michael Sandee, um dos pesquisadores da Fox-IT.

No verão de 2014, o FBI e agências policiais de meia dúzia de países lançaram a Operação Tovar, um ataque coordenado à infraestrutura criminal de Bogachev. O ataque fechou a rede dele e libertou os computadores infectados pelo GameOver Zeus.

Promotores disseram estar buscando a cooperação do governo russo para capturar Bogachev. Mas o único problema que Bogachev parece ter tido com a justiça na Rússia foi uma ação judicial movida contra ele em 2011 por uma imobiliária, em torno do pagamento de US\$ 75 mil relativos a seu apartamento em Anapa, segundo documentos judiciais russos. E mesmo essa ação ele conseguiu derrotar.

As autoridades acreditam que Bogachev esteja vivendo sob seu próprio nome em Anapa e que de vez em quando faça viagens de barco à Crimeia, a península ucraniana que a Rússia ocupou em 2014. Mularski, o supervisor do FBI, disse que seus agentes ainda estão indo atrás de pistas.

Tradução de **CLARA ALLAIN**

**ANEXO J – PESSOAS COMUNS NÃO DEVEM SE PREOCUPAR COM A CIA,
DIZEM ANALISTAS**

FOLHA DE S.PAULO

**Pessoas comuns não devem se preocupar
com a CIA, dizem analistas**

**MAE ANDERSON
TALI ARBEL
BARBARA ORTUTAY**
DA ASSOCIATED PRESS, EM NOVA YORK

08/03/2017 13h18

Você usa apps de mensagens como o WhatsApp ou Signal, ou tem uma TV inteligente e computador. Há motivos para que se preocupe com escutas da CIA (serviço secreto dos Estados Unidos) em suas comunicações?

A resposta resumida é não. Uma resposta mais completa seria talvez, ainda que continue bastante improvável que você precise se preocupar muito.

Reprodução



WikiLeaks  @wikileaks

RELEASE: Vault 7 Part 1 "Year Zero":
Inside the CIA's global hacking force
wikileaks.org/ciav7p1



Tuíte do WikiLeaks que anunciou a divulgação de documentos da CIA

As [revelações do site de denúncias WikiLeaks](#) sobre ferramentas secretas da CIA para invadir computadores, celulares e mesmo smart TVs poderiam certamente ter implicações reais para qualquer pessoa que use tecnologia conectada à internet.

Os documentos vazados pelo WikiLeaks sugerem especialmente que a CIA tentou transformar televisores em instrumentos de escuta e encontrar formas alternativas de acesso a aparelhos que empregam criptografia de dados, ainda que não seja capaz de decifrar os códigos empregados.

Mas para as pessoas preocupadas com as revelações incessantes sobre ataques de hackers, espionagem governamental e preocupações de segurança, a notícia não deve ter causado surpresa.

"As informações vazadas hoje certamente me preocupam, mas a esta altura aceitei que riscos de segurança são parte inerente da tecnologia moderna", disse Andrew Marshello, operador de mesa de som em Queens, Nova York, em mensagem de e-mail.

"Como essa tecnologia está tão integrada à nossa sociedade, é difícil tomar providências razoáveis –abandonar certos aparelhos inteligentes, reduzir o uso de apps de mensagens etc.– sem sacrificar uma parte de nossa vida social".

Embora esteja "certamente preocupado" com as implicações mais profundas da espionagem e vigilância governamental, Marshello diz que não tirará seu iPhone ou os modernos apps de mensagens que usa de sua vida.

Mas ele não tem um televisor inteligente e não planeja comprar um desses aparelhos, seu microfone fica desconectado e a câmera de seu computador fica coberta quando o laptop não está em uso. Ele também mantém desligado o sistema de reconhecimento de voz de seu celular.

E Marshello não é o único. Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook, aparece em uma foto na qual a câmera e microfone de seu laptop estão cobertos com fita adesiva. Algumas pessoas o chamaram de paranoico, mas também houve quem dissesse que isso mostrava que ele estava sendo esperto.

POR QUE ISSO IMPORTA

"O que todo mundo deveria estar perguntando é se qualquer desses recursos foi compartilhado com as autoridades locais de segurança", disse Scott Vernick, sócio no escritório de advocacia Fox Rothschild, cujo foco está na privacidade e segurança de dados.

O que ele quer dizer é que interessa saber se a CIA revelou algumas dessas técnicas ao FBI (polícia federal americana) e outras agências norte-americanas de policiamento e segurança que poderiam empregá-las dentro do país.

Ed Mierzwinski, diretor do programa de defesa do consumidor na PIRG, uma organização norte-americana de defesa dos consumidores, disse que a notícia deveria alertar os consumidores quanto à vulnerabilidade de seus aparelhos conectados à Internet.

"Você não precisa se preocupar que a CIA invada seus aparelhos, a menos que esteja fazendo algo de ilegal", ele disse. "Mas a notícia deveria servir de alerta ao consumidor médio".

Ele recomendou mudar as senhas em televisores inteligentes, câmeras e outros dispositivos conectados à internet de modo tão frequente quanto os consumidores mudam as senhas em seus computadores.

"Quer você esteja falando de um refrigerador, sistema inteligente de iluminação programado pelo celular ou babá eletrônica, os sistemas de segurança na maioria dos produtos da 'internet das coisas' são na verdade burros, não inteligentes."

Niklas Halle'n - 05.fev.2016/AFP



O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, que vive desde 2012 na Embaixada do Equador em Londres

CANSAÇO E PRIVACIDADE

"A esta altura, estou tão acostumado a ler histórias sobre contas sendo invadidas que já comecei a esperar que isso aconteça", disse Matt Holden, editor e coordenador de mídia social em Dallas, Texas, em mensagem de e-mail.

Holden se preocupa com a segurança de informações pessoais como seu número de previdência social e detalhes financeiros, mas diz que a segurança de seus apps de mensagens o preocupa menos.

"Enquanto eu me comportar de uma forma que significa que nada tenho a esconder, não me preocupo que o governo bisbilhote", ele disse.

Em recente pesquisa da Pew, conduzida no segundo trimestre de 2016 e publicada em janeiro, 46% dos entrevistados afirmaram que o governo deveria ter direito de acesso a sistemas de comunicações cifradas quando está investigando crimes. Apenas 44% dos entrevistados consideraram que as empresas de tecnologia devem ter direito de usar recursos criptográficos "inquebráveis" pelas autoridades.

Os jovens e os eleitores do Partido Democrata tendem a apoiar mais o uso de sistemas criptográficos fortes.

Se forem autênticos, os documentos da CIA vazados expõem uma realidade sinistra: pode ser que nenhuma conversa, foto ou qualquer outra forma de comunicação digital esteja protegida contra espões e intrusos que bisbilhotam smartphones, computadores e outros aparelhos conectados à Internet.

Outra realidade: muita gente nem liga.

"As pessoas estão cansadas de se preocupar com a privacidade, especialmente quando o assunto é violação de dados e, em alguma medida, ações de hackers", disse Eva Velasquez, presidente do Centro de Recursos sobre Roubo de Identidade, segundo a qual é difícil imaginar que espécie de abuso seria necessário para levar essas pessoas a abandonarem seus smartphones.

"As pessoas adoram seus brinquedos e seus aparelhos", ela diz.

A INTERNET DAS COISAS QUE ESPIONAM

"Não sabemos sobre o papel da CIA, mas sabemos que qualquer coisa que contenha um chip e esteja conectada à internet é vulnerável a hackers", disse Avivah Litan, analista da Gartner.

Um ataque de hackers em outubro passado que perturbou sites como a Amazon e Netflix, por exemplo, se originou de aparelhos conectados à internet como câmeras de vídeo caseiras.

"Basicamente, a 'Internet das coisas' é vulnerável e foi colocada em operação sem que as pessoas primeiro considerassem a segurança", disse Litan. Qualquer pessoa que tenha motivo para acreditar que alguém a poderia estar espionando "deveria pensar duas vezes antes de usar um carro conectado ou uma câmera conectada".

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

ANEXO K – DORIA QUER INTEGRAR IMAGENS DE 10 MIL CÂMERAS PÚBLICAS E PRIVADAS



PUBLICIDADE



Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas

Meta principal é captar registros de aparelhos instalados pela população em condomínios, residências e comércios; projeto segue modelo estadual

Adriana Ferraz, O Estado de S.Paulo
23 Março 2017 | 13h03

SÃO PAULO - A gestão João Doria (PSDB) lançou na manhã desta quinta-feira, 23, um programa de segurança baseado no uso de imagens captadas por câmeras de vigilância já instaladas na cidade. A meta é alcançar 10 mil aparelhos nos próximos quatro anos e integrar, em uma mesma central, a produção em tempo real de equipamentos dos órgãos públicos e de prédios residenciais, comerciais e mesmo de residências, a exemplo do Detecta, do governo estadual.



City Câmera. Doria afirmou que o projeto, quando finalizado, fará de São Paulo a cidade mais bem monitorada do País Foto: João Doria

"Trata-se de um programa de cooperação entre o poder público e a sociedade", afirmou o secretário municipal de Segurança Urbana, coronel José Roberto Rodrigues.

Segundo ele, o projeto City Câmera começará na região no Brás, no centro da capital, com 249 câmeras, sendo 232 fixas e 17 móveis. A escolha se deu em função do número de pessoas que circulam ali - de 250 mil a 320 mil por dia - e do histórico de criminalidade contra pedestres.

Doria afirmou que o projeto, quando finalizado, fará de São Paulo a cidade mais bem monitorada do País. As imagens geradas pelas câmeras particulares serão recebidas pela Prefeitura pela internet, desde que haja interesse dos responsáveis. Um chamamento público será lançado em breve para convocar a população a participar.

"O monitoramento não supre a presença do policial nas ruas, mas a tecnologia é muito importante para dar mais agilidade e reduzir o tempo de resposta à população", disse o coronel Mauro Cezar dos Santos, do Centro de Operações da Polícia Militar (Copom).

As imagens dessas 10 mil câmeras serão fornecidas ao Copom.

Doria afirmou que o City Câmeras não terá investimento municipal, apenas privado. O objetivo é, além de identificar situações de violência e criminalidade, aprimorar o monitoramento do patrimônio público, como escolas e hospitais, e também fiscalizar as ruas da capital para impedir, por exemplo, descarte irregular de lixo e pichações.

Detecta. O prefeito esclareceu que o sistema será todo conectado com o Detecta, do governo estadual. "É o mesmo sistema tecnológico ampliado em milhares de vezes."

Segundo Rodrigues, a capital tem hoje 150 câmeras integradas ao Detecta. Em julho, esse número passará a 400, com o início do projeto no Brás. "Ainda muito inexpressivo para a cidade, acredito. O objetivo é chegar a 10 mil. Aí, sim, teremos mais controle."

As imagens captadas pelas câmeras particulares passarão por um processo de seleção. Será avaliada a qualidade das imagens. Apenas câmeras viradas para o espaço público serão utilizadas.

ANEXO L – FALTA DE ILUMINAÇÃO CAUSA INSEGURANÇA NA ZONA OESTE DE SP



BLOGS

Blitz Estadão

Os problemas de São Paulo em discussão

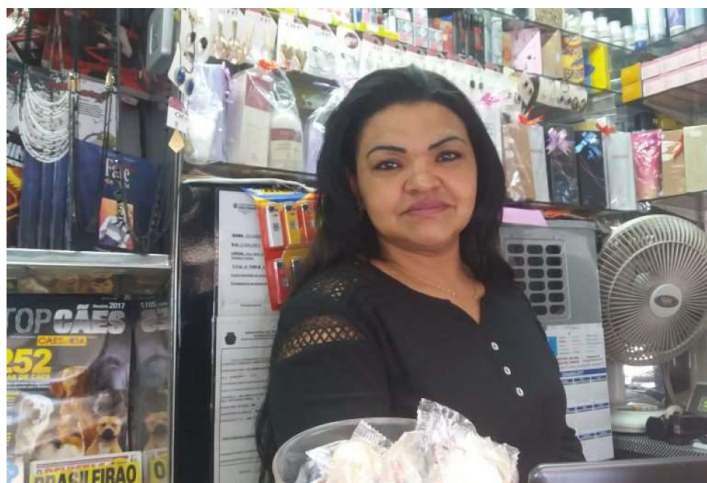
As informações e opiniões formadas neste blog são de responsabilidade única do autor.

Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP

Comerciantes de Cerqueira César relatam a ocorrência de assaltos na região

Renata Okumura
25 Abril 2017 | 17h00

SÃO PAULO – A **'Blitz Estadão'** esteve nesta terça-feira, 25, em **Cerqueira César, na zona oeste de São Paulo**. A principal reclamação de moradores e comerciantes da região é sobre a iluminação pública precária, principalmente nas ruas Estados Unidos e Melo Alves, o que aumenta a incidência de **assaltos** na área. Esse quadro se agrava ainda mais em dias de chuva, segundo Neide Marques da Silva, dona de uma banca de jornal. Ela trabalha há mais de um ano na região e relata o clima de insegurança quando chega durante a madrugada.



Neide Marques da Silva é dona de uma banca no bairro Cerqueira César (Foto: Renata Okumura)

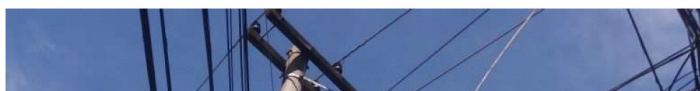
“Chego por volta das 5 horas todos os dias e a iluminação é muito ruim. Já acompanhei casos de assaltos. Tenho clientes que foram assaltados nessa região por causa da má iluminação. A vigilância também é precária. Quando chove, as árvores caem, derrubam a fiação e ficamos sem luz na região”, explica Neide.

Confira o depoimento de Gustavo da Silva Medeiros



Gustavo da Silva Medeiros trabalha na região (Foto: Renata Okumura)

Ao percorrer as ruas do bairro Cerqueira César, a **'Blitz Estadão'** constatou que há muitos estabelecimentos comerciais nas proximidades. Gustavo da Silva Medeiros trabalha em um estacionamento que já foi assaltado. “É muito perigoso à noite. O estacionamento foi assaltado enquanto estava outro rapaz aqui. Precisa de mais fiscalização policial porque não tem muita iluminação”, disse.





Bairro Cerqueira César (Foto: Renata Okumura)

Outro problema relatado por moradores e comerciantes da região é a quantidade de árvores sem poda. “As **árvores precisam ser podadas** porque é muito perigoso o contato com os fios quando chove”, acrescentou Medeiros.

No fim de janeiro, após um forte temporal na capital paulista, o Corpo de Bombeiros atendeu 97 ocorrências relacionadas à queda de árvores.

Outro lado. O Departamento de Iluminação Pública de São Paulo (ILUME) informa que, desde o início da nova gestão, está realizando vistorias de avaliação em diversas avenidas da cidade para detectar os chamados ‘pontos escuros’ existentes no município. “De posse das avaliações, estaremos, mediante projetos de ‘eficientização e/ou remodelação’ de iluminação, resolvendo estes problemas de déficit de iluminação nas diversas regiões da cidade. A Rua Estados Unidos está entre as vias que serão visitadas pela equipe de projetos de ILUME”, esclarece a nota.

Quer compartilhar alguma reclamação em seu bairro? Mande seu relato por **WhatsApp (11) 9-7069-8639** ou para o e-mail blitzestadao@estadao.com.

ANEXO M – HOMEM BÊBADO É PRESO APÓS AGREDIR ROBÔ NOS EUA

12/04/2018

Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA - Link - Estadão



Oferecimento:

Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA

Jason Sylvain, de 41 anos, deu chutes e socos no robô de vigilância da Knightscope

26/04/2017 | 15h47

Por Redação Link - O Estado de S.Paulo



Robô K5 sofreu agressões após alertar sobre a presença de um homem bêbado na empresa que vigiava

A polícia da Califórnia, nos Estados Unidos, prendeu um homem bêbado acusado de bater em um robô de vigilância. De acordo com informações divulgadas pela rede de televisão ABC nesta terça-feira, 25, o robô K5 foi atingido por socos e chutes de Jason Sylvain, de 41 anos, enquanto fazia o patrulhamento de um estacionamento de Mountain View, na Califórnia.

Segundo a Knightscope, responsável pela fabricação do robô, o K5 é equipado com sensores ao redor de todo seu corpo cilíndrico, permitindo que sinta cheiros, note movimentações e perceba diferenças na intensidade de luz. Quando ele vê algum problema acontecendo ao seu redor, ele emite apitos e gira ininterruptamente.

Ao notar a presença de Jason Sylvain, o K5 não tardou em alertar que algo de errado estava acontecendo — o agressor, que estava bêbado, estaria vandalizando o local patrulhado por K5. Ao apitar e começar a girar, porém, ele assustou o americano e acabou sendo agredido.

“O robô fez exatamente o que deveria fazer. O ataque foi detectado e reportado imediatamente”, afirma o diretor de marketing da Knightscope, Stacy Dean Stephens, ao site de tecnologia *CNET*. “O suspeito foi detido pelos seguranças do local até que a polícia de Mountain View chegasse.”

De acordo com a rede de televisão ABC, o agressor responderá por acusações de intoxicação pública — ou seja, por ficar bêbado na rua. Já o K5 sofreu alguns arranhões, mas passa bem.

ANEXO N – ESPIONAGEM AGORA SE CONCENTRA NOS APARELHOS, NÃO NA WEB



PUBLICIDADE

Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na web

Modernas criptografias levaram a CIA a buscar acessos mais vulneráveis à vigilância

Craig Timberg, Ellen Nakashima e Elizabeth Dwoskin / WASHINGTON POST, O Estado de S.Paulo
07 Março 2017 | 22h00

As revelações sobre as poderosas ferramentas do governo americano para hackear, deixando potencialmente sujeitos a vigilância casas e bolsos de bilhões de usuários pelo mundo, mostram como uma grande variedade de aparelhos de uso diário pode ser modificada para espionar os donos. Televisores, smartphones e veículos conectados à internet são vulneráveis à espionagem da CIA, indicaram os documentos do WikiLeaks.

As possibilidades descritas incluem gravar sons, imagens e mensagens privadas de texto de usuários, mesmo com a utilização de aplicativos criptografados. Já os veículos são vulneráveis a controle remoto por hackers, o que permite “assassinatos quase indetectáveis”.

No caso de uma ferramenta chamada “Weeping Angel”, feita para atacar a SmartTV da Samsung, o WikiLeaks disse: “Após a invasão, o Weeping Angel põe o televisor-alvo no modo Fake-Off (falsamente desligado), levando o dono a acreditar que o aparelho esteja desligado quando na verdade não está. No modo Fake-Off, a TV trabalha como grampo, gravando conversas na sala e mandando-as através da internet para um servidor clandestino da CIA”.

O material lista supostas ferramentas para invadir aparelhos muito populares como o iPhone da Apple ou os smartphones Android, cujo sistema operacional é fabricado pela Google. Mas há diferenças marcantes das revelações de 2013 feitas pelo ex-prestador de serviços da Agência de Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden.

Os documentos de Snowden descrevem mais a vigilância em massa de sistemas de comunicação com base na internet que os aparelhos individuais, que parecem ter sido o foco da CIA. Atacando esses aparelhos, a CIA pode ter acesso até a comunicações criptografadas em aplicativos populares como Signal e WhatsApp, sem precisar quebrar a própria criptografia. As informações do WikiLeaks parecem assinalar essa diferença ao dizer que a CIA “contornou” as tecnologias de criptografia.

Especialistas em privacidade avaliam que a CIA pode ter sido forçada a se concentrar em aparelhos vulneráveis, pois a internet, como um todo, se tornou mais segura por meio de avanços em criptografia. “A ideia de que a CIA e a NSA podem invadir aparelhos é velha”, disse Mathew Green, especialista em criptografia da Johns Hopkins.

As revelações de Snowden e a reação a elas fizeram de uma criptografia mais forte uma grande e bem financiada causa, tanto para defensores da privacidade quanto para empresas de tecnologia, que têm a capacidade técnica e verbas para proteger o fluxo mundial de dados.

Google, Microsoft, Facebook, Yahoo e outras anunciaram grandes iniciativas, em parte para proteger suas marcas de acusações de usuários de que tornaram muito fácil para a NSA coletar informações de seus sistemas. Enquanto isso, muitos sites começaram a criptografar seus fluxos de dados para os usuários visando a prevenir espionagem.

As revelações do WikiLeaks servem como lembrete de que, seja qual for a reação política às revelações sobre espionagem digital, ela não vai parar – provavelmente, continuará a crescer. O foco posto em hackear aparelhos individuais – mais que nas mensagens circulando entre eles – deve aumentar a pressão sobre as empresas para tornar esses aparelhos mais seguros. Isso porque, como os especialistas dizem há muito tempo, esses aparelhos são o alvo mais vulnerável numa longa cadeia de interações digitais. / *TRADUÇÃO DE ROBERTO MUNIZ E TEREZINHA MARTINO*

OS AUTORES SÃO JORNALISTAS

ANEXO O – PRESOS INTERNADOS EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA VÃO À PRAIA EM SERGIPE



PUBLICIDADE



Presos internados em hospital de custódia vão à praia em Sergipe

Passeio de 15 detentos foi autorizado pela Justiça e faz parte das ações de ressocialização da unidade

O Estado de S. Paulo
16 Março 2017 | 17h29



Presos foram levados à Atalaia em um micro-ônibus Foto: Carolina Matias/ Secretaria de Justiça de Sergipe (Sejuc)

Presos internados em um hospital de custódia de Sergipe foram à praia na manhã desta quarta-feira, 15. O passeio, que reuniu 15 detentos, teve a vigilância de agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos e diretores da unidade.

Segundo a Secretaria de Justiça e Defesa do Consumidor (Sejuc), a ida à praia faz parte de um projeto terapêutico de ressocialização dos internos do Hospital de Custódia e Tratamento Penitenciário de Sergipe (HCTP). O passeio foi autorizada pelo Juízo da Vara de Execuções.



Passeio foi acompanhado pro profissionais Foto: Carolina Matias/ Secretaria de Justiça de Sergipe (Sejuc)

NEWSLETTER **Manchetes**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade

 Digite seu e-mail [ASSINAR](#)

Os presos, selecionados por funcionários do HCTP, foram levados à Atalaia, em Aracaju, em um micro-ônibus da Sejuc e lá, sob supervisão, aproveitaram a manhã de quarta ao ar livre, "tomaram banho de mar, cantaram e se refrescaram com refrigerantes e picolés". Segundo a Sejuc, para um deles, foi o primeiro contato com o mar.



Para um dos internos, foi a primeira ida à praia Foto: Carolina Matias/ Secretaria de Justiça de Sergipe (Sejuc)

De acordo com a Secretaria, 16 profissionais acompanharam a atividade, com o apoio do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.



Na praia, eles se refrescaram com banhos de mar e picolés Foto: Carolina Matias/ Secretaria de Justiça de Sergipe (Sejuc)

 Digite seu e-mail [ASSINAR](#)

Os presos, selecionados por funcionários do HCTP, foram levados à Atalaia, em Aracaju, em um micro-ônibus da Sejuc e lá, sob supervisão, aproveitaram a manhã de quarta ao ar livre, "tomaram banho de mar, cantaram e se refrescaram com refrigerantes e picolés". Segundo a Sejuc, para um deles, foi o primeiro contato com o mar.



Para um dos internos, foi a primeira ida à praia Foto: Carolina Matias/ Secretaria de Justiça de Sergipe (Sejuc)

ANEXO P – GUIA DE SEGURANÇA NA INTERNET PARA PAIS E FILHOS



PUBLICIDADE



Guia de segurança na internet para pais e filhos

São Paulo, SP--(DINO - 08 fev, 2017) - Ainda que as atividades ao ar livre devam ser incentivadas, é indiscutível que o universo virtual faz parte do nosso cotidiano. O que implica mais cuidados para garantir a segurança das crianças enquanto se divertem on-line.

Por DINO DIVULGADOR DE NOTÍCIAS
08 Fevereiro 2017 | 12h40

Existem diversas maneiras de usar a tecnologia em seu favor para que a internet seja um terreno controlado e seguro, conferindo total alívio para os pais deixarem seus filhos à vontade com aplicativos, softwares ou mesmo navegando por entre sites.

Confira a seguir algumas das dicas sobre como assegurar a segurança na internet para os seus filhos.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Limite acessos e filtre conteúdos:

Já existem funcionalidades, em tablets e smartphones, que ajudam a criar perfis com acesso limitado a uma série de conteúdos.

NEWSLETTER **Economia**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade

 Digite seu e-mail ASSINAR

Assim, você pode deixar os aparelhos nas mãos das crianças sem o risco de elas acessarem qualquer tipo de conteúdo adulto. E cada fabricante possui o seu filtro, valendo a pena se informar sobre como funciona essa opção no seu sistema operacional.

Além disso, lojas de aplicativos também possuem esse filtro de segurança, para que as crianças apenas encontrem e façam o download de aplicativos e outros produtos somente adequados para a idade delas.

Oriente-as a não compartilhem suas informações com desconhecidos:

A regra é, basicamente, a mesma que os pais costumam dar aos filhos ao ar livre: não fale com estranhos.

Na internet, portanto, eduque as crianças para que não compartilhem seus dados pessoais com desconhecidos, e tampouco aceitem solicitações de amizade, nas redes sociais, de pessoas que não façam parte do seu círculo de amigos. Sem falar no sigilo de qualquer tipo de senha on-line.

Outro ponto importante, a esse respeito, é o cuidado a ser tomado com o download de aplicativos e softwares. Procure sempre fazê-los em lojas oficiais e de fontes conhecidas, evitando, assim, downloads suspeitos.

Limite o acesso a conteúdos no YouTube:

Na própria página de configurações do YouTube você pode encontrar o modo Youtube Safety Mode, que também ajuda a limitar os resultados de busca das crianças, retornando apenas opções que foram previamente aprovadas pela equipe da popular rede social de vídeos.

Cuidados extras com malwares e adwares:

Além das informações pessoais e do conteúdo limitado, os pais também devem se preocupar com os hábitos de navegação virtual dos filhos.

Afinal de contas, baixar tudo aquilo que eles veem pela frente é o convite ideal para a proliferação de malwares e spywares, entre outros tipos de agressões on-line.

Isso porque eles podem tanto prejudicar a performance de aplicativos e do próprio computador, smartphone ou tablet, quanto roupar deliberadamente algumas informações pessoais.

Assim, é importante trabalhar a conscientização dos pequenos, para que eles saibam por onde trafegar, virtualmente, sem comprometer a sua segurança e o sigilo de suas informações pessoais salvas nos seus dispositivos.

Mostre que a vida real também é divertida e segura:

Por mais seguro que pareça, manter nossos filhos sob constante vigilância no conforto do nosso lar, é importante que os pais apresentem o universo externo.

Realizar **atividades fora de casa** combate a depressão, melhora as relações sociais e a autoestima, reduz ansiedade e estresse, estimula aprendizagem e faz bem para a memória.

A empresa Vida Real Diversões organiza atividades que beneficia corpo e mente, proporcionando mais bem-estar e qualidade de vida do que qualquer aplicativo ou software, e isso serve não apenas para crianças, como para os jovens adultos e pessoas da melhor idade! Confira no site da empresa os passeios, à partir de R\$99 em <http://www.vidarealdiversoes.com.br>.

Website: <http://vidarealdiversoes.com.br>

ANEXO Q – HUNGRIA INICIA CONSTRUÇÃO DE NOVA CERCA NA FRONTEIRA COM SÉRVIA PARA BARRAR REFUGIADOS



PUBLICIDADE



Hungria inicia construção de nova cerca na fronteira com Sérvia para barrar refugiados

Estrutura custará mais de 120 milhões de euros e será equipada com câmeras de vigilância e termográficas, além de sensores que ativam um alarme quando ela é tocada

O Estado de S.Paulo
27 Fevereiro 2017 | 12h51

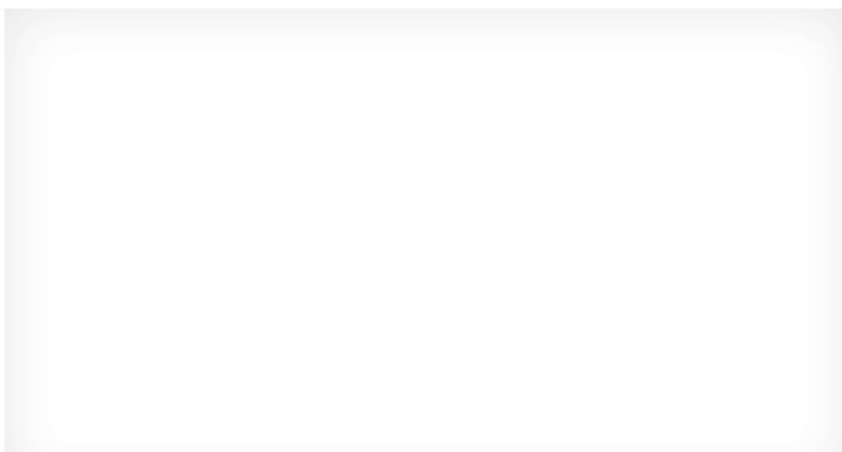
BUDAPESTE - A Hungria já começou a construção de uma nova cerca na fronteira com a Sérvia para impedir a entrada de refugiados, um projeto que custará 123 milhões de euros, anunciaram nesta segunda-feira, 27, fontes do governo húngaro.

"Este sistema reduz para quase zero o número de cruzamentos ilegais da fronteira" explicou György Bakondi, assessor de Segurança do primeiro-ministro Viktor Orbán, em uma entrevista ao jornal *Magyarhirlap*.



Soldados do Exército húngaro levantam barreira temporária para proteger cerca na fronteira entre Hungria e Sérvia Foto: Zoltan Gergely Kelemen/MTI via AP

Esta segunda cerca, planejada a princípio para ser instalada apenas na fronteira com a Sérvia, será equipada com câmeras de vigilância e termográficas, e terá, a cada 15 centímetros, sensores que ativam um alarme quando a barreira é tocada.



NEWSLETTER **Manchetes**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade

 Digite seu e-mail ASSINAR

O custo inclui a ampliação dos centros de internamento onde o governo planeja colocar as pessoas que entrarem no país durante todo o tempo que durar a tramitação de seus pedidos de asilo.

O Parlamento húngaro está debatendo uma emenda legal proposta pelo governo para poder manter os refugiados sob custódia enquanto aguardam uma resposta sobre sua solicitação.

Tanto a Human Rights Watch (HRW) como o Comitê de Helsinque, em favor dos direitos humanos, pediram à Comissão Europeia que intervenha para evitar essa mudança na legislação. "A Comissão Europeia não deveria ficar à margem enquanto a Hungria viola o direito à solicitação de asilo", disse em comunicado Benjamin Ward, subdiretor da divisão da Europa e da Ásia Central da HRW.

São várias as ONG que denunciaram o tratamento "desumano" que os refugiados recebem na fronteira entre Hungria e Sérvia.

A Hungria instalou em 2015 um sistema de cercas e alambrados para deter o fluxo de refugiados, em um momento no qual milhares de pessoas que fugiam da guerra e da miséria cruzavam seu território a caminho de países mais ricos, como Alemanha e Suécia.

Orbán é um dos chefes de governo da União Europeia que mais duramente se opõem à imigração e chegou a vincular os refugiados ao terrorismo. / **EFE**

**APÊNDICE A – QUADRO DE PUBLICAÇÕES COM A PALAVRA VIGILÂNCIA
(PRÉ-CORPUS)**

Data	Título	Editoria	Veículo	Crédito	0
01/02/17	Em BH, prefeito Kalil vai instalar mural de grafite em seu gabinete	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Carolina Linhares	Notícia
01/02/17	EUA podem estender período de veto a cidadãos islâmicos	Mundo	Folha de S.Paulo	Sem crédito	Notícia
01/02/17	GSMA: Redes LPWA irão liderar as conexões de IoT até 2022	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Notícia
02/02/17	A hora certa para a solução de identificação de beneficiários finais (UBO) da FinScan	Economia & Negócios	Estadão	PR Newswire	Notícia
02/02/17	Calabouço à beira-mar	Colunistas	Folha de S.Paulo	Josimar Melo	Artigo
03/02/17	Angelina Jolie critica políticas migratórias de Trump em artigo de opinião do 'NYT'	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
03/02/17	EUA já cancelaram quase 60 mil vistos após decreto anti-imigração	Mundo	Folha de S.Paulo	Patrícia Campos Mello	Notícia
04/02/17	Espectáculo inspirado em '1984', de George Orwell, será apresentado na Broadway	Cultura	Estadão	AP	Notícia
05/02/17	Como a KGB tentou criar uma nova imagem no fim da URSS	Ilustríssima	Folha de S.Paulo	David Remnick	Resumo de livro
05/02/17	Trajectoria de Cabral foi marcada por enriquecimento na política	Poder	Folha de S.Paulo	Plínio Fraga	Notícia
06/02/17	Novo relator da Lava Jato tem perfil pouco duro em questões criminais, mostra	Painel	Folha de S.Paulo	Daniela Lima	Notícia

	análise da FGV				
08/02/17	Guia de segurança na internet para pais e filhos	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Notícia
08/02/17	Polícia Civil adere a motim da PM; governo fala em 'sequestro' do cidadão	Brasil	Estadão	Clarissa Thomé e Márcio Dolzan	Notícia
08/02/17	Uma certeza sobre o muro de Trump: será um gasto enorme	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
09/02/17	Estagiário 'exemplar' desaparece com três carros da Câmara de São Paulo	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Giba Bergamim Jr.	Notícia
09/02/17	Ricardo Tosto reporta - Aeronáutica pode ter Parceria Público-Privada no setor de telecomunicações	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Notícia
10/02/17	Alemanha vai acelerar expulsão de solicitantes de asilo que foram recusados	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
11/02/17	Advogado afirma que é 'especulação' extradição de Edward Snowden	Mundo	Folha de S.Paulo	Da AFP	Notícia
11/02/17	Tribunal ordena suspensão de contrato da Odebrecht na Colômbia	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
12/02/17	Livro desmonta imagem romântica de Edward Snowden	Ilustríssima	Folha de S.Paulo	Igor Gielow	Notícia
14/02/17	Flynn, que apresentou renúncia a Trump, já foi demitido por Obama	Mundo	Folha de S.Paulo	Stephen Brauns e Robert Burns	Notícia
14/02/17	Governo quer votar terceirização 'irrestrita'	Economia & Negócios	Estadão	Ricardo Brito	Notícia
17/02/17	A Airborne Wireless Network anuncia a indicação de novo CEO	Economia & Negócios	Estadão	PR Newswire	Notícia
17/02/17	Veja perguntas e respostas sobre a morte do meio-	Mundo	Folha de	Foster Klug	Notícia

	irmão de Kim Jong-un		S.Paulo		
20/02/17	Queremos arte e não vandalismo	Colunistas	Folha de S.Paulo	Claudio Bernardes	Coluna
21/02/17	O pessimismo como dever civil	Opinião	Estadão	José Eduardo Faria	Artigo
22/02/17	Denúncia por WhatsApp impede roubo de caixas com retroescavadeira	Brasil	Estadão	Constança Rezende	Notícia
22/02/17	Hikvision lança NVRs integrados de última geração	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Comunicação empresarial
22/02/17	Hikvision, empresa líder em videomonitoramento, será a primeira empresa do setor a abrir um centro de Pesquisa e Inovação no Vale do Silício na Califórnia	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Comunicação empresarial
23/02/17	Babá da metrópole, rede detecta sons de tiros e acidentes e avisa a polícia	Mercado	Folha de S.Paulo	Dhiego Maia	Notícia
23/02/17	Celular salva fotógrafo de tiro real em confronto na Cracolândia	São Paulo	Estadão	Bruno Ribeiro	Notícia
23/02/17	Justiça bloqueia R\$ 10 milhões de Fernando Pimentel e mais cinco por 'Olho Vivo'	Política	Estadão	Fausto Macedo, Julia Affonso e Mateus Coutinho	Notícia
24/02/17	Temer embarca para Bahia com a família para passar o carnaval	Política	Estadão	Tânia Monteiro	Notícia
27/02/17	Ausente no sambódromo, Crivella avisa: 'A gente sai pra trabalhar'	Cultura	Estadão	Sonia Racy	Notícia
27/02/17	Hungria inicia construção de nova cerca na fronteira com Sérvia para barrar refugiados	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
27/02/17	Visita de lobista à Câmara coincide com votação de	Poder	Folha de	Rubens Valente	Notícia

	medidas provisórias		S.Paulo		
01/03/17	Coreia do Sul e EUA iniciam manobras militares conjuntas	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
02/03/17	Temendo a Rússia, Suécia restabelece serviço militar obrigatório	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
03/03/17	Campanha traz seis objetivos para avançar na compostagem em SP	Colunistas	Folha de S.Paulo	Mara Gama	Coluna
03/03/17	Conhecer a população de rua	Opinião	Estadão	O Estado de S.Paulo	Editorial
03/03/17	Hospital de SP pagou por vigilância de câmeras desligadas, diz auditoria	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Artur Rodrigues	Notícia
03/03/17	No 'Carnaval da crise', folião de bloco vira ambulante para não perder festa	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Alfredo Mergulhão, Ronald Lincoln Jr. e Kleber Nunes	Notícia
03/03/17	Tensão com a imprensa e apoio de rivais marcam enterro de fundador da Mancha	Esportes	Estadão	Gonçalo Junior	Notícia
04/03/17	Patrimônio artístico se deteriora nos Palácios do Planalto e da Alvorada	Política	Estadão	Tânia Monteiro e Vera Rosa	Notícia
05/03/17	Cinco perguntas para entender por que Trump acusa Obama de espionagem	Mundo	Folha de S.Paulo	Da BBC Brasil	Notícia
05/03/17	Ex-chefe de inteligência do governo americano nega espionagem a Trump	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
06/03/17	Alienação parental pode virar crime	E+	Estadão	Adriana Del Re	Notícia
06/03/17	Como a conspiração sobre o grampo de Obama chegou ao Twitter de Trump	Mundo	Folha de S.Paulo	Peter Baker e Maggie Haberman	Notícia

06/03/17	STF dará a última palavra sobre uso de máscaras	Blogs	Folha de S.Paulo	Frederico Vasconcelos	Artigo
07/03/17	A tragicomédia	Cultura	Estadão	Arnaldo Jabor	Coluna
07/03/17	Espionagem agora se concentra nos aparelhos, não na web	Internacional	Estadão	Craig Timberg, Ellen Nakashima e Elizabeth Dwoskin / Washington Post	Notícia
07/03/17	Incontidos contistas	Cultura	Estadão	Humberto Werneck	Coluna
07/03/17	Wikileaks detalha ferramentas da CIA para espionar celulares, carros e TVs	Internacional	Estadão	Cláudia Trevisan	Notícia
08/03/17	EUA investigam origem de vazamento de dados sobre vigilância	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
08/03/17	Pessoas comuns não devem se preocupar com a CIA, dizem analistas	Mundo	Folha de S.Paulo	Mae Anderson, Tali Arbel e Barbara Ortutay	Notícia
08/03/17	Romance japonês adentra mistério matemático dos números primos	Colunistas	Folha de S.Paulo	Marcelo Coelho	Coluna
09/03/17	Após revelações do Wikileaks, China pede que EUA 'cessem ciberataques'	Mundo	Folha de S.Paulo	Da AFP	Notícia
09/03/17	China pede que EUA 'cessem seus ataques' após revelações do Wikileaks sobre espionagem	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
09/03/17	Promotora pede que menores sozinhos na rua após as 23 h sejam recolhidos	São Paulo	Estadão	José Maria Tomazela	Notícia
09/03/17	Wikileaks ajudará empresas de tecnologia a evitar ciberataques da CIA	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
10/03/17	O Brasil não precisa mesmo da Justiça do Trabalho?	Política	Estadão	Gláucia Massoni	Artigo

10/03/17	Uma muralha invisível, mas pior que a de Trump	Internacional	Estadão	Felipe Corazza	Artigo
11/03/17	Após meio milênio, 'Utopia' ganha tradução do latim	Aliás	Estadão	Antonio Gonçalves Filho	Notícia
12/03/17	Comitê do Congresso americano pede que Trump apresente provas sobre denúncia de grampos	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
12/03/17	Criador da web alerta para desinformação na internet	Mundo	Folha de S.Paulo		Notícia
13/03/17	Hacker mais procurado do mundo é mantido como trunfo pela Rússia	Mundo	Folha de S.Paulo	Michael Schwirtz e Joseph Goldstein	Notícia
13/03/17	Justiça mantém plano de recuperação da Schahin	Política	Estadão	Julia Affonso e Fernanda Yoneya	Notícia
14/03/17	Donald e o temível mundo novo	Opinião	Estadão	Fernão Lara Mesquita	Artigo
14/03/17	Fiasco na fronteira	Editorial	Folha de S.Paulo		Editorial
14/03/17	Prioridades militares	Editorial	Folha de S.Paulo		Editorial
14/03/17	Secretário de Alckmin investigado acusa MP de demagogia	Sustentabilidade	Estadão	Giovana Girardi e Herton Escobar	Notícia
14/03/17	Trump está 'confiante' na existência de provas de espionagem, diz porta-voz	Mundo	Folha de S.Paulo	Isabel Fleck	Notícia
15/03/17	Importa se delator conta verdade, não sua motivação, diz socióloga	Poder	Folha de S.Paulo	Anna Virginia Balloussier	Notícia
15/03/17	Riscos cibernéticos: seus dados estão realmente protegidos?	Política	Estadão	Maurício Bandeira	Artigo
16/03/17	Hikvision lança nova campanha de PDV e concurso exclusivo para os Distribuidores Regionais da	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Comunicação empresarial

	marca no Brasil				
16/03/17	Hikvision lança NVRs integrados de última geração	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Comunicação empresarial
16/03/17	Hikvision, empresa líder em videomonitoramento, será a primeira empresa do setor a abrir um centro de Pesquisa e Inovação no Vale do Silício na Califórnia	Economia & Negócios	Estadão	Dino Divulgador de Notícias	Comunicação empresarial
16/03/17	Líderes de comissão do Senado não veem sinais de grampos contra Trump	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
16/03/17	Presos internados em hospital de custódia vão à praia em Sergipe	Brasil	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
17/03/17	3 anos depois de preso pela Lava Jato, Alberto Youssef passa para o regime aberto	Política	Estadão	Ricardo Brandt, Julia Affonso e Fausto Macedo	Notícia
17/03/17	Imigração é um privilégio, não um direito, diz Trump	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
17/03/17	Youssef passa a regime aberto, mas usará tornozeleira	Poder	Folha de S.Paulo	José Marques	Notícia
18/03/17	Após fracasso do G20, FMI diz que crescimento ganha força, mas há riscos	Mercado	Folha de S.Paulo	Da Reuters	Notícia
18/03/17	Caso Bruno não serve para discutir trabalho para ex-presos	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Luís Francisco Carvalho Filho	Opinião
18/03/17	Revolução Russa completa centenário sem historiografia ser traduzida	Aliás	Estadão	Marcelo Godoy	Notícia
20/03/17	Em crise, universidade estadual do RJ vive caos sem pesquisa e aula parada	Educação	Folha de S.Paulo	Luiza Franco e Marco Aurélio Canônico	Notícia
21/03/17	9 fatos explicados no discurso do diretor do FBI	Internacional	Estadão	Redação Internacional	Notícia

21/03/17	Eunício tem convicção de que 'verdade dos fatos prevalecerá', diz defesa	Política	Estadão	Mateus Coutinho, Julia Affonso, Fausto Macedo e Luiz Vassallo	Notícia
21/03/17	Exposição da brasileira Lygia Pape estreia no Met Breuer, em Nova York	Cultura	Estadão	AFP	Notícia
21/03/17	Ex-trainee da Folha lança projeto para proteger jornalistas de ameaças digitais	Novo em Folha	Folha de S.Paulo		Notícia
21/03/17	Homens invadem hospital e matam a tiros liderança do MST no Pará	Poder	Folha de S.Paulo	Martha Alves	Notícia
21/03/17	Lava Jato mira suspeitos ligados a senadores em 4 Estados e no DF	Poder	Folha de S.Paulo	Bela Megale, Camila Mattoso e Letícia Casado	Notícia
21/03/17	Lava Jato, três anos	Editorial	Folha de S.Paulo		Opinião
21/03/17	Quando o presidente produz 'fake news'	Colunistas	Folha de S.Paulo	Clóvis Rossi	Coluna
21/03/17	Sobrinho de Eunício é alvo de investigação na Satélites	Política	Estadão	Fábio Fabrini, Fabio Serapião e Beatriz Bulla	Notícia
21/03/17	Supremo põe Lava Jato outra vez nas ruas e mira pessoas ligadas a Eunício, Renan, Humberto Costa e Raupp	Política	Estadão	Fausto Macedo, Julia Affonso, Ricardo Brandt, Mateus Coutinho, Fabio Serapião e Fabio Fabrini	Notícia
22/03/17	Em grampos da Carne Fraca, funcionário da Seara liga fiscal corrupto ao PMDB	Política	Estadão	Mateus Coutinho, Julia Affonso, Ricardo Brandt e Luiz Vassallo	Notícia
22/03/17	Polícia investiga assassinato em megatemplo da Igreja Universal	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Rogério Pagnan	Notícia
22/03/17	Relatório pedia aumento da segurança na região do	Mundo	Folha de S.Paulo	Lara Stahlberg	Notícia

	ataque em Londres				
22/03/17	Republicano admite que Trump foi monitorado	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
22/03/17	Um ano após atentados, normalidade ainda não retornou a Bruxelas	Mundo	Folha de S.Paulo	Da Associated Press, em Bruxelas	Notícia
23/03/17	A Ética e as Redes Sociais	.Edu (Educação)	Estadão	Patrícia Delázari	Artigo
23/03/17	Atropelamentos viram tática preferencial do terror	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
23/03/17	Britânico muçulmano praticou ataque em Londres reivindicado pelo EI	Internacional	Estadão	Andrei Netto	Notícia
23/03/17	Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas	São Paulo	Estadão	Adriana Ferraz	Notícia
23/03/17	Homem é detido após tentar atropelar multidão na Bélgica	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
23/03/17	Homem é detido na Bélgica após tentar invadir mercado de rua com veículo	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
23/03/17	Preso na Carne Fraca diz que peemedebista recebeu 'muito dinheiro' de fiscal corrupto	Política	Estadão	Mateus Coutinho, Fábio Serapião e Julia Affonso	Notícia
23/03/17	Quando o inimigo mora ao lado	Mundo	Folha de S.Paulo	Clóvis Rossi	Análise
24/03/17	Caso está na Justiça, diz companhia ligada a Eunício	Política	Estadão	Igor Gadelha	Notícia
24/03/17	É grotesco dedicar a terroristas horas infundas de propaganda midiática	Colunistas	Folha de S.Paulo	João Pereira Coutinho	Coluna
24/03/17	Empresa ligada a Eunício deve à União R\$ 8,5 mi	Política	Estadão	Igor Gadelha	Notícia
24/03/17	Reino Unido monitora até 4.000 pessoas investigadas por terrorismo	Mundo	Folha de S.Paulo	Diogo Bercito	Notícia

26/03/17	A face da radicalização	Internacional	Estadão	Lourival Sant'Anna	Coluna
26/03/17	The Economist: Terror indetectável	Internacional	Estadão	The Economist	Notícia
26/03/17	Uso de criptografia de ponta a ponta é 'inaceitável', diz ministra britânica	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
27/03/17	Agressor responsável pelo ataque em Londres foi identificado como extremista em potencial em 2010	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
27/03/17	Israel começará a construir muro subterrâneo ao redor de Gaza	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
28/03/17	Após ameaça de Pezão, professores da Uerj decidem manter o estado de greve	Educação	Folha de S.Paulo	Da Agência Brasil	Notícia
28/03/17	De mato à falta de vigias e funcionários, 80 de 106 parques de SP têm problemas	São Paulo	Estadão	Felipe Resk	Notícia
29/03/17	Alemão deportado do Brasil volta a ter surto em aeroporto de Frankfurt	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Da Deutsche Welle	Notícia
29/03/17	Rússia suspende importações de dois frigoríficos da Carne Fraca	Economia & Negócios	Estadão	Camila Turtelli e Gustavo Porto	Notícia
30/03/17	Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância	Projeto editorial da Folha	Folha de S.Paulo	Projeto editorial 2017	Editorial
30/03/17	Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância	Projeto editorial da Folha	Folha de S.Paulo	Projeto editorial 2017	Editorial
30/03/17	Muito além das empreiteiras	Colunistas	Folha de S.Paulo	Janio de Freitas	Coluna
31/03/17	Exposição em Londres transforma selfies em obra de arte	Cultura	Estadão	Reuters	Notícia

31/03/17	Governo do RS é condenado a indenizar preso por péssimas condições de cadeia	Brasil	Estadão	Chico Guevara	Notícia
31/03/17	Lei não prevê fiscalização em casos de prisão domiciliar	Política	Estadão	Ludimila Honorato	Notícia
31/03/17	O espelho e a boiada da corrupção ou a hora e a vez do controle	Política	Estadão	Doris de Miranda Coutinho	Artigo
31/03/17	TV e jornais tentam atrair anunciantes com crise de publicidade no Google	Mercado	Folha de S.Paulo	Shannon Bond	Notícia
01/04/17	Justiça da Venezuela anula decisão de assumir funções do Legislativo	Mundo	Folha de S.Paulo	Sylvia Colombo e Diego Zerbato	Notícia
01/04/17	Mercosul aplica cláusula democrática devido à crise na Venezuela	Mundo	Folha de S.Paulo	Sylvia Colombo	Notícia
02/04/17	Inteligência artificial pode trazer desemprego e fim da privacidade	Ilustríssima	Folha de S.Paulo	Ricardo Abramovay e Thea Severino	Notícia
02/04/17	Livro aborda fantasma da ditadura e do terror no Império Romano	Colunistas	Folha de S.Paulo	Manuel da Costa Pinto	Resumo
02/04/17	Marinha vai investir US\$ 1,8 bi em novos navios	Economia & Negócios	Estadão	Roberto Godoy	Notícia
02/04/17	Sinal de insegurança	Internacional	Estadão	Lourival Sant'Anna	Coluna
03/04/17	Homem-bomba foi responsável por explosão em metrô de São Petersburgo, diz agência russa	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
03/04/17	Ligados a facção, 25 presos fogem de penitenciária em Salvador	Cotidiano	Folha de S.Paulo	João Pedro Pitombo	Notícia
04/04/17	Bem-estar de crianças depende de contas em dia,	Cotidiano	Folha de S.Paulo	José Marques	Notícia

	diz Temer				
05/04/17	Esperança de que a eleição de 2018 vá resolver os problemas é ilusória	Colunistas	Folha de S.Paulo	Igor Gielow	Coluna
05/04/17	Facebook perde na Justiça recurso contra entrega de dados de usuários	Mercado	Folha de S.Paulo	James C. McKinley Jr.	Notícia
05/04/17	Organização denuncia 'ruptura da democracia' na Polônia e na Hungria	Mundo	Folha de S.Paulo	Da Associated Press	Notícia
06/04/17	Alunos da Unicamp de Limeira temem violência após morte de colega	São Paulo	Estadão	Ludimila Honorato	Notícia
06/04/17	Índios não podem 'ficar parados no tempo', diz novo chefe da Funai	Poder	Folha de S.Paulo	Da BBC Brasil	Notícia
08/04/17	Mesmo na guerra, é intolerável atingir escolas e hospitais – mas não no Rio	Colunistas	Folha de S.Paulo	Luís Francisco Carvalho Filho	Coluna
09/04/17	'Conceituação foi do Caetano, eu tive papel político', diz Gil sobre tropicália	Ilustríssima	Folha de S.Paulo	Claudio Leal e Rodrigo Sombra	Notícia
09/04/17	Das fileiras do EI para o coração da Bélgica	Internacional	Estadão	Andrei Netto	Notícia
09/04/17	Reino Unido diz que Rússia assumiu responsabilidade por mortes civis	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
10/04/17	Cineasta vencedora do Oscar prepara documentário sobre Assange	Cultura	Estadão	AFP	Notícia
11/04/17	Justiça do Maranhão manda soltar 548 presos para a Páscoa	Política	Estadão	Luiz Vassallo	Notícia
11/04/17	Odebrecht diz em comunicado reafirmar compromisso com o Brasil	Poder	Folha de S.Paulo	Wálter Nunes	Notícia

11/04/17	Planalto usa dados de agência para monitorar política em redes sociais	Poder	Folha de S.Paulo	Natália Portinari	Notícia
11/04/17	Políticos citados na lista de Fachin negam irregularidades	Poder	Folha de S.Paulo		Notícia
12/04/17	Ataque na Alemanha – O que se sabe até agora	Internacional	Estadão	Redação Internacional	Notícia
12/04/17	Família Trump tenta se desviar das acusações de nepotismo	Mundo	Folha de S.Paulo	Aaron Blake	Análise
12/04/17	FBI investigou assessor de Trump antes da eleição por relação com a Rússia	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
12/04/17	O futebol não está imune ao terrorismo	Esportes	Estadão	Maurício Capela	Artigo
12/04/17	Políticos citados na lista de Fachin negam irregularidades	Brasil	Agora São Paulo	Folha de S.Paulo	Notícia
13/04/17	Fazenda autoriza reajuste médio de 7,48% nas tarifas dos Correios	Mercado	Folha de S.Paulo		Notícia
13/04/17	Planilha da propina era semanal, diz delator da Odebrecht	Poder	Folha de S.Paulo	Estelita Hass Carazzai	Notícia
13/04/17	Prefeitura multa proprietário	Defesa do cidadão	Agora São Paulo	Ana Paula Branco	Notícia
14/04/17	Cúpula do Congresso acusada de vender MP	Política	Estadão	Breno Pires	Notícia
14/04/17	EUA e Coreia do Norte estão a um passo da guerra, diz China	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
14/04/17	Facebook suspende 30 mil contas falsas na França antes de eleição	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
14/04/17	Tribunal pede explicações	Nas ruas	Agora São	Lucilene Oliveira e	Notícia

	sobre violação de túmulos		Paulo	William Correia	
16/04/17	Ao menos uma pessoa morre e sete ficam feridas após tiroteio em Acapulco	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
16/04/17	O tucanato paulista julga-se invulnerável	Colunistas	Folha de S.Paulo	Elio Gaspari	Artigo
16/04/17	Volkswagen já recomprou metade dos carros do 'Dieselgate'	Jornal do Carro	Estadão		Notícia
18/04/17	A hora das provas na Lava Jato	Cultura	Estadão	Sonia Racy	Artigo
18/04/17	Não dá para imaginar que um gestor competente vai resolver os problemas do Brasil', diz Setubal	Economia & Negócios	Estadão	Eduardo Laguna e Aline Bronzati	Notícia
19/04/17	Escola em PE fecha as portas após ser atacada por bandidos mais de 20 vezes	Educação	Folha de S.Paulo	Leonardo Machado	Notícia
19/04/17	Leis sob suspeita	Opinião	Folha de S.Paulo		Editorial
20/04/17	Câmara de SP aprova multa a quem urinar na rua; texto segue para Doria	Cotidiano	Folha de S.Paulo		Notícia
20/04/17	Mulher invade mansão de Drake e 'assalta' a geladeira	E+	Estadão	Redação O Estado de S.Paulo	Notícia
20/04/17	Por que FPGAs?	Código Aberto	Estadão	Rodrigo Siqueira	Artigo
20/04/17	SP pagará bônus à polícia ambiental para proteger parques estaduais	Sustentabilidade	Estadão	José Maria Tomazela	Notícia
21/04/17	O desastre de não imaginar o desastre	Colunistas	Folha de S.Paulo	João Pereira Coutinho	Coluna
22/04/17	Hollande garante que dia de votação na França terá segurança	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
22/04/17	Parques abandonados	Opinião	Estadão	O Estado de S.Paulo	Editorial

23/04/17	Candidatos votam na França, que tem seção esvaziada por suspeita de bomba	Mundo	Folha de S.Paulo	Das agências de notícias	Notícia
23/04/17	Com Doria, GCM reduz ação comunitária e amplia fiscalização de pichador e camelô	São Paulo	Estadão	Marcelo Godoy	Notícia
23/04/17	Os sofrimentos dos jovens – e de seus pais	Colunistas	Folha de S.Paulo	Paula Cesarino Costa	Artigo
25/04/17	Falta de iluminação causa insegurança na zona oeste de SP	Brasil	Estadão	Renata Okumura	Notícia
25/04/17	Hollande e candidatos à presidência da França prestam homenagens à vítima de atentado terrorista	Internacional	Estadão	REUTERS/Philippe Wojazer	Notícia
26/04/17	Dia Internacional Contra a Alienação Parental: pais que sofrem com a prática contam suas histórias	E+	Estadão	Claudia Pereira	Notícia
26/04/17	Frequentadores reclamam de queda de árvores e falta de segurança em parque da zona sul	Brasil	Estadão	Renata Okumura	Notícia
26/04/17	Homem bêbado é preso após agredir robô nos EUA	Link	Estadão	Redação Link	Notícia
26/04/17	Ladrões furtam Renoir e Rembrandt de 27 milhões de euros	Cultura	Estadão	Ansa Flash	Notícia
26/04/17	Vícios estatais	Opinião	Folha de S.Paulo		Editorial
27/04/17	Estou feliz por viver além da data de expiração, diz escritora Susan Gubar	Seminários Folha	Folha de S.Paulo	Christiana Mariani	Notícia
27/04/17	Homem casado mata amante grávida que se negou a fazer aborto	São Paulo	Estadão	José Maria Tomazela	Notícia

27/04/17	O poder da Lava Jato	Opinião	Folha de S.Paulo		Editorial
27/04/17	Quadrilha usou imagens de drone para planejar mega-assalto no Paraguai	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Eduardo Anizelli e Leandro Machado	Notícia
28/04/17	Cara de pau	Opinião	Estadão	Norman Gall	Artigo
28/04/17	Liberdade de imprensa está em seu pior nível em 13 anos	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
28/04/17	Papa chega ao Egito para reforçar diálogo entre católicos e muçulmanos	Internacional	Estadão	O Estado de S.Paulo	Notícia
28/04/17	Policiais paraguaios são suspeitos de ajudar quadrilha em mega-assalto	Cotidiano	Folha de S.Paulo	Eduardo Anizelli e Leandro Machado	Notícia
29/04/17	Cem dias de Trump fixam novo normal e acirram 'guerra cultural'	Mundo	Folha de S.Paulo	Marcos Augusto Gonçalves	Notícia
29/04/17	'Em tempos sombrios, as pessoas olham para escritores', afirma Ursula K. Le Guin	Aliás	Estadão	André Cáceres	Notícia
29/04/17	Empresa adota Parque Alfredo Volpi e assume manutenção, manejo e vigilância	São Paulo	Estadão	Luiz Fernando Toledo	Notícia
29/04/17	Projeto de lei contra abuso de autoridade aprovado no Senado é positivo para o país? SIM	Opinião	Folha de S.Paulo	Fábio Tófic Simantob	Tendências / debates
30/04/17	Planalto mantém esquema de vigilância para o Dia do Trabalho	Política	Estadão	Luiza Pollo	Notícia

Fonte: elaboração própria.